



RESOLUÇÃO Nº 34, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras: Habilitação em Língua Inglesa e literaturas, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 31/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras: Habilitação em Língua Inglesa e literaturas, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 31/2009, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM LETRAS: HABILITAÇÃO EM
LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS, CÂMPUS DE
PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2018).**

Anexo da Resolução nº 34/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

PORTO NACIONAL/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 34/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
LETRAS: HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA E LITERATURA,
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2018).**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM LETRAS
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

Porto Nacional

Julho – 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ADMINISTRAÇÃO

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitora de Graduação

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitora de Extensão e Cultura

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Diretor do Câmpus de Porto Nacional

George França

Coordenador do Curso de Letras

Antônio Egno do Carmo Gomes

Sumário

1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins	4
1.2. A UFT no Contexto Regional e Local	5
1.3. Missão Institucional	8
1.4 Estrutura Organizacional	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	14
2.1 Histórico do Curso: sua criação e trajetória	14
2.2 Dados do Curso	16
2.3. Diretor do Câmpus:	17
2.5 Relação Nominal dos Membros do Colegiado	20
2.6 Comissão Responsável Pela Redação Final do Projeto Pedagógico de Curso	22
3.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT	25
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	26
4.1 Projeto Pedagógico do Curso	27
4.1.1 Justificativa	28
4.1.2 Objetivos do Curso	31
4.1.3 Perfil do Egresso	32
4.1.4 Campos de Atuação Profissional	33
4.1.4 Competências e Habilidades	33
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	34
5.1 A Organização por Núcleos e Distribuição da Carga Horária	34
5.2 A prática como componente curricular	35
5.3. Abordagem da Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010)	38
5.4. Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11).	38
5.5 Outros Temas e Conteúdos Transversais (Artigo 13 § 2º da Resolução CNE/CP Nº2 de 01 de julho de 2015).	39
5.6 Matriz curricular	40
5.7 Equivalências e Complementações de Habilitação	45
5.8 Ementário	47
5.8.1 Núcleo I	47
5.8.2 Práticas Interdisciplinares	63
5.8.3 Núcleo II	78
5.8.4 Estágio Supervisionado	82
6. METODOLOGIA	86
7. INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	87

7.1 Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão: a Monitoria, o PIBID e o PADI	90
8. INTERFACE COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	92
9. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	94
9.1 Introdução e Diagnóstico	94
9.2 Objetivos	96
9.2.1 Objetivo geral:	96
9.2.2 Objetivos específicos:	96
9.3 Metodologia	96
10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	98
11. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E DO PROJETO ACADÊMICO DO CURSO	99
11.1 Corpo Docente	100
11.2 Corpo Discente	101
12. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E DE AVALIAÇÃO EXTERNA	101
13. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	102
13.1 Vínculo e formação acadêmica e profissional do corpo docente	102
13.2 Regime de trabalho	109
13.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.	109
13.4 Produção de Material Didático ou Científico do Corpo Docente.	110
13.5 Formação e Experiência Profissional do Corpo Técnico-administrativo do Curso	112
14. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	112
14.1 Laboratórios e Instalações	112
14.2 Biblioteca	113
14.3 Periódicos Especializados	114
14.4 Instalações e Equipamentos Complementares	115
14.5 Área de Lazer e Circulação	115
14.6 Recursos Audiovisuais	115
14.7 Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais (Decreto Nº 5.296/2004)	116
14.8 Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso	116
15 ANEXOS	117
15.1 Regimento do Curso	117
15.2 Ata de aprovação do PPC pelo Conselho Diretor do Câmpus	122
15.4 Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso	127
15.5 Direitos e deveres dos discentes	138

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos, que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG)

e também, assessor do Ministério da Educação. Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá

por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. A Universidade comprometida no tripé indissolúvel a saber: ensino, pesquisa e extensão, que tem como princípio a educação de qualidade socialmente referenciada, nas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT.

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com

a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem como preocupação e desenvolvido políticas e ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

A UFT destaca-se também nas pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino tanto no âmbito estadual, que comporta 510 unidades escolares, bem como nos 139 municípios, é a rede municipal, que necessita ser atendida. É emergente, a formação de profissionais que atuam nos sistemas de ensino em escolas do Estado do Tocantins, nos estados circunvizinhos, bem como a abrangência nacional, investindo nos cursos de licenciaturas voltados essencialmente para a qualidade da educação pública.

Ampliando nossa lente, na caracterização Educacional da Região, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no Estado do Tocantins existem 1.475 escolas de ensino fundamental; 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas. O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5. Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% de aprendizagem em português, na competência de leitura e 18,5% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%, para português e matemática, respectivamente. O Estado conta com 26 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas duas são públicas, UFT e Unitins, e 47 mil estudantes matriculados no ensino superior, registrados em 2013. A evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos a distância (EAD), apresentaram uma taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública. (SEMESP, 2015) Em 2013, o Estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano, o Estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada, de ensino superior completo. (SEMESP, 2015).

1.3. Missão Institucional

No Planejamento Estratégico - PE (2014-2022), a *Missão* da Universidade “deve traduzir o propósito da instituição, e dizer o que ela produz e o modo que esta contribui para a comunidade na qual está inserida. Já a *Visão* prevê que ela deve representar o futuro desejável da instituição e traduzir o consenso da comunidade acadêmica sobre a projeção da autoimagem de futuro, independente da sua limitação atual, mas com a crença de que é possível torná-la real. Desse modo, a visão reflete a ideologia da instituição.

Quanto aos *Valores* referem-se às crenças e princípios que devem orientar as ações, a cultura, a estrutura, sua forma de organização, os níveis hierárquicos e o modo de tomada de decisão da instituição. Os valores devem determinar e ser determinados pelo comportamento das pessoas e explicitam a ideologia da instituição.

São estes os pilares previstos no PE (2014-2022) para o desenvolvimento do planejamento da instituição. A UFT, ao definir estes elementos, busca criar sua identidade, resgatando as especificidades de cada Câmpus para consolidar uma Universidade reconhecida pelo ensino, pesquisa e extensão.

A partir da reformulação do PE (2014-2022), bem como previsto no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), reforça-se que na missão da UFT busca-se fazer a definição dos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da UFT e traduzi-los em metas para que se tenha uma visão clara e coerente dos nossos objetivos em função da missão institucional, que é a de: “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”.

Para a promoção da missão no PDI (2016-2020) a UFT declara e promove os seguintes valores: a) Respeito à vida e à diversidade; b) Transparência; c) Comprometimento com a qualidade; d) Criatividade e inovação; e) Responsabilidade social; f) Equidade. Para os pilares estratégicos a UFT elege: 1) Atuação sistêmica; 2) Articulação com a sociedade; 3) Aprimoramento da gestão e Valorização humana.

Documentos esses aprovados pelos Conselhos Superiores que visam: “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”. Tratando de forma detalhada veremos a seguir a área de atuação acadêmica da UFT prevista no PDI (2016-2020).

Área de atuação acadêmica

O investimento em ensino, pesquisa e extensão na UFT busca sintonia com as especificidades da Amazônia Legal, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade. Foram elencadas, assim, cinco áreas prioritárias de atuação:

a). Identidade, Cultura e Territorialidade

As diversas formas de territorialidade no Tocantins são pesquisadas na UFT. Por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços por indígenas e afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Revelam múltiplas identidades e diversas manifestações culturais presentes na realidade do Estado.

b). Agropecuária e meio ambiente

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investidores de várias regiões do Brasil – a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

c). Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Florestas Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

d). Educação

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea, que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade do Estado, oferecendo uma educação participativa e inclusiva. Dessa forma a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

e). Fontes de Energia Renováveis

Diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energia alternativa socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com

ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio – e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender as demandas da Amazônia Legal. Para atendimento das áreas citadas anteriormente a UFT oferece cursos de graduação e pós-graduação nos seus sete Câmpus (Figura 01).

Figura 1 Mapa com a localização dos sete campi da UFT



Adaptação: Silva, M. A., 2018.

Cursos de Graduação oferecidos pela UFT.

Câmpus de Araguaína - Cursos de Biologia e Biologia EAD, Física, Geografia, História (Bacharelado) História (Licenciatura), Letras – Língua Portuguesa ou Língua Inglesa (Licenciatura), Matemática, Medicina Veterinária, Química, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Logística, Zootecnia e Medicina.

Câmpus de Arraias - Cursos de Administração Pública EAD, Matemática, Educação do Campo, Pedagogia.

Câmpus de Gurupi - Cursos de Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal, Química Ambiental e Química EAD.

Câmpus de Miracema - Cursos Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

Câmpus de Palmas - Cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Engenharia

Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia, Física EAD, Jornalismo, Medicina, Nutrição, Pedagogia, Teatro.

Câmpus de Porto Nacional - Cursos Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado), Geografia (Bacharelado), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Letras – Língua Portuguesa ou Língua Inglesa (Licenciatura), Letras – Libras

(Licenciatura), Relações Internacionais.

Câmpus de Tocantinópolis - Cursos Ciências Sociais (Licenciatura), Educação do Campo (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura) e Pedagogia (Licenciatura). (PROGRAD, 2015).

Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu oferecidos pela UFT

CURSO MESTRADOS AGROENERGIA – Acadêmico – Iniciou em 2008 PALMAS; CIÊNCIAS DO AMBIENTE– Acadêmico - Iniciou em 2003 PALMAS; CIÊNCIAS DA SAÚDE – Profissional - Iniciou em 2007 PALMAS; DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Acadêmico - Iniciou em 2007 PALMAS; CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS - Acadêmico - Iniciou em 2012 PALMAS; GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS– Profissional - Iniciou em 2012 PALMAS; EDUCAÇÃO – Acadêmico – Iniciou em 2012 PALMAS; MODELAGEM COMPUTACIONAL DO CONHECIMENTO – Profissional - Iniciou em 2012 PALMAS; PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM DIREITOS HUMANOS – Profissional - Iniciou em 2013 PALMAS; ENGENHARIA AMBIENTAL – Profissional - Iniciou em 2011 PALMAS; MATEMÁTICA – Prof. em Rede - Iniciou em 2011 PALMAS; ENSINO EM CIÊNCIA E SAÚDE - Acadêmico - Aprovado em 2015 PALMAS; EDUCAÇÃO Profissional - Aprovado em 2015 PALMAS; GEOGRAFIA – Acadêmico - Iniciou em 2011 PORTO NACIONAL; ECOLOGIA DE ECÓTONOS -Acadêmico - Iniciou em 2008 PORTO NACIONAL; LETRAS – Acadêmico Aprovado em 2015 PORTO NACIONAL; ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA–Acadêmico - Iniciou em 2009 ARAGUAÍNA; SANIDADE ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA NOS TRÓPICOS - Acadêmico - Aprovado em 2015 ARAGUAÍNA; ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO - Acadêmico - Aprovado em 2015 ARAGUAÍNA; CIÊNCIA ANIMAL TROPICAL -Acadêmico - Iniciou em 2006 ARAGUAÍNA; LETRAS – EM REDE – Profissional- Iniciou em 2013 ARAGUAÍNA; HISTÓRIA- EM REDE- Profissional - - Iniciou em 2014 ARAGUAÍNA; FÍSICA – EM REDE Profissional – iniciou em 2015 ARAGUAÍNA PRODUÇÃO VEGETAL –Acadêmico - Iniciou em 2006 GURUPI; BIOTECNOLOGIA – Acadêmico - Iniciou em 2011 GURUPI; CIÊNCIAS

FLORESTAIS E AMBIENTAIS - Acadêmico - Iniciou em 2012 GURUPI; MATEMÁTICA – Prof. em Rede - - Iniciou em 2014 ARRAIAS.

CURSOS DE DOUTORADO - DOUTORADO EM REDE EM BIOTECNOLOGIA E BIODIVERSIDADE - Acadêmico - Iniciou em 2012 PALMAS; CIÊNCIAS DO AMBIENTE – Acadêmico - Iniciou em 2014 PALMAS; DESENVOLVIMENTO REGIONAL -Acadêmico - Iniciou em 2007 PALMAS; DOUTORADO CIÊNCIA ANIMAL TROPICAL – Acadêmico - Iniciou em 2009 ARAGUAÍNA; DOUTORADO PRODUÇÃO VEGETAL– Acadêmico - Iniciou em 2013 GURUPI; DOUTORADO EM ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURAS - Acadêmico - Iniciou em 2013 ARAGUAÍNA.

Segundo os dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (2015) os cursos de pós-graduação stricto-sensu totalizam 22 Mestrados e 06 Doutorados na UFT. Além de 44 cursos de pós-graduação, nível *Lato Sensu*.

1.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da UFT obedece às alterações do Estatuto da UFT, pela resolução nº 16 de 19 de novembro de 2015, a Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico, da UFT são os seguintes. Segundo o Art. 8º do Estatuto Fundação Universidade Federal do Tocantins são órgãos da Administração Superior: I - Assembleia Universitária; II - Conselho Universitário; III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV - Reitoria; V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

I- Assembleia Universitária - Art. 9º. A Assembleia Universitária será constituída: I - pelos membros do corpo docente; II- pelos membros do corpo discente; III- pelos membros do corpo técnico-administrativo. Parágrafo Único. A Assembleia Universitária será dirigida por uma mesa diretora presidida pelo Reitor.

II- Conselho Universitário Art. 12. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso. O Conselho Universitário será constituído pelo: I – Reitor, que será seu presidente; II – Vice-reitor; III – Pró-reitores; IV – Diretores de Câmpus; V– 04 (quatro) representantes da comunidade docente; VI– 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; VII– 15% (quinze

por cento) de técnico-administrativos tendo como referência a representação docente.

III- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Art. 15. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica. 67 Parágrafo Único - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição: I - Reitor, que será seu Presidente; II – Vice-reitor; III – Pró-reitores; IV- Coordenadores de cursos de graduação presencial e a distância e de pós- graduação stricto sensu; V – 02 (dois) representantes da categoria docente; VI - 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; VII - 15% (quinze por cento) de técnicos administrativos tendo como referência a representação docente.

IV- Reitoria Art. 17. A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição: I- Gabinete do Reitor; II- Gabinete do Vice-reitor; III - Pró-reitorias; IV - Procuradoria Jurídica; V – Assessorias Especiais; VI – Diretorias; VII – Prefeitura Universitária; VIII – Copese; IX – Hospitais Universitários; X – Institutos; XI – Fundação de Pesquisa; X – Editora Universitária; Parágrafo Único - O Regimento Geral da Universidade disporá sobre a estrutura e a competência dos setores que compõem a Reitoria.

V- Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT) Art. 22 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição: I - o Reitor, que será seu presidente; II - um representante do setor industrial do Estado do Tocantins; III - um representante do setor de comércio e serviços; IV- um representante agropecuário do Estado; 68 V- um representante das pequenas e microempresas; VI - um representante da imprensa; VII- um representante do Governo do Estado; VIII- um representante do Legislativo do Tocantins; IX - um representante do Sindicato dos Trabalhadores; X - um representante do fórum dos movimentos sociais; XI - um representante dos discentes; XII um representante dos docentes; XIII- um representante dos técnico-administrativos. (NR).

Art. 23 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT se reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Reitor. A UFT possui na sua estrutura sete unidades Universitárias denominadas de Câmpus, que conforme o Art. 24 do Estatuto obedecerão às normas fixadas no Regimento Geral da Universidade e nos seus próprios regimentos.

O Art. 25 cita que o terá como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado: I - pelo Diretor do Câmpus , seu presidente; II – Vice-Diretor; III– pelos Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu; IV– 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; V- 15% (quinze por cento) de servidores técnico-administrativos tendo como referência a representação docente; §1º O Conselho Diretor do Câmpus, a seu critério poderá seguir a mesma normativa do Consepe no que se refere a sua composição. Segundo o Regimento da Universidade (art. 26) o Conselho do Diretor é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Histórico do Curso: sua criação e trajetória

O Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional foi implantado em 1985, quando ainda funcionava a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, autorizado pelo Decreto nº 91.365 de 21-06-85 (Doc. nº 8.) e reconhecido pela Portaria do MEC, nº 1.367 de 16/06/92 (Doc. nº 9). Com a criação da Unitins, em 21-02-1990, o curso passou a integrar a instituição autarquizada. O reconhecimento do Curso foi oficializado pelo parecer do Conselho Federal de Educação nº 423/92, em Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, sendo ministrado pela Faculdade de Filosofia de Porto Nacional.

Devido à necessidade de melhoria do ensino e da graduação e, conseqüentemente, de suas futuras profissionalizações no ensino do então 1º e 2º graus, foi emergencial que o curso propiciasse aos alunos oportunidades múltiplas de aprofundamento nas diversas manifestações da linguagem e da produção literária. Para que este objetivo fosse alcançado, se fez necessário a introdução de alterações e inovações na Estrutura Curricular da Licenciatura oferecida pelo curso de Letras- Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas - com a implantação da Licenciatura com duas habilitações em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas literaturas, visando à restauração e aprofundamento dos objetivos do curso, pela implementação de maior densidade aos conteúdos ministrados e pela integração

entre os diversos componentes curriculares. Foi proposto ainda o oferecimento de componentes optativos. Com as alterações realizadas, o curso passou a ser direcionado aos anseios do alunado. O regime anual, como em todos os demais cursos da Universidade, foi substituído pelo regime semestral, conforme Resolução nº 001/98, da Reitoria.

Institui-se a criação da UFT, pela Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000, com sua sede e foro em Palmas, por meio do processo de encampação dos cursos da Unitins. Pelo decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, fica a cargo da UNB a responsabilidade de, no prazo de um ano, organizar a implantação da UFT. Através de um acordo firmado, em 17 de julho de 2002, entre UFT, o Estado do Tocantins e a Unitins, o processo de federalização começa a ser efetivado.

O primeiro concurso público realizado em maio de 2003, marco de implantação da UFT, previa 16 vagas para docentes mestres e doutores para atuarem no Curso de Letras, esse projeto se distanciava do ideal para o Curso. Hoje, configura-se um novo momento, com ampliação do quadro permanente de docentes, para atender às demandas existentes e suprir as exigências no setor educacional.

Diante dessa realidade, neste Projeto Pedagógico, definiu-se por um Curso de Licenciatura em Letras de habilitação simples: uma para Língua Portuguesa e outra para Língua Inglesa, ambas com suas respectivas Literaturas, com uma estrutura composta por componentes curriculares.

Naquele momento entendemos que era premente a necessidade do Curso de Espanhol, pois era uma das prerrogativas partindo do Mercosul, sendo na legislação brasileira após o governo federal ter aprovado a Lei 11.161/05, de 05 de agosto/2005, e a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola nos currículos do ensino médio. prevista a obrigatoriedade. Os caminhos de construção do PPC do Curso haviam sido pavimentados, já que o Curso havia sido aprovado no Colegiado e no Conselho Diretor, e, encaminhado ao CONSEPE. Pensávamos que seria um passo importante ofertarmos o Curso de Espanhol, ainda para atender às necessidades local e estadual. Assim, o colegiado do curso tem trabalhado para que, no futuro, seja possível a implantação de uma habilitação de Letras/Espanhol.

O Curso de Licenciatura em Letras, a partir do ano de 2009 ofereceu 80 vagas anualmente. O processo seletivo do concurso vestibular ao Curso de Letras foi realizado com duas entradas semestrais por turno, contempladas as habilitações de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa e respectivas Literaturas, distribuídas em 40 vagas semestrais. O Curso de Licenciatura em Letras, com habilitações distintas, foi organizado em núcleos: comum, de formação específica obrigatória, de formação complementar e de componentes curriculares

optativos. Os discentes, inicialmente, cursam componentes comuns até o segundo semestre. A partir do terceiro, estes devem fazer opção por uma das habilitações oferecidas, nas quais defendemos que estão garantidos saberes, competências e habilidades mais densos para uma prática profissional eficiente. Tal proposta justifica-se por atender o perfil de uma instituição pública referenciada socialmente.

O Curso de Licenciatura em Letras alinhava-se a uma nova perspectiva epistemológica, pedagógica, tecnológica e social, com habilitações distintas a partir do terceiro semestre sobrepondo-se qualitativamente por meio de matrizes definidas por componentes curriculares flexíveis, entrelaçados de forma dialógica, transversal, inter e transdisciplinar.

2.2 Dados do Curso

Nome do curso: Letras – Língua Inglesa e respectivas Literaturas

Grau Acadêmico: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Endereço do Curso: Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº, Setor Jardim dos Ipês / CEP: 77500-000 / Porto Nacional – TO

Telefone: 3363-9455

e-mail: letrasporto@uft.edu.br

Ato legal de reconhecimento do curso: Portaria MEC nº 123, de 09/07/2012, publicado no DOU de 10/07/2012, S.1, p. 86 e 87.

Última avaliação da Habilitação em Língua Inglesa e respectivas literaturas, aconteceu no ano de 2013, obtendo a nota 3.

Número de Vagas: 80 vagas por ano, sendo 40 em cada entrada (março e agosto) distribuídos entre as duas habilitações com escolha de habilitação ao final do 2º período.

Prazo mínimo de conclusão: 8 semestres.

Prazo máximo de conclusão: 12 semestres.

Turnos: matutino (ingresso em março) e noturno (ingresso em agosto).

Dimensão das turmas teóricas e práticas: 80 alunos por ano, sendo 40 em cada entrada semestral.

Carga horária total do curso: 3270h

2.3. Diretor do Câmpus:

Prof.^a Dr. George França

Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins – As Atribuições da Direção do Câmpus

As atribuições da Direção do Câmpus e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O Câmpus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos *Campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Câmpus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Câmpus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Câmpus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Câmpus para aprovação final pelo Conselho Universitário;

- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de —Professor Emérito I;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Câmpus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Câmpus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho

Universitário.

Art. 30 - São Atribuições do Coordenador de Câmpus:

- I. administrar o Câmpus;
- II. representar o Câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Câmpus por disposição regimental;
- III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- V. integrar o Conselho Universitário;
- VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Câmpus;
- VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

2.4. Coordenador do Curso

Prof. Dr. Antônio Egno do Carmo Gomes

Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - as atribuições do Coordenador de Curso e do Colegiado

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do Câmpus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Câmpus;
- IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- V. expedir instruções referentes aos cursos;
- VI. representar contramedidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade. Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.5 Relação Nominal dos Membros do Colegiado

Adriana Carvalho Capuchinho

Ângela Francine Fuza

Ana Claudia Turcato de Oliveira

Antônio Egno do Carmo Gomes

Carine Haupt

Carlos Roberto Ludwig

Dalve Oliveira Batista-Santos

Daniella Corcioli Azevedo Rocha

Daniela Silva Costa Campos

José Edicarlos de Aquino
Enilda Rodrigues de Almeida Bueno
Fábio Nascimento Sandes
Greize Alves da Silva
Lívia Chaves de Melo
Lyanna Costa Carvalho
Marília Fátima de Oliveira
Maria da Glória de Castro Azevedo
Maria Perla de Araújo Moraes
Marisa Souza Neres
Neila Nunes de Souza
Rejane de Souza Ferreira
Rubra Pereira de Araújo
Silvana Fernandes de Andrade
Thiago Barbosa Soares
Viviane Cristina Oliveira

Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - as Atribuições do Colegiado de Curso

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I – Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios: de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

- V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluíam na organização curricular do curso coordenado;
- VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

2.6 Comissão Responsável Pela Redação Final do Projeto Pedagógico de Curso

O presente PPC é resultado dos esforços, pesquisas e contribuições dos membros do seu Colegiado, incluindo aí o secretário, os representantes estudantis e os docentes efetivos e substitutos, os quais se debruçaram nas inúmeras tarefas relacionadas à reflexão e composição dos itens que o integram, ao que o Núcleo Docente Estruturante – NDE assume a responsabilidade final.

Há que se dizer que o atual PPC permanecerá em debate no âmbito do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), tendo em vista nossa expectativa de avançarmos no sentido da dupla licenciatura, formato que mais plenamente contemplará nossas especificidades sociais e acadêmicas.

O atual PPC, não obstante, atende plenamente o que preconiza a citada Resolução, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O Art. 22 da citada lei afirma que os cursos de formação de professores que se encontravam em funcionamento na data da publicação deveriam adaptar-se à Resolução no prazo de 2 (dois) anos, prazo esse estendido por mais dois anos.

2.6.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

Antônio Egno do Carmo Gomes - Coordenador do Curso de Letras

Daniela Costa Campos - Presidente
Enilda Rodrigues de Almeida Bueno
Carine Haupt
Adriana Carvalho Capuchinho
Carlos Roberto Ludwig
Neila Nunes de Souza
Marisa Souza Neres
Rubra Pereira de Araújo
Daniella Corcioli Azevedo Rocha
Lyanna Costa Carvalho
Marília Fátima de Oliveira
Maria da Glória de Castro Azevedo

3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso se efetiva, de fato, através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima,

que assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Elas devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;

- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino-aprendizagem) ressignificando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontada como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao

processo de formação e ensino-aprendizagem efetivadas em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de componentes curriculares por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos audiovisuais e de plataformas digitais.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Para reelaboração do PPC do Curso de Letras da UFT/Porto Nacional, em consonância com as legislações vigentes e com os documentos institucionais, faz-se necessário pensar a organização didático-pedagógica numa dimensão mais ampla para contemplar a complexidade do fazer humano e de sua formação profissional. Por conseguinte, diante da necessidade de ampliar a visão sobre a formação docente para além de uma formação restrita,

descontextualizada e muitas vezes fragmentada, tomamos aspectos de abordagens diferentes, mas que se complementam na religação de saberes para uma formação em totalidade.

Diante da complexidade social e humana, tomamos a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Assim, aproximando teoria e prática, sujeito e realidade, competências e habilidades, objetividade e subjetividades dos conteúdos e metodologias, a partir de diversas linguagens e tecnologias, contribuiremos para ampliar a visão e a atuação desse profissional de Letras, priorizando, inclusive, aulas campo.

As aulas campo serão realizadas em escolas públicas e privadas do ensino fundamental e do ensino médio, em instituições como sistema prisional ou socioeducativo, assentamentos, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, desde que comprovem atividades ligadas ao ensino de língua portuguesa e respectivas literaturas.

Os seguintes componentes contemplam aulas campo: História da Educação, Política, Legislação e Organização da Educação Básica, Didática, Libras (Língua Brasileira de Sinais), Estágio Supervisionado, e em componentes que contêm Prática como Componente Curricular, dependendo da temática.

4.1 Projeto Pedagógico do Curso

Este projeto é fruto de um trabalho coletivo com a participação do corpo docente e discente do colegiado de Letras do Câmpus de Porto Nacional/UFT. O engajamento e a mobilização de todos os docentes do curso de Letras nos debates, nas análises e na elaboração deste projeto tornaram-se fundamentais para esta proposta.

O PPC de Letras de Porto Nacional orienta-se por uma formação que tem como proposta a adoção de princípios que permitam redimensionar o PPC através de articulações entre conhecimentos teóricos dos componentes curriculares com a prática profissional ao longo do curso, desde os primeiros anos. Também entendemos ser necessário que o formando de Letras, tenha um espaço e tempo para desenvolver suas análises, reflexões e pesquisas sobre as

experiências vivenciadas nos componentes teóricos e práticos através de atividades interdisciplinares. O projeto prevê a flexibilização curricular para que o discente de Letras defina o seu percurso de formação em áreas específicas do saber e com atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de seu interesse, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Denominamos, neste PPC, tais atividades teórico-práticas como atividades complementares.

4.1.1 Justificativa

O curso de Letras enfatiza a formação da competência humana, com vistas à construção de novos paradigmas para a cidadania. Portanto, a formação acadêmica que se pleiteia na UFT, a partir das normas internas previstas no Regimento Interno, no PDI da Universidade e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve transcender o tradicional espaço da sala de aula e articular-se às diferentes dimensões da realidade, instaurando, assim, novos papéis para os envolvidos no processo de formação.

Tendo em vista a necessidade de atender aos anseios da população, no que tange à formação docente, e às constantes exigências de revisão e atualização das teorias educacionais, o Câmpus de Porto Nacional/UFT busca estruturar o seu Curso de Letras e tem por finalidade discutir os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como na Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de formação pedagógica e formação continuada, além de considerar as recomendações constantes dos parâmetros e referenciais curriculares para a Educação Básica, elaboradas pelo Ministério da Educação.

A tônica difundida hoje pela comunidade recai sobre a relevância da formação de professores para atuarem na formação básica. Cerca de 80% dos discentes que concluem o Ensino Médio procuram a Universidade para prosseguir seus estudos, dentre estes 60% dão prioridade aos cursos de licenciaturas, inclusive ao próprio curso de Letras (SEDUC/TO, 2017). Por isso, o Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional/UFT atua na qualificação dos professores para trabalharem na Educação Básica, a fim de garantir aprendizagens essenciais à

sua formação, possibilitando-lhes competências suficientes para difundir o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

O curso de Letras/Porto Nacional compreende que somente priorizando a formação de educadores capacitados e comprometidos com o processo ensino-aprendizagem poderá garantir condições básicas para o funcionamento da escola como uma dimensão pedagógica. Apesar das mudanças socioculturais exigirem ampla e sólida formação profissional, as reformas universitárias implementadas pelas políticas neoliberais se mostram ineficientes para a realidade educacional.

Por outro lado, as Instituições de Ensino Superior apontam propostas alternativas de enfrentamento das políticas neoliberais, objetivando superar a contradição existente nas propostas governamentais. Segundo essas instituições, as contradições presentes nas propostas oficiais invertem os valores estabelecidos pela Constituição Brasileira. As alternativas contraditórias que se apresentam no cenário político educacional nos desafiam a pensar em uma política de formação do profissional de Letras.

A educação escolar, neste contexto, assume responsabilidades cruciais, uma vez que a inserção crítica das novas realidades do mundo contemporâneo depende substancialmente de um processo de escolarização que valorize o conhecimento, o desenvolvimento das dimensões cognitivas, humanas, éticas e estéticas.

4.1.1.1 Sobre a Natureza e a Especificidade de uma Educação Linguística Crítica

Em que pese o ensino de Língua Inglesa ter sido tornado obrigatório por meio da Lei nº 13.415, de 2017, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio, o ensino de língua e de literatura de língua inglesa deve ser justificado pela resposta à pergunta: “que relevância há em atender às reais demandas do processo de ensino e aprendizagem de Inglês como língua internacional no atual cenário brasileiro?”.

A resposta poderá variar, a depender das visões que se tenha sobre ensino de língua e sobre a própria língua. A abordagem crítica neste PPC concebe “a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade” (CNE, 2001, p. 31)¹, e segue, portanto, alinhada a uma visão decolonialista de ensino e de aprendizagem e de língua(gem). A resposta à pergunta inicial deve considerar, desse modo, a importância de

¹ Parecer CNE/CES 492/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras.

reconhecer, conforme aponta Siqueira (2018)², a dimensão política que essencialmente envolve o ensino de línguas e a formação necessária do professor para se tornar não um técnico de ensino, mas um educador linguístico. É igualmente importante, ainda seguindo as reflexões de Siqueira (2018), assumir-se como brasileiro(a) falante de uma língua franca global, livre de tutelas culturais e ideológicas e da obrigação de servir como protótipo de falante nativo de inglês, assumir também uma posição mais ativa no momento de definir como usar materiais alinhados com a cultura de aprendizado local, ser capaz de analisar criticamente o conteúdo dos livros didáticos produzidos sob a égide das grandes editoras mundiais, promovendo adaptações e mudanças condizentes com a realidade tocantinense, buscar suporte no contexto educacional mais amplo para adotar uma pedagogia apropriada de Inglês como língua internacional, buscar, dentro das possibilidades, programas de formação orientados por abordagens críticas e transformadoras. Certamente muitas outras características podem se somar às aqui elencadas.

Portanto, compreendendo o longo caminho para a criticidade, o ensino de língua inglesa e de suas literaturas justifica-se não somente pelo pragmatismo da sociedade atual e de suas relações de trabalho, mas, especialmente, pela necessidade de construção do “eu”, da possibilidade de ser ou de “ser mais”, no dizer de Freire (1969)³, o que, por sua vez, torna imprescindível a relação com o “outro”, bem como as relações no mundo e com o mundo, entendendo a educação linguística crítica como um processo essencialmente formador, que conduz o(a) aprendiz para muito além do mero acúmulo de saberes.

4.1.1.2 A Condição do Inglês Como Língua Franca (ILF) na Contemporaneidade

Como parte da justificativa, é também preciso situar espacial e temporalmente o Curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas da Universidade Federal do Tocantins, como espaço de produção de conhecimentos e não apenas de reprodução de saberes hegemônicos. Sua inserção em um contexto de desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal, em tempos de “grande ebulição sócio-cultural-político-histórica

² SIQUEIRA, D. S. P. Por uma educação linguística crítica. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. **Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil** [recurso eletrônico]: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês / Organização: Rosane Rocha Pessoa, Viviane Pires Viana Silvestre, Walkíria Monte Mór. - 1. ed. - São Paulo: Pá de Palavra, 2018.

³ FREIRE, P. R. N. **O Papel da Educação na Humanização**. Revista Paz e Terra, Ano IV, nº 9, Outubro, 1969, p. 123-132.

e epistemológica que muitos chamam de pós-modernos”, como indica Moita Lopes (2006)⁴, não pode deixar de ser endossada.

Assim, no campo dos estudos da linguagem, indispensável se faz a existência de uma licenciatura que cumpra problematizar a modernidade/colonialidade que marca a (re)produção dos discursos etnocêntricos sobre a região amazônica, a partir da análise da língua e literatura de língua inglesa e da imperiosa necessidade de questionar a difundida “superioridade” presente no Inglês, ou na identidade nacional inglesa, nos moldes propostos por Boaventura de Souza Santos (2009)⁵, Mignolo (2000)⁶, Kumaravadivelu (2016)⁷, cujas atenções voltam-se para a opção decolonial no ensino de língua inglesa.

Nesse sentido, o Câmpus universitário de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins, que abriga desde 2009 o curso de licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas (Resolução CONSEPE N° 31, DE 12/08/2009), ganha destaque ao deixar de ser apenas o receptáculo de saberes estanques e passar, então, a produzir e difundir saberes a partir de uma perspectiva crítica, ética e transcultural, no momento em que defende um processo de decolonização de crenças, atitudes, premissas e métodos nos mais diversos níveis, visando, entre outros aspectos, à des(re)construção de discursos e práticas daqueles envolvidos diretamente com o ensino do idioma.

4.1.2 Objetivos do Curso

Geral: Promover o desenvolvimento linguístico e literário da comunidade em que o Câmpus Porto Nacional /UFT está inserido, buscando a investigação científica e cultural na área de Letras por meio do aprimoramento e da capacitação profissional para atuar fundamentalmente como professor pesquisador. Além disso, poderá atuar como crítico literário, revisor de textos, tradutor e secretário executivo, em língua inglesa e suas literaturas.

Específicos

⁴ MOITA LOPES, L. P. Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (org). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 22-23.

⁵ SOUZA SANTOS, B.; Meneses, M.P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

⁶ MIGNOLO, W. **Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledge and border thinking**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

⁷ KUMARAVADIVELU, B. **The decolonial option in English teaching: can the subaltern act?** Tesol Quarterly, v. 50, n. 1, p. 66-85, 2016.

- Oferecer ao graduando em Letras uma formação direcionada para a sua atuação na Educação Básica, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais sobre os fatos da linguagem e sobre as diversas variedades e registros linguísticos;
- Proporcionar reflexão sobre os usos da língua inglesa e das literaturas de língua de língua inglesa;
- Promover a investigação teórica, científica, técnica e didático-pedagógica como forma de produzir e de divulgar conhecimentos científicos e culturais por meio da integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão e da integração entre graduação e pós-graduação;
- Propiciar a atualização quanto às abordagens e o desenvolvimento de novas metodologias que contribuam para uma prática educativa crítica frente às exigências do ensino de línguas e de literaturas.

4.1.3 Perfil do Egresso

O ensino superior é fundamentalmente relevante em realidades como a do Tocantins, estado de independência político-geográfica recente e no qual as oportunidades de estudo qualificado são ainda incipientes. Nessa perspectiva, o curso de Letras/CPN tem o objetivo de formar professores de línguas com habilidades e competências para atuarem na educação básica e de ensinarem a língua materna ou a língua inglesa e suas respectivas literaturas com evidente domínio e proficiência, mas, igualmente, tem ainda o objetivo de propiciar aos seus educandos estratégias para desenvolverem sua sensibilidade estética e os meios de atuação crítica na realidade circundante.

Visando a isso o curso se estruturará de modo a propiciar ao aluno que durante sua formação conviva com as obras de erudição literária em línguas portuguesa e inglesa, como também com os textos mais relevantes da literatura universal disponíveis naqueles idiomas, sabendo ao mesmo tempo apreciar e identificar as chamadas literaturas periféricas. O curso ensinará práticas significativas de leitura e produção textual nas mais diversas discursividades em gêneros escritos, orais e multimodais, objetivando ainda propiciar ao graduando condições de multiletramentos, que passam por uma formação humanística e crítica e pelo domínio das novas tecnologias de ensino de línguas e de literatura. Uma vez que o processo formador deverá propiciar aos licenciandos esse contato formativo com as manifestações linguísticas, educacionais, literárias e culturais, esperam-se egressos habilitados ao ensino de línguas e dotados de sensibilidade estética e da capacidade de inter(agir) de maneira eficaz em sua

realidade imediata como produtores e consumidores competentes de significados, conceitos e ideias por meio das língua(gen)s.

Para que possa completar o processo pelo qual a UFT cumpre sua função social, o egresso do curso de Letras/CPN disporá de uma formação que o habilite para o autoconhecimento e para a criação de suas próprias maneiras de se colocar diante da linguagem e do outro por meio dela, sabendo ainda apreciar as práticas linguísticas e literárias regionais tocantinenses e amazônicas, tendo convivido no seu processo formador com os gêneros literários alternativos, tais como a literatura popular, a literatura multimodal e outras.

4.1.4 Campos de Atuação Profissional

Com a formação propiciada pelo curso de Letras/CPN, os egressos estarão aptos a exercer a docência na área do ensino básico de linguagens e suas tecnologias. Também estarão prontos a exercer as mais diversas práticas leitoras e escritoras, em contextos formais ou informais, inter(agindo) na realidade circundante de maneira crítica e participativa por meio das linguagens oral e escrita. De maneira mais específica, os campos de atuação do licenciado em Letras/CPN são:

1. Ensino de Língua inglesa:
 - Em escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública de ensino;
2. Trabalhos autônomos com práticas discursivas e linguísticas, formalizadas ou não, tais como resenhistas de obras literárias, tradução, dublagem, revisão de textos, escrita ficcional, editoração, produção de manuais linguísticos, produção de textos, ensino de língua estrangeira e outros afins.

4.1.4 Competências e Habilidades

Ao final do ciclo de graduação do seu processo formativo o egresso de Letras/CPN deverá ser capaz de:

- Compreender e conduzir investigações de língua e linguagem, através da análise de diferentes teorias, bem como da utilização das mesmas na resolução de problemas de ensino e aprendizagem da língua inglesa;
- Analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e funcionamento de uma língua, em particular da língua inglesa;

- Conhecer teórica e descritivamente os componentes fonológico, morfossintático, léxico e semântico da língua inglesa;
- Compreender as diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades linguísticas existentes, bem como dos vários níveis e registros de linguagem;
- Conhecer, do ponto de vista teórico, crítico e prático o sistema literário dos países que fazem uso do inglês como primeira ou segunda língua e/ou língua franca;
- Refletir de maneira analítica e crítica sobre a configuração de um texto literário;
- Perceber, estética e politicamente, o discurso literário como leitura de mundo;
- Formar leitores críticos, intérpretes e produtores de diferentes gêneros e registros linguísticos;
- Ter atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento autônomo e colaborativo;
- Ter atitude interdisciplinar, reconhecendo a relevância dos diversos discursos e teorias circulantes na sociedade contemporânea;
- Utilizar recursos pedagógicos que permitam a transposição didática e de conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 A Organização por Núcleos e Distribuição da Carga Horária

Conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015, a distribuição dos componentes curriculares do curso é feita em dois núcleos. O núcleo I compreende “os estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais” (CNE/CP nº 02/2015, p. 9). Já o Núcleo II, é o núcleo de “aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais” (CNE/CP nº 02/2015, p. 10). Dentro de cada núcleo, há componentes curriculares específicos, voltados para os conhecimentos de línguas, linguística e literaturas, bem como componentes de dimensão pedagógica.

A carga horária total do curso de Letras é constituída, portanto, da soma dos componentes curriculares desses dois núcleos, acrescidos da carga horária do Núcleo III, que é o

“núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular” (CNE/CP nº 02/2015, p. 10). Esses estudos compreendem 210 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento de ensino, pesquisa e extensão, conforme especificado na seção 5 deste documento.

Observe-se ainda a especificação da carga horária:

- a) da prática como componente curricular (420). A prática como componente curricular é compreendida como:

o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. (PARECER CNE/CES nº15/2005)

A prática como componente curricular perpassa todo o curso de Letras, desde o primeiro período. Ela faz parte de alguns componentes curriculares do curso, com carga horária de 15 horas. O teor da prática como componente curricular está especificado nas ementas. Além disso, há ainda as Práticas Interdisciplinares que têm como foco a prática como componente curricular oferecida em caráter optativo. Maiores detalhes serão apresentados na seção 5.2.

- b) dos estágios supervisionados (420 horas). Os estágios supervisionados estão distribuídos em quatro componentes curriculares, cada um com 105 horas. A especificidades de cada estágio são descritas na seção 9.
- c) dos componentes optativos (75). As Práticas Interdisciplinares, oferecidas no quarto período, possuem caráter optativo com seu foco na educação interdisciplinar. A relação de tais componentes encontra-se na seção 5.8.2
- d) e a soma dos componentes de dimensão pedagógica (690), perfazendo um quinto da carga horária total do curso (CNE/CP n. 2/2015).

5.2 A prática como componente curricular

A articulação entre teoria e prática, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos pilares da formação de profissionais do magistério da Educação Básica.

O Parecer CNE/CP n. 9/2001 apresenta uma nova concepção de Prática — como componente curricular — (PCC) que abarca uma dimensão do conhecimento presente tanto nos momentos em que se trabalha a reflexão sobre a atividade profissional, quanto no estágio, momento em que se exercita a atividade profissional. Nesse sentido, a PCC deve ser planejada

quando da elaboração do projeto pedagógico, sendo contemplada desde o início da formação, estendendo-se ao longo de todo o seu processo, em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico.

Desse modo, as 420 horas da PCC deverão ser pensadas na perspectiva interdisciplinar, pois nessa prática a ênfase estará nos procedimentos de observação e reflexão, no registro das observações realizadas e na resolução de situações-problema.

[A PCC] consiste num novo conceito temático, que preserva a disciplinaridade na estrutura, mas que deverá superá-la no funcionamento. Portanto, trata-se de um exercício de superação de uma tradição cartesiana, de marca positivista, que tende a compartimentalizar os conteúdos e encerrá-los em grades curriculares estanques, por vezes não articuladas. A meta é um currículo orgânico, capaz de articular interdisciplinarmente as diferentes áreas do conhecimento (SOUZA NETO; SILVA, 2014).

Na presente proposta curricular, desde o início do curso, as ementas são elaboradas a partir da compreensão da prática pedagógica como práxis — ação refletida — concretizada desde o processo de planejamento curricular, até as tomadas de decisão no dia a dia da docência, da orientação, da intervenção. Vale ressaltar que o enfoque de alguns componentes curriculares acaba por conferir-lhes uma carga horária mais ampla no sentido do aprofundamento e da concretização da articulação entre teoria e prática.

A PCC pode também ser realizada com foco na reflexão da prática educacional, preparação de materiais didáticos, resolução de situações-problema, construção de projetos interdisciplinares, seminários, oficinas, podendo lançar mão de apoio de recursos digitais e ambientes digitais para pesquisa e produção de conhecimento e materiais pedagógicos.

O presente PPC do curso de Letras/Porto Nacional apresenta um elemento aglutinador dos diferentes componentes do curso, com vistas à potencialização de ações de formação que evidenciem a característica trans-interdisciplinar do conhecimento. Tratam-se das Práticas Interdisciplinares nas quais serão ofertadas propostas de trabalho por dois ou mais professores do curso. Essas práticas buscarão a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tendo os alunos como protagonistas.

As Práticas Interdisciplinares serão compostas por quatro temáticas condizentes com os objetivos do curso e perfil do corpo docente e discente: Estratégias de Aprendizagem; Produção e análise de material didático; Linguagem, educação e diversidade cultural; Artes, cultura e sociedade; Políticas educacionais e a prática de sala de aula. A cada semestre, o Colegiado escolherá três dessas temáticas para ofertar.

As Práticas Interdisciplinares serão ofertadas aos alunos no quarto período do curso, terão caráter obrigatório, mas, ao mesmo tempo, conferirão dinamicidade ao curso, uma vez que os alunos poderão escolher, para cursar, uma dentre as três temáticas ofertadas para matrícula. O aluno tem a obrigatoriedade de cumprir 75 horas nessa modalidade, podendo frequentar mais de uma prática interdisciplinar, desde que apenas uma por semestre. As horas excedentes de práticas interdisciplinares poderão ser aproveitadas como horas complementares. As Práticas Interdisciplinares podem incluir aulas campo, mas também contar com apoio de ambientes digitais em modo semipresencial. Os conteúdos semipresenciais, quando existirem, serão ministrados em forma de sala de aula invertida, ou seja, com disponibilização de material (textos, vídeos, apresentações ou outros materiais online) para estudo e propostas de discussão presenciais ou online na plataforma *Moodle* (ou outra de escolha do docente), em escrita colaborativa (Google Documentos ou *Word Online*) blogs do docente ou da turma ou ainda em grupos de discussão fechados em redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter* etc) para produção de matérias e projetos. Haverá sempre orientação presencial em horário combinado entre os grupos e o docente. A carga teórica será ministrada no período vespertino, preferencialmente, porém ajustado a cada grupo, sempre contando com ao menos quatro encontros presenciais (15 horas).

Outro conceito que nos ajudará nesse trabalho é a criatividade compreendida como a capacidade de criar, produzir ou inventar coisas novas, bem como a capacidade de transformar situações e inovar no modo de agir. Origem no latim *creare*, que significa criar, a criatividade pode ser classificada de diversas formas.

Quando falamos em pessoas podemos dizer que a criatividade é uma qualidade que é desenvolvida na infância quando se busca conhecer as coisas e se tem grande potencial criativo. Como formar professores capazes de desenvolver processos de ensino-aprendizagem criativos? Para Morin (2001, p. 20),

[...] faz-se necessário substituir um pensamento que está separado por outro que está ligado. Esse reconhecimento exige que a causalidade unilinear e unidirecional seja substituída por uma causalidade circular e multirreferencial, que a rigidez da lógica clássica seja corrigida por uma dialógica capaz de conceber noções simultaneamente complementares e antagônicas, que o conhecimento da integração das partes ao todo seja completado pelo reconhecimento do todo no interior das partes.

Dessa forma, contemplamos a prática como um trabalho consciente, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica, como um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações

próprias do ambiente da educação escolar. E é assim que entendemos que essa atividade é também transdisciplinar, ou seja, àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.

Temos então que “A transdisciplinaridade é, no entanto, radicalmente distinta da pluri e da interdisciplinaridade, por sua finalidade: a compreensão do mundo presente, impossível de ser inscrita na pesquisa disciplinar. A finalidade da pluri e da interdisciplinaridade sempre é a pesquisa disciplinar. (...) Para o pensamento clássico, a transdisciplinaridade é um absurdo porque não tem objeto. Para a transdisciplinaridade, por sua vez, o pensamento clássico não é absurdo, mas seu campo de aplicação é considerado como restrito.” (NICOLESCU, 1999).

Temos consciência de que não é um trabalho fácil e simples, mas, como educadores e pesquisadores, ousamos apresentar essas inovações e trabalhar para romper nossos paradigmas pessoais e coletivos.

5.3. Abordagem da Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010)

A abordagem de conteúdos e metodologias que valorizem as relações étnico – raciais, permite e estimula o trabalho conjunto entre dois ou mais campos distintos, em busca de um trabalho trans/interdisciplinar, portanto, a temática é tratada conforme a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010, em diversos componentes curriculares obrigatórios e optativos do Curso de Licenciatura em Letras em Língua Inglesa. A proposta é que a temática seja abordada de forma interdisciplinar, estabelecendo ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos. A temática será tratada como propostas para reflexão e ensino em componentes curriculares como **Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Compreensão oral em Língua Inglesa I, II e III, Literaturas, Identidades e Culturas em Língua Inglesa e Psicologia da Educação II**, entre outras, cumprindo assim, também a exigência do Artigo 13 § 2º da Resolução CNE/CP Nº2 2015 que regulamenta a necessidade da abordagem da diversidade étnico-racial.

5.4. Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11).

A educação ambiental se aproxima e interage com outras dimensões da educação contemporânea, mas sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais dos estilos de vida individuais e coletivos. Espaços e as estruturas de Educação Ambiental são considerados importantes focos para a difusão de uma cultura ambiental fora e dentro das Instituições de Ensino. Ao mesmo tempo, a criação e manutenção desses espaços, refletem uma resposta a uma demanda social crescente. Portanto a abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11), perpassará os componentes curriculares do curso, principalmente, os de **Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas, Tecnologias Digitais no Ensino-aprendizagem de Línguas e Literaturas e A Ficção e a Poesia nas Literaturas em Língua Inglesa** cujas ementas abordam diretamente questões de sustentabilidade ambiental no ensino.

5.5 Outros Temas e Conteúdos Transversais (Artigo 13 § 2º da Resolução CNE/CP Nº2 de 01 de julho de 2015).

O Projeto Pedagógico proposto adequa-se aos conteúdos exigidos pela Resolução CNE/CP Nº2 2015 que diz:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O componente de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é de cumprimento obrigatório na matriz curricular da Licenciatura em Letras em Língua Inglesa com carga horária de 60 horas a serem cumpridas em qualquer curso que a ofereça no câmpus no horário que convier ao aluno.

A fim de demonstrar a presença dos demais conteúdos transversais exigidos, elaboramos uma tabela, com alguns dos componentes curriculares que os contemplam. Alertamos, contudo, que os conteúdos estão distribuídos ao longo de vários componentes curriculares.

Conteúdo transversal	Componente Curricular
Fundamentos da educação	<ul style="list-style-type: none"> ● Política, Legislação e Organização da Educação Básica; ● História da Educação;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas I
Formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias,	<ul style="list-style-type: none"> ● Política, Legislação e Organização da Educação Básica ● Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Filosofia da Educação; ● Estágio Supervisionado: em Língua Inglesa e Literaturas II; ● A Ficção e a Poesia nas Literaturas em Língua Inglesa.
Educação especial	<ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos de Educação Inclusiva; ● Processos de aprendizagem e cotidiano escolar.
Diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional	<ul style="list-style-type: none"> ● Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II; ● Psicologia da Educação I: Processos de aprendizagem e cotidiano escolar; ● A Ficção e a Poesia nas Literaturas em Língua Inglesa; ● Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II.
Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	<ul style="list-style-type: none"> ● Sociologia da Educação; ● Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II; ● Filosofia da Educação

5.6 Matriz curricular Licenciatura em Letras Habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas

Per.	Código UFT	Componente Curricular	Créditos	CH teórica	CH Prática	PCC	CH Total	Pré-requisito	Núcleo	Equivalência
1	6LPNC001	Princípios e Fundamentos dos Estudos da linguagem	5	60	#	15	75	#	I	Princípios e Fundamentos dos Estudos da linguagem
1	6LPNC002	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	#	I	Língua Inglesa I
1	6LPNC003	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	5	60	#	15	75	#	I	Escrita Acadêmica
1	6LPNC004	Filosofia da Educação	4	60	#	#	60	#	I	Filosofia da Educação
1	6LPNC005	Introdução aos Estudos Literários	5	60	#	15	75	#	I	Literatura Greco Romana (optativo)
Total			24	300	#	60	360			
2	6LPNC006	História da Educação	4	75	#	#	75	#	I	História da Educação
2	6LPNC007	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo	5	60	#	#	60	#	I	Teoria Literária: Texto Narrativo
2	6LPNC008	Sociologia da Educação	4	75	#	#	75	#	I	Sociologia da Educação
2	6LPNC009	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	#	I	Língua Inglesa II
2	6LPNC010	Norma Linguística	5	60	#	15	75	#	I	Tópicos de Gramática Normativa e Articulação Textual (Optativo)
Total			23	330	#	30	360			
3	6LEIL001	Produção de Gêneros Textuais em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	Leitura e introdução à Produção textual em Língua Inglesa	I	Língua Inglesa IV
3	6LEIL003	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	4	60	#	#	60	#	I	Política, Legislação e Organização da Educação Básica
3	6LEIL002	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I	5	60	#	15	75	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	I	Língua Inglesa III
3	6LEIL005	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	5	60	#	15	75	#	I	Teoria Literária: Texto Poético
3	6LEIL004	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	4	60	#	15	75	#	I	Introdução à Fonética e Fonologia do Português
Total			23	300	#	60	360			
4	6LEIL006	Produção Oral e Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	5	60	#	15	75	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I	I	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa
4	6LEIL007	Tecnologias Digitais no Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas	5	60	#	15	75	Leitura e introdução à Produção textual em Língua Inglesa	I	Ensino de Língua Inglesa Mediada Pelo Computador
4	6LEIL008	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa	5	60	#	#	60	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I	I	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa
4	6LEIL009	Didática	4	60	#	#	60	Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; História da Educação; Política, Legislação e Organização da Educação Básica	I	Didática; Planejamento Educacional
4	6LEIL010	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II	5	60	#	15	75	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I	I	Língua Inglesa IV
4		Práticas Interdisciplinares	5	15 ⁸	#	60	75	#	PCC	Não há.
Total			29	300	#	120 ⁹	420			
5	6LEIL011	A Ficção e a Poesia nas Literaturas de Língua Inglesa	5	60	#	15	75	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II, Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo e Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	I	Literatura de Língua Inglesa II
5		Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa III	5	60	#	15	75	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa	I	Língua Inglesa V

⁸ A carga horária teórica deste componente curricular deve ser inserida na somatória da carga horária total da Prática como Componente Curricular – PCC – e não na carga horária teórica total.

⁹ Na somatória da carga horária da Prática Como Componente Curricular, neste campo, estão incluídas as 15 horas teóricas do componente curricular Práticas Interdisciplinares, pois, uma vez que se trata de componente que compõe a carga horária das PPCs, não é incluída na soma da carga horária teórica dos componentes que não compõem as PPCs.

								II Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa		
5	6LEIL012	Psicologia da Educação I: processos de aprendizagem e cotidiano escolar	5	60	#	00	60	#	I	Psicologia da Aprendizagem
5	6LEIL014	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise	5	60	#	15	75	#	I	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise
5	6LEIL015	Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas I	7	60	45	#	105	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa	#	Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas I
Total			27	300	45	45	390			
6		Introdução à Tradução em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II; Produção de Gêneros Textuais em Língua Inglesa	II	Introdução à Tradução
6		Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea	5	60	#	15	75	#	II	Literatura Brasileira: Modernismo
6		Literaturas Modernas e Contemporâneas em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	A Ficção e a Poesia nas Literaturas em Língua Inglesa	I	Literatura de Língua Inglesa III
6		Seminários de Pesquisa I	5	60	15	#	75	#	II	Metodologia da Pesquisa
6		Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II	7	45	60	#	105	Estágio Supervisionado de Língua Inglesa e Literaturas I	#	Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II
Total			27	285	75	45	405			
7		Escrita Acadêmica em Língua Inglesa	4	60	#	#	60	Produção de Gêneros Textuais em Língua Inglesa	I	Língua Inglesa VI
7		Literaturas, Identidades e Culturas em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	Literaturas Modernas e Contemporâneas em Língua Inglesa	II	Literatura de Língua Inglesa IV
7		Fundamentos de Educação Inclusiva	5	60	#	15	75	#	I	Fundamentos de Educação Inclusiva
7		Psicologia da Educação II	4	60	#	#	60	#	II	Psicologia do Desenvolvimento
7		Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas III	7	60	45	#	105	Estágio Supervisionado de Língua Inglesa e Literaturas II	#	Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas III
Total			25	300	45	30	375			
8		Idade Média e Renascimento nas Literaturas de Língua Inglesa	4	60	#	#	60	Literaturas, Identidades e Culturas em Língua Inglesa	I	Literatura de Língua Inglesa I
8		Língua Brasileira de Sinais - Libras	5	60	#	15	75	#	I	Libras
8		Estudos Temáticos em Língua Inglesa e/ou em Literaturas de Língua Inglesa	5	60	#	15	75	Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II	II	Optativo de Língua Inglesa
8		Seminários de Pesquisa II	5	15	60	#	75	Seminários de Pesquisa I	II	TCC - Monografia
8		Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas IV	7	45	60	#	105	Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas III	#	Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas IV
Total			26	240	120	30	390			
Total Geral			204	2325	285	420	3060			

Código UFT	Disciplinas	Créditos	CH Total
	Artes, Cultura e Sociedade	5	75
6LPNC012	Políticas Educacionais e a Prática de Sala de Aula	5	75
	Estratégias de Aprendizagem e Avaliação	5	75
	Linguagem, Educação e Diversidade Cultural	5	75
	Produção e Análise de Material Didático sobre Literatura Tocantinense	5	75

Composição da Carga Horária	CH Total
Núcleo I	1740
Núcleo II	450
Núcleo III	210
Prática como componente curricular (PCC)	420
Estágio Curricular Supervisionado	420
Atividades complementares ¹⁰	210
Total do curso	3270
Dimensão pedagógica (Sem PCC) ¹¹	690

Componentes Curriculares de Núcleo Comum						
PPC Versão 2018 Língua Portuguesa				PPC Versão 2018 Língua Inglesa		
Período	Componentes Curriculares	Carga Horária	Período	Componentes Curriculares	Carga Horária	
1º	Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem	75	1º	Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem	75	Equivalentes
1º	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	75	1º	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	75	Equivalentes
1º	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	75	1º	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	75	Equivalentes
1º	Filosofia da Educação	60	1º	Filosofia da Educação	60	Equivalentes
1º	Introdução aos Estudos Literários	75	1º	Introdução aos Estudos Literários	75	Equivalentes
2º	História da Educação	75	2º	História da Educação	75	Equivalentes
2º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo	60	2º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo	60	Equivalentes
2º	Sociologia da Educação	75	2º	Sociologia da Educação	75	Equivalentes
2º	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	75	2º	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	75	Equivalentes
2º	Norma Linguística	75	2º	Norma Linguística	75	Equivalentes
3º	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	75	3º	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60	Equivalentes

¹⁰ As Atividades complementares compõem a carga horária do Núcleo III. Por este motivo não são computadas na somatória da carga horária total do curso.

¹¹ Os componentes de dimensão pedagógica já estão incluídos em Núcleo I e Núcleo II. Por este motivo não são computados na somatória da carga horária total do curso.

3º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	60	3º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	75	Equivalentes
3º	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	3º	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	75	Aproveitamento mediante complementação de carga horária/conteúdo
4º	Didática	75	4º	Didática	60	Equivalentes
4º	Práticas Interdisciplinares	75	4º	Práticas Interdisciplinares	75	Equivalentes
5º	Psicologia da Educação I	75	5º	Psicologia da Educação I	75	Equivalentes
5º	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise	75	5º	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise	75	Equivalentes
6º	Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea	75	6º	Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea	75	Equivalentes
6º	Seminários de Pesquisa I	75	6º	Seminários de Pesquisa I	75	Equivalentes
7º	Fundamentos de Educação Inclusiva	75	7º	Fundamentos de Educação Inclusiva	75	Equivalentes
7º	Psicologia da Educação II	60	7º	Psicologia da Educação II	60	Equivalentes
8º	Língua Brasileira de Sinais – Libras	75	8º	Língua Brasileira de Sinais – Libras	75	Equivalentes
8º	Seminários de Pesquisa II	75	8º	Seminários de Pesquisa II	75	Equivalentes

5.7 Equivalências e Complementações de Habilitação

Nos casos em que houver o reingresso no curso de um/a aluno/a que possui a habilitação em Língua Portuguesa e que deseja obter também a habilitação em Língua Inglesa será realizado o aproveitamento dos componentes curriculares de núcleo comum, dos componentes curriculares equivalentes entre os dois PPCs, assim como de componentes de Língua Portuguesa que possam ter sido cursados como excedentes. O/A discente, assim, deverá cursar os componentes curriculares específicos faltantes da habilitação de língua portuguesa complementando a carga horária necessária para a integralização do curso. Nos casos em que o/a discente houver

concluído a habilitação em Língua Inglesa de acordo com o PPC de 2009, será realizada a equivalência entre os componentes curriculares daquele documento com o corrente.

Nos casos de ingresso de portadores de diploma de Letras com habilitação em Língua Inglesa de outras Instituições de Ensino Superior e/ou outros diplomas de licenciatura, será realizada análise das ementas e programas de componentes curriculares solicitados pelo/a discente a fim de verificar-se se há equivalência. O/a docente responsável pelo componente pleiteado como equivalente analisará o caso e admitirá ou não o aproveitamento.

A análise de equivalências tem por base o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins:

Art. 94 - O acadêmico será dispensado integralmente quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70 % (setenta por cento) do conteúdo programático e 100% (cem por cento) da carga horária.

Art. 95 - Na hipótese de o componente curricular cursado apresentar conteúdo programático inferior ao exigido no currículo em vigor, o Colegiado de Curso determinará o seu aproveitamento, mediante a realização de:

I - complementação de carga horária, definindo-se qual semestre e turma.

II - complementação de conteúdos por meio dos quais a complementação poderá ser realizada, nas seguintes modalidades:

a) participação em aulas específicas do componente curricular;

b) realização de estudos independentes e posterior realização de prova;

III - trabalho de pesquisa devidamente registrado.

Parágrafo único - As instruções acerca da complementação de estudos deverão ser registradas na Ata de Aproveitamento e fornecidas ao acadêmico por escrito, estabelecendo-se datas de participação nas aulas ou datas de provas, ou prazos para entrega de trabalhos e o respectivo professor responsável. Somente após a realização da complementação, devidamente documentada, será registrada a nota no histórico escolar.

Art. 96 - Cumprida pelo acadêmico a complementação exigida, o respectivo resultado será encaminhado à Coordenação de Curso, que procederá na forma do artigo 91.

Art. 97 - Os acadêmicos, após obtenção de aproveitamento dos componentes curriculares, deverão ser regidos pelo sistema em vigor.

Art. 98 - O aproveitamento dos componentes curriculares será homologado pelo Colegiado de Curso, constando na Ata de Aproveitamento de Componentes Curriculares.

Art. 99 - A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares obedecerá aos prazos definidos em calendário acadêmico. (UFT, 2004, p. 17/18)

A migração para a nova matriz curricular acontecerá somente para os alunos que tiverem cursado até o quarto semestre. A migração será feita mediante termo de concordância dos alunos até o quarto. Excepcionalmente, alunos após o 5º período poderão migrar para a nova matriz curricular, caso desejarem.

Nos casos em que houver discrepância na carga horária entre componentes equivalentes, se tiver sido cursado o mínimo de 75% da carga horária do componente para o qual pleiteia-se aproveitamento, este poderá ser realizado sem necessidade de complementação de carga horária, de acordo com o Regimento Acadêmico da UFT. Caso os alunos tenham cursado componentes

com carga horária excedente ao PPC 2019, poderão aproveitá-las como atividades complementares.

As 420 horas de Práticas como Componente Curricular (PCC) serão cumpridas com o aproveitamento da carga horária prática (CHP) dos componentes cursados do PPC 2009 (até 310 horas), excetuando-se os componentes de estágio supervisionado, posto que não são compatíveis com as PCCs. A fim de completar a carga horária os alunos podem cursar uma ou mais Práticas Interdisciplinares, as quais não têm equivalente no PPC 2009. Os componentes excedentes cursados como optativos no PPC 2009/2010 podem ser aproveitados como componentes optativos ou como atividades extracurriculares. As horas excedentes cursadas em componentes do PPC 2009 podem também ser aproveitadas como atividades extracurriculares na nova estrutura curricular. Componentes curriculares obrigatórios do PPC 2009/2010 que não constam mais no PPC 2019 podem ser aproveitados como componentes curriculares optativos ou horas de atividades complementares.

5.8 Ementário

5.8.1 Núcleo I

1º Período

Componente Curricular: Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem			
CR: 05	CHTe: 60	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Panorama histórico dos fenômenos da linguagem e suas abordagens científicas. As concepções de linguagem. Behavioristas e estruturalistas. A Linguística como ciência. Saussure. Chomsky e a revolução gerativista. As principais correntes atuais e o debate entre gerativismo e funcionalismo. A Linguística no Brasil.			
PCC: Observação e análise, à luz das teorias da Linguagem, de aulas de Língua Portuguesa em escolas públicas e/ou particulares, com o objetivo de compreender as concepções de linguagem que orientam o ensino de Língua Materna.			
Bibliografia básica: FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à linguística I: objetos teóricos . São Paulo: Contexto, 2005. BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I . 5 ed. Campinas-SP, Pontes, 2005. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. MARTELOTTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística . São Paulo: Contexto, 2013.			
Bibliografia complementar: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística II: princípios de análise . São Paulo: Contexto, 2007. BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística Geral II . 2 ed. Campinas-SP, Pontes, 2006. DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. Dicionário de ciências da linguagem . Lisboa: Dom Quixote, 1987.			

MATTOSO CÂMARA Jr, Joaquim. **História da linguística**. Petrópolis: Vozes, 1975.
 SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
 WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.
 LUCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Componente Curricular: Leitura e Produção de Textos Acadêmicos			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Textualidade, com ênfase na compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros textuais/discursivos; Fundamentos teóricos para a leitura e compreensão de gêneros acadêmicos; Organização do texto escrito de natureza técnica, científica e/ou acadêmica; Discurso alheio no texto escrito de natureza técnica, científica e/ou acadêmica; Gêneros técnicos, científicos e/ou acadêmicos: resumo, fichamento, resenha, relatório e artigo científico.			
PCC: Produção escrita em vários gêneros acadêmicos em Língua Portuguesa			
Bibliografia: BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos . São Paulo: Educ. 1999 Coleção Princípios. PLATÃO & FIORIN. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo, Ática, 1996. CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso . São Paulo: Contexto, 2008. MEURER; BONINI; MOTTA- ROTH (Orgs). Gêneros, teorias, métodos, debates . São Paulo: Parábola, 2005.			
Bibliografia complementar: FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação . 22. Ed. São Paulo: Ática, 2007. V. 1. 432 p. MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; LOUSADA, E. Resumo . 6.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 69 p. MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; LOUSADA, E. Planejar gêneros acadêmicos . 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 120 p. KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto . São Paulo: contexto, 2006. KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual . Petrópolis: Vozes, 2010. KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual . 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva <i>et al.</i> Gêneros textuais e ensino . Rio de Janeiro: Lucena, 2005. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.			

Componente Curricular: Filosofia da Educação

CR: 04	CHTe: 60h	PCC: não há	CHT: 60
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Formação do pensamento filosófico ocidental: os pré-socráticos, Sócrates, Platão e Aristóteles. Educação na perspectiva filosófica clássica. As concepções filosóficas de ser humano. A linguagem e sua relação com a formação – social, política e cultural – humana. As relações entre linguagem, conhecimento e educação. Ética e Filosofia Moral. As concepções clássica e contemporânea da filosofia e suas influências ideológicas para a manutenção do poder. Diversidade étnica.			
Bibliografia básica: CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2005. ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 1996. SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Filosofia da educação</i> . São Paulo: FTD, 1994.			
Bibliografia complementar: ABRÃO, Bernadete Siqueira. (org.) História da filosofia . São Paulo: Nova Cultural, 1990. (Coleção Os Pensadores) CASTRO, Susana de. (org.). Introdução à filosofia . Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. GHIRALDELLI JR., Paulo. História da filosofia: dos pré-socráticos a Santo Agostinho . São Paulo: Contexto, 2008. _____. O que é pedagogia . 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos) HOURDAKIS, Antoine. Aristóteles e a educação . São Paulo: Loyola, 2001. LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano . São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores) MONTAIGNE, Michel de. A educação das crianças . São Paulo: Martins Fontes, 2005. NISKIER, Arnaldo. Filosofia da Educação: uma visão crítica . São Paulo: Loyola, 2001. PLATÃO. Cartas e epigramas . Bauru/SP: Edipro, 2011. PRÉ-SOCRÁTICOS. Vida e obra . São Paulo: Abril Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores) PAVIANI, Jayme. Platão & a educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. PLATÃO. A República . São Paulo: Best Seller, 2002. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio - ou da educação . São Paulo: Martins Fontes, 2009. SÓCRATES. Vida e obra . São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)			

Componente Curricular: Estratégias de Leitura em Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Leitura e Compreensão de Textos em nível básico e pré-intermediário. Estratégias de leitura em língua inglesa: <i>skimming</i> , <i>scanning</i> , predição, inferência, cognatos, introdução às palavras de transição (<i>linking words</i>). Análise de gêneros textuais. Estudo dos aspectos léxico-gramaticais dos gêneros textuais analisados.			
PCC: Desenvolvimento de técnicas de leitura para o ensino de Língua Inglesa.			
Bibliografia básica:			

MUNHOZ, R. **Inglês instrumental: Estratégias de Leitura – módulo I**. São Paulo: Textonovo, 2001.

RICHARDS, J. C.; ECKSTUT-DIDIER, S. **Strategic reading 1: building effective reading skills**. New York: Cambridge, 2003.

MURPHY, Raymond. **Essential grammar in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Bibliografia complementar:

EASTWOOD, John. **Oxford practice grammar**. Oxford: Oxford U. P., 1999.

GRELLET, Françoise. **Developing reading skills: a practical guide to reading comprehension exercises**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HUTCHINSON, T; WALTERS, A. **English for specific purposes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

MAINGAY, Susan. **Making sense of reading**. Surrey: Nelson (University of Malaya), 1993.

REID, Joy M. **The process of composition**. New York: Prentice Hall Regents, 2000.

SOUZA, Adriana Grade Fiori, ABSY, Conceição A., COSTA, Gisele Cilli, MELLO, Leonilde Favoreto. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: Disal, 2005.

SWA-N, Michael. **Practical English usage**. Oxford: Oxford U. P., 1995.

TAKAKI, Nara Hiroko. Contribuições de teorias recentes de letramentos críticos para inglês instrumental. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. 2012, vol.12, n.4, pp.971-996.

VINCE, M. **Macmillan English grammar in context**. Oxford: Macmillan, 2008.

Componente Curricular: Introdução aos Estudos Literários			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
EMENTA: Introdução aos estudos teóricos literários. Apreciação de textos fundadores da literatura. Leitura de obras pertencentes a diversos gêneros literários (narrativa, poesia e drama). Introdução aos instrumentos de leitura e análise de obras literárias.			
PCC: Refletir sobre instrumentos de leitura para o ensino básico.			
Bibliografia básica: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética clássica . Introdução de Roberto de Oliveira Brandão. Trad. de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1981. PLATÃO. A República . 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2000. AUERBACH, Erich. Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental . Trad. George Sperber. São Paulo: Perspectiva, 2004.			
Bibliografia complementar: AUBRETON, Robert. Introdução a Homero . São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1968. CULLER, Jonathan. Teoria literária. Uma introdução . Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo, Beca, 1999. DIDEROT, Denis. Discurso sobre a poesia dramática . Trad. Franklin de Mattos. São Paulo: Cosac Naify, 2005. ELIADE, Mircea. Mito e realidade . São Paulo: Perspectiva, 1972. FORSTER, E.M. Aspectos do romance . Porto Alegre: Globo, 1969. FRIEDRICH, Hugo. Estrutura da lírica moderna . São Paulo: Duas Cidades, 1991.			

HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime: tradução do prefácio de Cromwell**. Trad. Célia Berrettinni. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOLLES, André. **Formas simples**. Trad. A. Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.

LESKY, Albin. **A tragédia grega**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do romance**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

2º Período

Componente Curricular: Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 00	CHT: 60h
Pré-requisitos: não há			
EMENTA: Estudo da transição entre a épica antiga e as formas narrativas posteriores. Teoria e análise dos gêneros narrativos: conto, novela, romance e crônica. Apreciação de textos fundadores da teoria da narrativa. As correntes críticas da narrativa.			
PCC: Filosofia e educação. Possibilidades de ensino das formas narrativas estudadas.			

Bibliografia básica: :

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Bernardini e outros. São Paulo: Hucitec/Ed. Unesp, 1988.

CHKLOVSKI, Victor et al. **Teoria da Literatura: formalistas russos**. Porto Alegre, Globo, 1971.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria. Literatura e senso comum**. Trad. Cleonice P. Barreto Mourão e Consuelo Fontes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

Bibliografia complementar: :

BARTHES, R et al. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. **Crônica: história, teoria e prática**. São Paulo: Scipione, 1993.

BOURNEUF, R., OUELLET, R. **O universo do romance**. Trad. J.C.S. Pereira. Coimbra: Almedina, 1976.

CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. 5.ed. S. Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **A crônica, o gênero e suas fixações no Brasil**. São Paulo: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do romance**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Trad. M. H. Martins. Porto Alegre: Globo, 1969.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Trad. F. C. Martins. Lisboa: Vega, s.d.

LEITE, Ligia C. Moraes. **O foco narrativo**. S. Paulo: Ática, 1985.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. vls. 1 (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983) e 2 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

PROPP, Vladimir. **Morfologia do conto**. Lisboa: Editora Vega, 1978.

VANHOOZER, Kevin J. **Há um significado neste texto?** São Paulo: Vida, 2005.

Componente Curricular: Sociologia da Educação

CR: 04	CHTe: 75h	PCC: não há	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Relações educação e sociedade, educação e sociologia. Compreensão das concepções teóricas da educação no discurso sociológico de autores clássicos e contemporâneos: Durkheim, Weber, Marx, Bourdieu e outros. A concepção de sociedade moderna em Marx, Durkheim e Weber. A sociologia da educação e o paradigma do trabalho. A educação como socialização. A educação como alienação/emancipação. A racionalização da educação e a formação do especialista. As contribuições da Sociologia para a compreensão e problematização das relações entre educação, saber e poder.			
Bibliografia básica: DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1978. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. (Coleção O que você precisa saber sobre) QUINTANEIRO, Tânia. e outros. Um Toque de Clássicos . Belo Horizonte: UFGM, 1999.			
Bibliografia complementar: ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 2000. ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico . São Paulo: Martins Fontes,			

2000.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições Sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice. M.(orgs.) **Educação e Sociedade (leituras de Sociologia da educação)**. 9a. Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

COHN, Gabriel (org.). **Weber**. Sociologia. São Paulo: Ática, 2000.)

DURKHEIM, Emile. **A Educação Moral**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM. **Vida e obra**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)

FIGUEIREDO, Vilma. **A Ciência da Sociedade**. Curso no 25º Encontro Anual ANPOCS. 2001. www.anpocs.org.br.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A Riqueza do Tempo Perdido**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 109-125, jul./dez. 1999. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 19 de agosto de 2009.

GOMES, Candido Alberto. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. São Paulo: EPU, 1994.

IANNI, Octávio (org.). **Marx. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (orgs.) **Liberalismo e Educação em Debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital**. Livro 1. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARTINS, Carlos Benedito. **O Que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos)

MAX WEBER. **Vida e Obra**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MINER, Horace. Ritos Corporais entre os Nacirema. In: ROONEY, A. K; DE VORE, P. L. (Orgs.) **You and Others – Readings in introductory Anthropology** (Cambridge , Erlich) 1976. Disponível em <http://www.furb.br/2005/arquivos/788660-650601/voce%20tem%20cultura.pdf>.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs.) BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1999.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Componente Curricular: História da Educação			
CR: 04	CHTe: 75	PCC: não há	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: História da Educação: da Colônia à Educação contemporânea no Brasil. (a ação educacional dos jesuítas, políticas educacionais pombalinas, a formação da elite no Império, as reformas educacionais na República). O pensamento pedagógico brasileiro. A			

Escola na Sociedade de Classes. Democracia e Inclusão. Movimentos sociais em direção à universalização da educação. A educação brasileira e a conjuntura nacional e internacional. As opressões e como combatê-las. Patriarcado, machismo, feminicídio, violência contra as mulheres, povos indígenas, racismo e LGBTfobia.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33 ed. São Paulo; Brasiliense, 1995.
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

Bibliografia complementar:

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 3ª ed. SP: Ática, 1995.
FELIPPE, Wiliam. **As classes sociais no capitalismo**. 2ª ed. SP: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. (orgs.). **Perspectivas da formação docente: o programa Parfor em foco**. Palmas/TO: Eduft, 2016.
ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24. Ed. RJ: Vozes, 2000.
PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 16ª ed. SP: Cortez, 1998.
SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.
Cartilha do GTPCEGDS – **Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os, e das/os LGBT**. 2ª ed. ANDES/SN. Brasília. 2017.

Componente Curricular: Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Aprofundamento da habilidade de leitura e produção de textos em inglês em nível intermediário. Relações entre escrita e oralidade. Análise de gêneros textuais. Estratégias de leitura. Coesão e coerência. Conectores e sequenciadores lógicos e temporais em língua inglesa. Estruturação dos Parágrafos: Tópicos frasais e Argumentos. Escrita de resumos em língua inglesa. Estudo dos aspectos léxico-gramaticais dos gêneros textuais analisados.			
PCC: Produção textual em contextos de ensino.			
Bibliografia básica:			
SWAN, Michael. Practical English Usage . Oxford: Oxford U. P., 1995.			
REID, Joy M. The process of composition . New York: Prentice Hall Regents, 2000.			
MURPHY, Raymond. Intermediate grammar in use . Cambridge: Cambridge University Press, 2010.			
Bibliografia complementar:			
EASTWOOD, John. Oxford practice grammar . Oxford: Oxford U. P., 1999.			
GRELLET, Françoise. Developing reading skill . Cambridge: Cambridge University Press, 1991.			
HARMER, J. How to teach writing . Essex: Pearson, 2005.			
HUTCHINSON, T; WALTERS, A. English for specific purposes . Cambridge:			

Cambridge University Press, 1987
 MOTTA-ROTH, D. (org.). **Redação acadêmica**: princípios básicos. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.
 NAINGAY, Susan. **Making sense of reading**. Surrey: Nelson (University of Malaya), 1993.

Componente Curricular: Norma Linguística			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Construção histórica da norma linguística. Definição de uma norma linguística brasileira. Caracterização do português brasileiro contemporâneo. Norma linguística e articulação textual: ortografia oficial, acentuação gráfica, pontuação, concordância e regência nominal, concordância e regência verbal, operadores argumentativos, coesão textual. formação histórica das nações e das línguas nacionais, estratificação e preconceitos sociais, políticas de direitos humanos e de acesso à educação no Brasil.			
PCC: Resenhas, exercícios, seminários e trabalhos de pesquisa voltados ao domínio e à preparação do ensino escolar da norma linguística.			
Bibliografia básica: ABREU, A. S. Curso de redação . 12. ed. São Paulo: Ática, 2004. BAGNO, Marcos. Linguística da norma . São Paulo: Loyola, 2001. ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente . São Paulo: Contexto, 2006.			
Bibliografia complementar: AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização . Campinas: Unicamp, 1992. BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2012. _____(Org.). Norma linguística . São Paulo: Loyola, 2004. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CASTILHO, Ataliba T. Nova gramática do português brasileiro . São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português . São Paulo: Ática, 1996.			

3º Período

Componente Curricular: Política, Legislação e Organização da Educação Básica			
CR: 04	CHTe: 60h	PCC: não há	CHT: 60h
Pré-requisitos: não há			

Ementa:

A relação Estado-Sociedade na definição das políticas públicas de educação. Política educacional no Brasil: aspectos sociopolíticos e históricos. Organização dos sistemas de ensino atentos às peculiaridades nacionais e os contextos internacionais. Política educacional e atenção à diversidade. A Legislação de Ensino Federal, Estadual e Municipal a ver: Constituição Federal, LDB 9394/96, Plano Nacional de Educação, Estrutura e funcionamento da educação básica. Financiamento e gestão. Política de formação e profissionalização dos (as) trabalhadores (as) da educação. Assédio moral.

Bibliografia básica:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
 _____. **Lei nº 9394/96**. Fixa diretrizes e bases da educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
 SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Lei nº 13.185/2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), 2015.
 _____. **Lei Federal 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
 _____. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.
 _____. **Lei Federal 13.415/2017**. Dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio. Brasília, 2017.
 _____. **Projeto de Lei nº 867/2015** da Câmara dos Deputados Federal, que dispõe sobre a Escola sem Partido. Brasília, 2015.
 _____. **Projeto de reforma da Lei nº 8.112/1990**, sobre Assédio Moral. Projeto de Lei Federal nº 4591/2001.
 SHIROMA, Eneide Oto (Org.). **Política Educacional**, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético

CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
---------------	------------------	-----------------	-----------------

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Estudo da transição entre as formas de composição da lírica antiga (Ode, Écloga, Idílio, Elegia, Hino) e as formas poéticas posteriores. Teoria e análise do gênero lírico. Apreciação teórica e crítica de poemas diversos. As correntes críticas da poesia. Introdução aos aspectos teórico-críticos da poesia moderna e da poesia contemporânea.

PCC: Aspectos para reflexão sobre o ensino e aprendizagem do texto poético fundamentando-se na filosofia da educação.

Bibliografia básica:

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna**. São Paulo: Duas Cidades, 1991.
 STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
 STALLONI, Yves. **Os gêneros literários**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

Bibliografia complementar:

BERARDINELLI, Antonio. **Da poesia à prosa**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

BOSI, Alfredo. **Leitura de Poesia**. São Paulo, Ática, 1996.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo, Humanitas, 1996.

ECO, Umberto. **Análise de linguagem poética**. In: _____. **Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. São Paulo, Perspectiva, 1968. p. 67-92.

FISH, Stanley. Como reconhecer um poema ao vê-lo. Trad. Sonia. Moreira. *Palavra – Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio*, n. 1, p. 156-165, 1993.

GOLDSTEIN, N. **Versos, sons, ritmos**. São Paulo: Ática, 1989.

MORICONI, Ítalo. **Como e por que ler poesia contemporânea**. São Paulo: Objetiva, 2003.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. **O arco e a lira**. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Os filhos do barro**. Do romantismo às vanguardas. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

POUND, Ezra. **A arte da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. **ABC da Literatura**. São Paulo, Cultrix, 1970.

TYNIA NOV, Iuri. **O problema da linguagem poética I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

Componente Curricular: Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa			
CR: 04	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Fonologia, Fonêmica e Fonética: caracterização. Conceito de fonema e fone. Fisiologia do aparelho fonador e produção dos sons. Sistema consonantal e vocálico do português brasileiro: caracterização fonética e fonológica. Conceitos fonológicos de base estruturalista. Processos fonológicos. A sílaba no português brasileiro. IPA (International Phonetic Alphabet):			
Bibliografia básica: BISOL, L. (org.). Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro . Porto Alegre, EDIPCRS.1996. ENGELBERT, Ana Paula P. F. Fonética e fonologia da Língua Portuguesa . Curitiba: Ibipex, 2011. SILVA, Thaís Cristófar. Fonética e fonologia do português . São Paulo, Contexto, 1999.			
Bibliografia complementar: AGUILERA, V. A. (org.) Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos . Londrina: Ed. da UEL, 1999. BAGNO, M. A língua de Eulália . São Paulo: Contexto, 1997 BISOL, Leda; BRESCANCINI, Claudia R.. Fonologia e variação . EDIPUCRS - PUC RS, 2002. CALLOU, Dinah, LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia . Rio de Janeiro, Zahar, 2000. CÂMARA Jr., J. Mattoso. Estrutura da língua portuguesa . Petrópolis, Vozes, 1998. _____. Para o estudo da fonêmica portuguesa . Rio de Janeiro, Padrão.1977. CASTILHO, A. T. Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro . Campinas-SP: Pontes, 2007. CHAGAS, Paulo S.; SANTOS, Raquel S. Fonética in FIORIN, J.L. (org.) Introdução à			

Linguística II. Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Fonologia. in FIORIN, J.L.(org.) **Introdução à Linguística II.** Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, 2005.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Linguística e Fonética.** Rio de Janeiro: Zahar.

COUTINHO, Ismael L. Metaplasmos. In: **Gramática histórica.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

FONTAINE, Jacqueline. **O Círculo linguístico de Praga.** São Paulo: Cultrix, 1974.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. A Estilística do Som. In: **Introdução à estilística.** São Paulo: Quatro, 1997.

MASIP, Vicente. **Fonologia, fonética e ortografia portuguesas.** São Paulo: E.P.U., 2014

MATTOS E SILVA, Rosa V. **O Português Arcaico: Fonologia.** São Paulo: Contexto, 1996

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov.** Goiânia: Vozes, 2000

SILVA, Thaís Christófar. **Dicionário de Fonética e Fonologia.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Exercícios de Fonética e Fonologia.** São Paulo: Contexto, 2010

SILVEIRA, Regina Célia P. **Uma pronúncia do Português Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

TRUBETZKOY, N. S. A fonologia atual. Trad. R. A. FIGUEIRA. In: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos de linguística. Fonologia e sintaxe.** V. 2. Campinas: Unicamp, 1981, p. 15-35.

Componente Curricular: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa			
Ementa: Estudo da língua inglesa em nível pré-intermediário; compreensão e produção oral em nível pré-intermediário. Leitura e apresentação oral de livros simplificados de nível básico. Estudos dos aspectos léxico-gramaticais dos gêneros textuais estudados. Uso do <i>Total Physical Response (TPR)</i> – Resposta Física Total. Pequenas histórias. Atividades lúdicas incluindo rimas e jogos, além de pequenos exercícios comunicativos. Desenvolvimento de vocabulário concreto e estímulo à capacidade do(a) aluno(a) de falar sobre si mesmo(a).			
PCC: Prática de gêneros orais no ensino de Inglês			
Bibliografia básica: BROWN, H. Douglas. Teaching by principles: An interactive approach to language pedagogy. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall Regents, 2007. O'MALLEY, J.M. & CHAMOT, A.U. Learning strategies in second language acquisition. Cambridge: CUP, 1990. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.			
Bibliografia complementar: ASHER, James J. Learning another language through actions (6th edition). Sky Oaks Productions, 2003. ALLWRIGHT, Dick; Bailey, Kathleen. Focus on language classroom. Melbourne: Cambridge University Press, 1994. NATION, I.S.P. Learning vocabulary in another language. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. OXFORD, R.L. Language learning strategies. Newbury House, 1990.			

TENCH, Paul. **Pronunciation skills**. London: Macmillan, 1981.
WELLS, J. C. **Pronunciation dictionary**. Essex: Longman, 1998.

Componente Curricular: Produção de Gêneros Textuais em Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa			
Ementa: Estudo de técnicas de pré-escrita (<i>brainstorming: listing, freewriting, clustering</i>) Produção de gêneros textuais em língua inglesa em nível intermediário. Organização do texto. Consolidação do uso de Sequenciadores, Conectores e marcadores lógicos e temporais. Análise e Produção de tópicos frasais (<i>outline</i>) e diversos tipos de parágrafo. Estudo dos aspectos léxico-gramaticais dos gêneros abordados.			
PCC: Prática de gêneros textuais e ensino de inglês			
Bibliografia básica: HARMER, Jeremy. The practice of English language teaching . 4a. ed. Essex: Pearson, 2012. BROWN, H. Douglas. Teaching by principles: An interactive approach to language pedagogy . Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall Regents, 2007. REID, Joy M. The process of composition . New York: Prentice Hall Regents, 2000.			
Bibliografia complementar: EASTWOOD, John. Oxford practice grammar . Oxford: Oxford U. P., 1999. GRELLET, Françoise. Developing reading skill . Cambridge: Cambridge University Press, 1991. HARMER, J. How to teach writing . Essex: Pearson, 2005. HUTCHINSON, T: WALTERS, A. English for specific purposes . Cambridge: Cambridge University Press, 1987 MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos . 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003. MURPHY, Raymond. Intermediate grammar in use . Cambridge: Cambridge University Press, 2010. NAINGAY, Susan. Making sense of reading . Surrey: Nelson (University of Malaya), 1993. SWAN, Michael. Practical English usage . Oxford: Oxford U. P., 1995.			

4º Período

Componente Curricular: Tecnologias Digitais no Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisito: Leitura e introdução à Produção Textual em Língua Inglesa			
Ementa: Teorias de aprendizagem autônoma e colaborativa em ambientes digitais. O papel do professor, do aluno e da escola frente às tecnologias digitais da informação e comunicação. Multiletramentos na escrita e leitura digitais privilegiando temas voltados para a diversidade sociocultural, étnica, de gênero e religiosa, bem como questões ambientais e de sustentabilidade. Parâmetros para a análise e produção de atividades pedagógicas mediadas por computador e outros suportes digitais.			
PCC: Desenvolvimento de <i>blogs, sites, webquests</i> , escrita colaborativa online, produção de			

slides colaborativos, utilização de plataformas *online*, produção de vídeo aulas, avaliação de produções colaborativas

Bibliografia básica:

BARTON, D., LEE, C. **Linguagem online**. São Paulo, Parábola, 2015.

BRAGA, Denise Bertóli. **Ambientes Digitais: reflexões teóricas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2013.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos Multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola, 2012. Parábola, 2014

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE-COSTA, Helena; MAYRINK, Monica F. (org.). **Ensino e aprendizagem de línguas em ambientes virtuais**. São Paulo: Humanitas/USP, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

DUBOC, Ana Paula Duboc. **Atitude Curricular: letramentos críticos nas brechas da sala de aula de línguas estrangeiras**. Jundiaí: Paco, 2015.

DUDENEY, Gavin / HOCKLY, Nicky / PEGRUM, Mark. **Letramentos Digitais - Col. Linguagens e Tecnologias**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FERRARI, P. (Org.). **Hipertexto, hipermídias, novas formas de comunicação digital**. São Paulo: Contexto: 2007.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2a ed ed. Campinas, São Paulo, Brasil: Papirus Editora, 2007.

MORAN, J. M.; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PINHEIRO, P. A. A escrita colaborativa por meio do uso de ferramentas digitais: ressignificando a produção textual no contexto escolar. **Calidoscópio**, 21 dez. 2011. v. 9, n. 3. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2011.93.07>>. Acesso em: 13 maio. 2016.

RAJAGOPALAN, K. Como o internetês desafia a linguística. In: SHEPHERD, T. G.; SALÍÉS, T. G. (Org.). **Linguística da Internet**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 37–44.

ROJO, R.; BARBOSA, J. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

VALENTE, J. A.; MORAN, J. M. **Educação a Distância**. São Paulo: Summus, 2011.

Componente Curricular: Didática			
CR: 04	CHTe: 60h	PCC: não há	CHT: 60h
Pré-requisitos: Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; História da Educação; Política, Legislação e Organização da Educação Básica.			
Ementa: Pressupostos históricos e filosóficos da Didática. Prática pedagógica escolar enquanto prática social específica. A gestão e cultura organizacional da escola. Sujeitos do processo educativo (educador e educando). As relações e inter-relações escolares. Concepção de ensino e aprendizagem nas diferentes teorias pedagógicas (Tradicional, Escola Nova, Tecnicista, Críticas e Tendências Atuais). O processo do planejamento educacional (tipos de planejamento, componentes básicos e a estruturação didática da aula). A formação do professor, a construção da sua identidade profissional e a práxis pedagógica. Projeto Político Pedagógico da Escola. O docente, a sala de aula e o Assédio Moral.			
Bibliografia básica:			

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.
 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2006.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Didática: o ensino e suas relações**. 11ª Ed. São Paulo: Papirus, 2006.

Bibliografia complementar:

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
 KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.
 LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
 LUCKESI Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
 MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papirus, 2005.
 OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
 VEIGA, Ilma P. **O Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
 ———, Ilma Passos Alencastro. (org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 12ª ed. Campinas, SP, Papirus, 2001.

Componente Curricular: Produção Oral e Fonética e Fonologia da Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisito: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I			
Ementa: Conhecimentos de fonética e fonologia da língua inglesa. Fonética articulatória; modos e pontos de articulação dos fonemas vogais e consoantes; fonema e alofone. Estudo das técnicas de pronúncia e entonação da língua inglesa, com exercícios práticos de pronúncia e produção oral. <i>Connected speech</i> : processos fonológicos de simplificação. Ritmo, entonação e nuances de sentido. Prática de entonação e ritmo. Estudo das variantes regionais e dialetais e de seus aspectos linguístico-culturais. Ensino de Inglês como Língua Franca.			
PCC: Variantes linguísticas no ensino de inglês como língua franca			
Temas e conteúdos transversais: Preconceito Linguístico x Norma Culta: diversidade socio-cultural			
Bibliografia básica: ROACH, Peter. English phonetics and phonology: a practical course . 11 ed. Cambridge: CUP, 2007. CRYSTAL, David. English as a global language . Cambridge: Cambridge University Press, 2003. HARMER, Jeremy. The practice of English language teaching . 4a. ed. Essex: Pearson, 2012.			
Bibliografia complementar: BAKER, Ann. Ship or sheep? An intermediate pronunciation course . Cambridge: Cambridge University Press, 1995. KUMARAVADIVELU, B. Toward a Postmethod Pedagogy. Tesol Quartely , Vol 35(4),			

2001. p. 537-560.

McKAY, Sandra. Toward and appropriate EIL pedagogy: re-examining common ELT assumptions. **International Journal of Applied Linguistics**, Vol. 13, No. 1, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The concept of 'World English' and its implications for ELT. **ELT Journal**. Vol 58, N. 2, April 2004, Oxford University Press, 2004.

SEIDLHOFER, Barbara. Research Perspectives on Teaching English as a Lingua Franca. **Annual Review of Applied Linguistics**, Vol. 24, Cambridge University Press, 2004.

SIQUEIRA, D. S. P. & BARROS, K. S. Por um Ensino Intercultural de Inglês como Língua Franca. **Estudos Linguísticos e Literários**. Nº 48, jul-dez, 2013, Salvador. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/view/14536>, Acesso em 31/05/19.

UNDERHILL, Adrian. **Sound foundations**. Oxford: Heinemann, 1994

WELLS, J. C. **Pronunciation dictionary**. Essex: Longman, 1998.

Componente Curricular: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 00h	CHT: 60h
Pré-requisito: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I			
Ementa: Percurso de consolidação da LA. Abordagens/concepções de LA. Áreas de investigação científica na LA. Contribuições da LA para o ensino de Língua Inglesa. Procedimentos metodológicos utilizados em pesquisas realizadas na LA. Abordagens e metodologias de ensino e aprendizagem de línguas. Teorias de aquisição de língua estrangeira.			
PCC: Desenvolvimento de materiais em diversos métodos e abordagens no ensino de inglês			
Bibliografia básica:			
CAVALCANTI, M. A propósito de linguística aplicada. Trabalhos em Linguística Aplicada 7(2). 1986. p. 5 – 12.			
CELANI, M. A. A. A relevância da Linguística Aplicada na formação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Org.). Aspectos da Linguística Aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn . 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008. p. 17-32.			
LEFFA, V. J. Do método ao pós-método: a evolução no ensino de línguas. In: LEFFA, V. J. Língua estrangeira: ensino e aprendizagem . Pelotas: EDUCAT, 2016, p. 21 - 48.			
Bibliografia complementar:			
CARDOSO, R. C. T. The communicative approach to foreign language teaching: a short introduction . Campinas: Pontes, 2004.			
CELANI, M. A. A. Afinal, o que é linguística aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z.; CELANI, M. A. A. (Org.). Linguística aplicada: da aplicação linguística à linguística transdisciplinar . São Paulo: Educ, 1992. p. 15-23.			
CELANI, M. A. A. Um desafio na Linguística Aplicada contemporânea: a construção de saberes locais. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada - DELTA , 32.2, 2016. p. 543 – 555.			
FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Org.). Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn . Florianópolis: Insular, 2008.			
HALL, C. J.; SMITH, P. H.; WICAKSONO, R. (Eds.). Mapping applied linguistics: a guide for students and practitioners . London: Routledge, 2011.			

HARMER, Jeremy. **The Practice of English Language Teaching**. 4a. ed. Essex: Pearson, 2012.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. P. **Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013.

PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. New York: Routledge, 2001.

WALLACE, M. J. **Training foreign language teachers**. Cambridge: C.U.P, 1991.

RICHARDS, J. **Methodology in language teaching**. Cambridge: C.U.P, 2002.

SILVA, W. R.; BRITO, C. C. P.; MARTINS, R. G.; SANTOS, S. A. Como formadores e alunos da licenciatura em Letras compreendem a Linguística Aplicada. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte, v. 17, n.1, p. 31-60, 2017.

Componente Curricular: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisito: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa I			
Ementa: Estudo da língua inglesa em nível intermediário; compreensão e produção oral em nível intermediário. Leitura e apresentação oral de livros simplificados em nível intermediário. Debates e apresentação de discursos em nível intermediário. Uso de frases complexas e funções abstratas, como a capacidade de persuasão e de argumentação.			
PCC: Gêneros Orais e Ensino de Inglês.			
Bibliografia básica: CRYSTAL, David. English as a global language . Cambridge: Cambridge University Press, 2003. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use . Cambridge: Cambridge University Press, 2010. HARMER, Jeremy. The practice of English language teaching . 4a. ed. Essex: Pearson, 2012.			
Bibliografia complementar: ALLWRIGHT, Dick; Bailey, Kathleen. Focus on language classroom . Melbourne: Cambridge University Press, 1994. NATION, I.S.P. (2001). Learning vocabulary in another language . Cambridge: Cambridge University Press, 2001. O'MALLEY, J.M. & CHAMOT, A.U. Learning Strategies in Second Language Acquisition . Cambridge: CUP, 1990. OXFORD, R. L. Language Learning Strategies . Newbury House, 1990. TENCH, Paul. Pronunciation skills . London: Macmillan, 1981. WELLS, J. C. Pronunciation dictionary . Essex: Longman, 1998.			

5.8.2 Práticas Interdisciplinares

O/A acadêmico/a deverá cursar uma Prática Interdisciplinar no 4º período dentre as elencadas abaixo.

Componente Curricular: Artes, Cultura e Sociedade				
CR: 05	CHTe: 15h	PCC: 60h	CHT: 75h	
Pré-requisitos: não há				
<p>Ementa: Estudos das diferentes formas artísticas e suas relações com aspectos culturais, históricos e sociais; Discussão do diálogo entre as artes e o ensino; Reflexão sobre a sensibilidade artística e sociedade nas novas mídias; Organização e aplicação de oficinas, exposições, mini-eventos e outras atividades em que as artes dialoguem comparativamente. Diversidade e direitos humanos.</p>				
<p>PCC: Pesquisas bibliográficas; leituras; análise de textos, pinturas, músicas e filmes; oficinas</p>				
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CANDIDO, Antônio. Direito à literatura. In: _____. <i>Vários Escritos</i>. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.</p> <p>HALL, Stuart. <i>Identidades culturais na pós-modernidade</i>. Trad. Thomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> <p>MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs.). <i>Educação da Cultura Visual: Conceitos e contextos</i>. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>AGAMBEN, Giorgio. <i>O que é o contemporâneo</i>. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.</p> <p>_____. <i>Homo sacer; o poder soberano e a vida nua</i>. Trad. Henrique Bueno. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</p> <p>ARCHER, Michael. <i>Arte contemporânea: uma história concisa</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. <i>Cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i>. São Paulo: Hucitec, 1995.</p> <p>BENJAMIN, Walter. <i>Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo</i>. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. <i>A economia das trocas simbólicas</i>. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.</p> <p>CERTEAU, Michel de. <i>A invenção do cotidiano: artes do fazer</i>. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. v. 1.</p> <p>DINIZ, Thais Flores Nogueira e VIEIRA, André Soares. <i>Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea</i>. Volume 2. Belo Horizonte: UFMG, 2012.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Estética: Literatura e pintura, música e cinema</i>. Rio de Janeiro: Forense, 2001</p> <p>HAUSER, Arnold. <i>História social da arte e da literatura</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>MARTINS, Raimundo. A cultura visual e a construção social da arte, da imagem e das práticas do ver. In: OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org.). <i>Arte, educação e cultura</i>. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.</p> <p>RAHDE, Maria Beatriz Furtado. <i>Imagem – Estética moderna e pós-moderna</i>. Porto Alegre: Edipucrs, 2000</p>				

Componente Curricular: Políticas Educacionais e a Prática de Sala de Aula			
CR: 05	CHTe: 15	PCC:60	CHT: 75
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Visão da educação contextualizada no cenário nacional e internacional. Organismos internacionais e a relação com as políticas para a educação brasileira. O papel do diretor escolar na implantação de políticas nas escolas. As políticas desempenhadas na escola e como se traduzem em ações e conteúdos escolares. Diversidade.			
PCC: As políticas educacionais, a escola e a sala de aula.			
Bibliografia básica: OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. PARO, Vitor Henrique. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015. VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.			
Bibliografia complementar: ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? In: ARROYO, M.G (org). Da escola carente à escola possível . São Paulo, Ed. Loyola.1986. BEHRING, Eliane Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história . 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real . 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. GENTILI, Pablo. (Org.). Pedagogia da exclusão: O neoliberalismo e a crise da escola pública . 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008. PARO, Vitor Henrique. Eleição de Diretores . 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2003. PNE. Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira . Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED, II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 09 de novembro de 1997. SAVIANI, Dermeval. Transformações do Capitalismo, do Mundo, do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). Capitalismo, Trabalho e Educação . 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005. SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: PARO, Vitor Henrique. A Teoria do Valor em Marx e a Educação . 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. TEODORO, Antônio; JEZINE, Edineide (orgs.). Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais . Brasília: Liber Livro, 2012. TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais . 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.			
Componente Curricular: Estratégias de Aprendizagem e Avaliação			
CR: 05	CHTe: 15 h	PCC: 60 h	CHT: 75 h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: As estratégias de aprendizagem como potencialização da autonomia e da responsabilidade diante da velocidade das mudanças tecnológicas, sociais e culturais. Estratégias cognitivas, metacognitivas e afetivas como valorização das marcas de diversidade			

sociocultural e étnica. Utilização de múltiplas linguagens comunicativas (Super anotações, redes semânticas, mapas conceituais, mapas mentais) em ambientes físicos ou virtuais. Os estilos de aprendizagem: visual, auditivo e cinestésico. As estratégias de avaliação formativas e participativas. Fatores étnico-raciais, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

PCC: Vivências de reconhecimento dos próprios estilos de aprendizagem; Oficinas de estratégias de aprendizagem/avaliação e de criação/adaptação de novas estratégias; Visitas às escolas de Educação básica para compreensão e análise das estratégias de aprendizagem utilizadas.

Bibliografia básica:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar 2.** Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PENA, A. O.; GÓMEZ, J.P.R.; RUBIO, A. M.; J. P. GOMES. **Potencializar a capacidade de aprender e pensar - o que mudar para aprender e como aprender para mudar.** São Paulo: Madras, 2004.

COSCARRELLI, C. V.; MITRE, D. **Oficina de leitura e produção de textos: livro do aluno.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Bibliografia complementar:

BROWN, H. Douglas. **Strategies for Success: a practical guide to learning English.** New York: Pearson, 2002.

GARDNER, Howard; MORAN, Seana; CHEN, Jie-Qui, **Inteligências Múltiplas ao Redor do Mundo.** Rio de Janeiro: Arimed, 2009.

LAFOTUNE, L.; SAINT-PIERRE, L. **A afetividade e a metacognição na sala de aula.** 1ª edição – Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

OXFORD, Rebecca. **Language Learning Strategies: what every teachers should know.** Massachussets: Heinle&Heinle, 1990.

PAIVA, V.L.M.O. Estratégias individuais de aprendizagem de língua inglesa. **Letras e Letras.** v. 14, n. 1, jan./jul. 1998. p. 73-88.

PENA, A. O.; NUNES, M. J. R.; GAMBI, T. **Mapas Conceituais: uma técnica para aprender.** Edições Loyola, 2005.

Componente Curricular: Linguagem, Educação e Diversidade Cultural			
CR: 05	CHTe: 15h	PCC: 60h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: As concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à representação étnica, sexual e performances de gênero; formas organizativas do trabalho pedagógico – políticas e práticas culturais nos estudos de gênero; processos de exclusão e inclusão através da língua, literatura e ensino.			
PCC: Elaborar sequências didáticas para aplicação em turmas do Ensino Fundamental, anos finais e Médio, discutindo temáticas sobre linguagem, diversidade, cultura e sociedade.			
Bibliografia Básica:			
ABRAMOWICZ, Anete. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006.			
ARAÚJO, Rubenilson Pereira de. Gênero, diversidade sexual e currículo: práticas discursivas de (não) subjetivação no ambiente escolar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2016.			
ARAÚJO, Rubenilson Pereira de. Estranhando o currículo: a temática homoafetiva no			

ensino de literatura infantil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

CANDAU, Maria Vera. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In CANDAU, Maria Vera (org). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France,** pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002. (1 ed. 1996, Série Leituras Filosóficas).

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In; SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

LOURO. Guacira. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes 1997.

SANTOS, Gislene A. dos. **A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Pallas; 2002. 7

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático –** Salvador, BA, EDUFBA, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In; SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

VIEIRA, Renata; MACIEL, Lizete Bomura. Menino Brinca de boneca? Contribuição da teoria histórico-cultural para se pensar o preconceito em sala de aula. In: **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE;** Porto Alegre – RS: Edipucrs, 2008.

Componente Curricular: Produção e Análise de Material Didático sobre Literatura Tocantinense			
CR: 05	CHTe: 15h	PCC: 60h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
EMENTA: Bases teóricas e metodológicas na produção de material didático de literatura. Literatura e ensino. Bibliografia: autores e obras da Literatura Tocantinense. Introdução aos gêneros de divulgação e didatização de literatura (mapas, resumos expandidos, manuais, dicionários, esquemas, gráficos, tabelas, figuras, blogs, verbetes, resenhas). Elaboração de materiais de exposição e análise da literatura tocantinense.			
Bibliografia Básica: BARBOSA, João Alexandre. “Leitura, ensino e crítica da literatura” In: _____. A Biblioteca imaginária. São Paulo: Ateliê, 1996. TEZZA, Cristóvão. Material didático: um depoimento. Educar em revista. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 20, jul./dez., 2002, p. 35-42. CARVALHO, Tereza Ramos de. Personagens em trânsito: a interlocução literatura e história social no Tocantins. São Paulo: Livrus, 2013.			
Bibliografia Complementar : BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais e ensino. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. BANDEIRA, Denise. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. Disponível em < http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24136.pdf >.			

BOGO, Fidêncio. **O quati e outros contos**. Palmas, TO: s/e., 2001.
 BRASILIENSE, Eli. **Pium**. Goiânia: Cultura Goiana, 1984.
 LIMA, Moura. **Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros**. 3.ed. Gurupi: Cometa, 2001.
 MARTINS, Mário Ribeiro. **Retrato da Academia Tocantinense de Letras**. Goiânia: Kelps, 2006.
 MOREIRA FILHO, Juarez. **Oco do Mundo**. 3.ed. Goiânia: Bandeirante, 2010.
 PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **História do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 1990.
 RODRIGUES, Edivaldo. **As crônicas do Paralelo 13**. s/l: 2002.
 SAVIOLI, Francisco Platão & Fiorin, José Luiz. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.

5º Período

Componente Curricular: Psicologia da Educação I: processos de aprendizagem e cotidiano escolar			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 00h	CHT: 60h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: A influência das correntes inatistas, empiristas e interacionistas na constituição da Psicologia da Educação. O Comportamentalismo, a psicologia genética de Jean Piaget, a psicologia sócio histórica de L. S. Vygotsky, a Psicologia cognitiva: contribuições para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. A construção do conceito de inteligência. O TDAH e as dificuldades de aprendizagem.			
PCC: Pesquisa-ação sobre a influência das concepções de Psicologia da Educação nas crenças dos alunos do primeiro período sobre ensino-aprendizagem.			
Bibliografia básica: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i> . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. PIAGET, J. <i>Seis estudos em Psicologia</i> . Trad. M. A. M. D'Amorim e P.S.L. Silva. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Trabalho original publicado em 1964. VYGOTSKY, L. S. <i>Pensamento e Linguagem</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005. Trabalho original publicado em 1934.			
Bibliografia complementar: COLL, E. et. al. <i>Psicologia da Educação</i> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991. CORINE, S. <i>Dificuldades de aprendizagem de A-Z</i> . Porto Alegre: Penso, 2012. CUNHA, M. V. <i>Psicologia da Educação</i> . 4ª edição – Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. SALVADOR, Cesar Coll. <i>Psicologia do Ensino</i> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. WOOLFOLK, A. E. <i>Psicologia da Educação</i> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.			

Componente Curricular: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa III			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisito: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa			

<p>Ementa: Estudo da língua inglesa em nível intermediário superior (<i>upper intermediate</i>); compreensão e produção oral em nível intermediário superior. Leitura e apresentação oral de livros em nível intermediário superior. Debates e apresentação de discursos em nível intermediário. Desenvolvimento de habilidades intermediárias de compreensão auditiva.</p>
<p>PCC: Desenvolvimento de práticas linguístico-discursivas e aplicação em sala de aula.</p>
<p>Bibliografia básica: CRYSTAL, David. English as a global language. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. HARMER, Jeremy. The practice of English language teaching. 4a. ed. Essex: Pearson, 2012.</p> <p>Bibliografia complementar: ALLWRIGHT, Dick; Bailey, Kathleen. Focus on language classroom. Melbourne: Cambridge University Press, 1994. DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. NATION, I.S.P. (2001). Learning vocabulary in another language. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. O'MALLEY, J.M. & CHAMOT, A.U. Learning Strategies in Second Language Acquisition. Cambridge: CUP, 1990. OXFORD, R. L. Language Learning Strategies. Newbury House, 1990. PAIVA, V. L. M.O. (Org.). Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010. TENCH, Paul. Pronunciation skills. London: Macmillan, 1981. WELLS, J. C. Pronunciation dictionary. Essex: Longman, 1998</p>

Componente Curricular: Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Sintaxe: conceito, objeto, método. Formação histórica das categorias e dos processos linguísticos trabalhados na Sintaxe: a Sintaxe na tradição gramatical. As perspectivas atuais do estudo da Sintaxe: as abordagens formalista e funcionalista. As unidades constitutivas da Sintaxe e sua estruturação na língua portuguesa. Processos sintáticos e sua produtividade na língua portuguesa: subordinação e coordenação. Sintaxe, Semântica e articulação textual: ambiguidade, transformações, funções argumentativas e pontuação do período. Características sintáticas do português brasileiro contemporâneo.</p>			
PCC: Perspectivas de ensino de sintaxe.			
<p>Bibliografia básica: AZEREDO, J. C. Iniciação à sintaxe do português. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. BERLINCK, R.A; AUGUSTO, M.R.A.; SCHER, A.P. "Sintaxe". In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004. p. 207-244. KOCH, INGEGORE V.; SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de. Linguística aplicada ao Português: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1998.</p>			
Bibliografia complementar:			

AZEREDO, José C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. **Fundamentos de gramática do Português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2010.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARONE, Flavia de Barros. **Subordinação e coordenação**. São Paulo: Ática, 1993.

CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes nos estudos da linguagem e da mente**. São Paulo: UNESP, 2005.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

GOMES, José M.B. **Teoria dos constituintes imediatos**. João Pessoa: EDU/UFPB, 1981.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português**. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Elisa. Sintaxe e coesão no texto. In: **Aulas de Português: perspectivas inovadoras**. André Valente (org.). Petrópolis: Vozes, 1999.

HENRIQUE, Cláudio C. **Sintaxe portuguesa para a linguagem culta**. São Paulo: Oficina do Autor, 2003.

ILARI, Rodolfo. **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10ª ed., São Paulo: Contexto, 2007.

LEMLE, Miriam. **Análise sintática: teoria geral e descrição do português**. São Paulo: Ática, 1989.

LOBATO, Lúcia M. P. **Sintaxe gerativa do Português**. Campinas: Unicamp, 1986.

NEGRÃO, Esmeralda V.; SCHER, Ana P.; VIOTTI, Evani C. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: **Introdução à Linguística vol. II**. José Luiz Fiorin (org.). São Paulo: Contexto, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional**. São Paulo: UNESP, 2001.

OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte de. **Análise sintática do Português falado no Brasil**- Volume 1. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Márcia Angélica. **Aprenda análise sintática**. São Paulo: Saraiva, 1996.

Componente Curricular: A Ficção e a Poesia nas Literaturas de Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II, Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo e Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético			
Ementa: O desenvolvimento do romance, do conto e da poesia no século XIX. A valorização do teatro na Inglaterra Vitoriana. Implicações da industrialização e da ascensão da burguesia na literatura e nas artes. O papel social da mulher. O Movimento transcendentalista nos EUA. O gótico e a ficção científica nas literaturas de Língua Inglesa. Questões de Identidade na construção do sujeito urbano.			
PCC: Estudo e reflexão de aspectos pedagógicos referentes ao uso do texto literário em aulas de língua inglesa. Desenvolvimento de material didático e apresentação de micro			

aulas.
<p>Bibliografia básica: LAWRENCE, D. H. Estudos Sobre A Literatura Clássica Americana. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. HUGHES, Linda K. (org.). The Cambridge introduction to Victorian Poetry. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. DAVID, Deirdre (org.). The Cambridge companion to the Victorian Novel. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.</p> <p>Bibliografia complementar: HARVIE Christopher e MATTHEW, Colin. Nineteenth-Century Britain. GURA, Philip. American Transcendentalism: a History. New York: Hill and Wang, 2007. BROWNELL, W. C. et al (organização). The Oxford book of American essays. ELIOT, Charles W. (organização). English poetry III: From Tennyson to Whitman. Harvard Classics, Vol. 42. New York: P.F. Collier & Son Company, 1909–14. Versão digital Bartleby.Com, 2001. Disponível em http://www.bartleby.com/42/. Acesso em 30/05/2019. ELIOT, Charles W. (organização). Essays: English and American. Harvard Classics, Vol. 28. New York: P.F. Collier & Son Company, 1909–14. Versão digital Bartleby.Com, 2001, disponível em http://www.bartleby.com/28/. Acesso em 30/05/2019. EMERSON, Ralph Waldo e ELIOT, Charles W. (organização). Essays and English Traits. Harvard Classics, Vol. 5. New York: P.F. Collier & Son Company, 1909–14. Versão digital Bartleby.Com, 2001. Disponível em http://www.bartleby.com/5/. Acesso em 30/05/2019. UNTERMEYER, Louis (organização). Modern American Poetry. New York: Harcourt.</p>

6º Período

Componente Curricular: Seminários de Pesquisa I			
CR: 05	CHTe: 60h	CHPrática: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Estudo dos procedimentos básicos necessários à elaboração de trabalhos científicos e acadêmicos. Estudos das NBR conforme a ABNT e suas especificidades. Acompanhar a elaboração do Projeto de Pesquisa para TCC. Definição de temas, conhecer trabalhos científicos já aprovados como artigos, monografias e dissertações.</p>			
<p>Bibliografia básica: DEMO, Pedro. Pesquisa: Princípio científico e educativo. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2001 LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Metodologia científica. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR.15287: Informação e Elaboração de Projeto de Pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em</p>			

Ciências Sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1999.

NETO, João Augusto Mattar. **Metodologia Científica na Era da Informática.** São Paulo: Saraiva, 2003.

MOROZ, M. e GIANFALDONI, M. H. T. A. **O processo de pesquisa: iniciação.** Brasília: Plano Editora, 2002.

LAVILLE, Cristian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre, Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Componente Curricular: Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Discutir a literatura brasileira moderna e contemporânea, privilegiando autores e as obras representativas do século XX, observando as mudanças ocorridas na sociedade desse período. Serão analisadas as rupturas estéticas em relação à tradição e sua intencionalidade ideológica, contemplando reflexões sobre a identidade nacional e as questões político-econômicas no processo de modernização do país nos espaços urbanos e rurais. Articulando o moderno ao contemporâneo, a partir de obras produzidas nas últimas décadas do século XX, serão observadas a pluralidade de tendências e a diversidade de autores; os processos de construções e desconstruções identitárias na ficção contemporânea refletindo sobre os aspectos culturais de classe, gênero, étnico, raça e nacionalidade.</p> <p>PCC: Elaborar sequências didáticas para aplicação em turmas do Ensino Médio, discutindo as temáticas presentes nas obras escolhidas; observando as estratégias ficcionais e a presença de rupturas estéticas e reflexões ideológicas existentes na Literatura Brasileira Moderna e a Contemporânea.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. São Paulo: Editora Nacional, 1980.</p> <p>SANTIAGO, Silviano. Nas malhas das Letras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.</p> <p>LIMA, Luiz Costa. Lira e Antilira: Mário, Drummond e Cabral. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.</p> <p>SCHØLLHAMMER, Karl Erik. Ficção brasileira contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p>			
<p>Bibliografia complementar</p> <p>AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.</p> <p>ARRIGUCCI, JR, Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p>			

DALCASTAGNÈ. Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Editora da Uerj, 2012.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria e ficção. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1991.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. (org). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. 3ed., São Paulo: Perspectiva, 2003

RONCARI, Luiz. **O Cão do sertão**: Literatura e engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Componente Curricular: Literaturas Modernas e Contemporâneas em Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisito: A Ficção e a Poesia nas Literaturas em Língua Inglesa			
Ementa: Estudo das rupturas modernistas nas diferentes Artes de países de Língua Inglesa. Compreender o modernismo como movimento internacional. Estudo do drama, dos principais romancistas e da poesia moderna e contemporânea. Estudo dos movimentos artísticos e sociais (i.e. “ <i>home, made</i> ”, a <i>Harlem Renaissance</i> nos EUA, e o Celtic Revival da Irlanda, movimentos Feminista, Ecológico, de Classe, de Gênero nos países de Língua Inglesa).			
PCC: Estudo e reflexão de aspectos pedagógicos referentes ao uso do texto literário em aulas de língua inglesa. Preparação de sequências didáticas e apresentação de seminários. Apresentação das noções de vanguarda e ruptura nos principais movimentos da Arte Moderna e Contemporânea. Apreciação das obras literárias do período. Exame do contexto histórico-cultural, religioso, filosófico e político da época de produção das obras analisadas; Desenvolvimento da capacidade de leitura e de análise de textos literários e a capacidade de expressão escrita.			
Bibliografia básica: AUERBACH. Erich. Mimesis . São Paulo: Perspectiva, 2015. BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. CANDIDO, Antonio <i>et al.</i> A personagem do romance. In: A personagem de ficção . São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 53-80.			
Bibliografia complementar: Benjamin, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política . Obras Escolhidas . São Paulo, Brasiliense, 1985, vol. 1, p. 197-221. Brait, Beth. A personagem . São Paulo, Ed. Ática, 1985. Brooks, Cleanth. Understanding fiction . New York, Appleton-Century-Crofts, 1959. Burgess, Anthony. English Literature . London: Longman, 1982. ROSENFELD, Anatol. Reflexões sobre o romance moderno. In: ROSENFELD, A. Texto e contexto . São Paulo: Perspectiva, 1985. JAUSS, Hans R. The literary process of modernism from Rousseau to Adorno . Cultural			

Critique, No. 11. (Winter, 1988-1989), pp. 27-61

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991

CORTÁZAR, Julio. **Do conto breve e seus arredores**. em: <http://oficinadetextosecontos.wordpress.com/>

CORTAZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: **Valise de Cronópios**. São Paulo, Perspectiva, 1974, pp. 147-163.

DIMAS, Antonio. **Espaço e Romance**. São Paulo, Ed. Ática, 1985.

HAMALIAN, Leo & Karl, Frederick (ed). **The shape of fiction: British and American short stories**. NY, MacGraw-Hill Book Company, 1967.

HUMPHREY, Robert. **O Fluxo da Consciência**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976.

LEITE, Lígia Chiappini. **O foco narrativo**. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

LIMA, Hermann. **Variações sobre o conto**. MEC- Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

MAGALHÃES Jr., R. **A arte do conto**. Rio de Janeiro, Bloch, 1972.

MANSFIELD, Katherine. **Letters and Journals**. Penguin, 1988.

MAY, Charles E. (ed.). **Short Story Theories**. Ohio, Ohio University Press, 1976.

MCMICHAEL, George et al. **Concise Anthology of American Literature**. London: Collier Macmillan, 1985.

MESQUITA, Samira. **O Enredo**. São Paulo, Ed. Ática, 1986.

MIZENER, Arthur (ed). **Modern Short Stories**. NY, WW Norton, 1967.

NUNES, Benedito. **O Tempo na Narrativa**. São Paulo, Ed. Ática, 1988.

PEDEN, William (ed). **Short Fiction: Shape and Substance**. Boston, Houghton Mifflin Co, 1971.

PICKERING, James & Hooper, Jeffrey. **Literature**. New York, Macmillan, 1986.

PICKERING, James. **Fiction 50. An Introduction to the Short Story**. New York, Macmillan, 1993.

ROBERTS, Gwyneth and G. C. Thornley. **An Outline of English Literature**. London: Longman, 1997.

SHAW, Valerie. **The Short Story. A Critical Introduction**. Longman, 1983.

TCHEKHOV, Anton. **Letters on the Short Story**. New York, 1942.

7º Período

Componente Curricular: Psicologia da Educação II			
CR: 04	CHTe: 60h	PCC: não há	CHT: 60h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Processos psicológicos de constituição subjetiva: Psicanálise e Humanismo. As vicissitudes da Pós-modernidade na constituição humana: novas configurações sociais, familiares e sintomáticas. O posicionamento do professor frente à sua escolha profissional e à ação pedagógica. A formação do sujeito integral na Educação Básica, em especial, na adolescência. A inserção de competências socioemocionais nos currículos.			
Bibliografia básica: DESSEN, M. A.; JÚNIOR, A. L. C. A ciência do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2005.			

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação, prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

PAPALIA, Diane E, OLD, Sally, W. Desenvolvimento Humano. 7ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia complementar:

CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

KOLLER, S. H. (Org.) Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MARTÍNEZ. A. M.; REY, F. G. Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.

NASIO, J.D. Os sete conceitos cruciais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

SALOM, E.; MORENO, J. M.; BLÁZQUEZ, M. Desenvolvimento da conduta pró-social por meio da educação emocional em adolescentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Componente Curricular: Escrita Acadêmica em Língua Inglesa			
CR: 04	CHTe: 60h	PCC: não há	CHT: 60h
Pré-requisito: Produção de Gêneros Textuais em Língua Inglesa			
<p>Ementa: Produção de gêneros acadêmicos em língua inglesa em nível avançado. Organização do texto. Consolidação do uso de Sequenciadores, Conectores e marcadores lógicos e temporais. Leitura e produção textual de gêneros textuais acadêmicos (<i>Book review, article review, movie review, critique, formal e-mail, business letter, abstract, novel</i>).</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>REID, Joy M. The process of composition. New York: Prentice Hall Regents, 2000.</p> <p>HARMER, J. How to teach writing. Essex: Pearson, 2005.</p> <p>MURPHY, Raymond. Intermediate grammar in use. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>EASTWOOD, John. Oxford practice grammar. Oxford: Oxford U. P., 1999.</p> <p>GRELLET, Françoise. Developing reading skill. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.</p> <p>MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.</p> <p>HUTCHINSON, T: WALTERS, A. English for specific purposes. Cambridge: Cambridge University Press, 1987</p> <p>KELLY, C. & GARGAGLIAN, A. Writing from within. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.</p> <p>NAINGAY, Susan. Making sense of reading. Surrey: Nelson (University of Malaya), 1993.</p> <p>SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: Oxford U. P., 1995</p>			

Componente Curricular: Fundamentos da Educação Inclusiva
--

CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Análise histórica da Educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. Organização administrativa e pedagógica das escolas de ensino básico e superior. A educação inclusiva para: deficientes visuais, auditivos, intelectuais, físicos e múltiplos; para pessoas com síndrome de Down e outras síndromes; para pessoas com altas habilidades e superdotados; e para pessoas com transtornos globais de desenvolvimento. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.			
PCC: Desenvolver práticas de ensino na diversidade e em necessidades especiais.			
Bibliografia básica: MANTOAN Maria Tereza E. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil . São Paulo: Cortez, 2005. REILY, Lucia. Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação . Campinas-SP: Papirus, 2005.			
Bibliografia complementar: BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ilda Mara (orgs). Um olhar sobre a diferença . Campinas SP: Papirus, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica . Brasília: MEC/SEESP, 2001. CRUICKSHANK, Willian M. A Educação da Criança e do Jovem Excepcional . Rio de Janeiro: Globo, 1988. DROVET, Ruth Caribé da Rocha. Distúrbios da Aprendizagem . São Paulo: Ática, 1990. SASSAKI, R. K. Inclusão - Construindo uma sociedade para todos . Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.			

8º Período

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais – Libras			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Reconhecimento linguístico e legal das línguas de sinais. A importância da Libras na constituição do ser surdo. Línguas de sinais, identidades e cultura surda. Retrospectiva sobre educação de surdos no Brasil e educação bilíngue. Introdução à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Acessibilidade e a comunidade surda brasileira.			
PCC: Aprender libras como instrumento necessário para atuar no ensino de pessoas surdas ou com baixa audição.			
Bibliografia básica: BRITO, L. F. Por uma gramática de Língua de Sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: ArtMed, 2004.			
Bibliografia complementar: BERNARDINO, E. F. Absurdo ou lógica? A produção linguística do surdo . Belo			

Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais**. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais**. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Componente Curricular: Idade Média e Renascimento nas Literaturas de Língua Inglesa			
CR: 04	CHTe: 60h	PCC: não há	CHT: 60h
Pré-requisito: Literaturas, Identidades e Culturas em Língua Inglesa			
<p>Ementa: Estudo analítico e crítico das obras: <i>The Canterbury Tales</i> de G. Chaucer; as narrativas Arturianas e as novelas de cavalaria. O teatro Elisabetano: contexto histórico-literário. William Shakespeare: comédias, tragédias e dramas históricos.</p> <p>Estudo e reflexão de aspectos pedagógicos referentes ao uso do texto literário em aulas de língua inglesa.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>AUERBACH, Erich. Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2007.</p> <p>KOTT, J. Shakespeare nosso contemporâneo. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.</p> <p>CANDIDO, Antonio <i>et al.</i> A personagem de ficção. São Paulo, Perspectiva, 1972.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARNET, Sylvan <i>et all.</i>, An Introduction to Literature. Fiction, Poetry, Drama. Boston: Little Brown and Company, 2008.</p> <p>BROCKETT, Oscar G. The Theatre: an introduction. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1964.</p> <p>BRADBROOK, M. C. Themes and Conventions of Elizabethan Tragedy. Cambridge University Press, 1973.</p> <p>BROOKE, Nicolas. Shakespeare's Early Tragedies. Norwich: Methuen, 1973.</p> <p>CAMPBELL, Oscar James, Ed. The reader's Encyclopedia of Shakespeare. New York: MJF Books, 1966.</p> <p>HOLDEN, Anthony. Shakespeare – An Illustrated Biography. Trad. Beatriz Horta. São Paulo: Ediouro, 2003.</p> <p>KAUFMANN, Ralph, Ed. Elizabethan Drama. Modern Essays in Criticism. Oxford: Oxford University Press, 1978.</p> <p>KENNEDY, X. J. An Introduction to Fiction, Poetry and Drama. New York: Haper Collins, 1991.</p> <p>PECK, John; COYLE, Martin. How to Study a Shakespeare Play. London: Macmillan Press, 1995.</p>			

ROZAKIS, Laurie. **The Complete Idiot's Guide to Shakespeare**. New York: Macmillan Press, 1995. Tradução brasileira: *Tudo sobre Shakespeare*. Trad. Tereza Tillet. Baueri, SP: Editora Manole, 2002.

SIBONY, Daniel. **Na Companhia de Shakespeare**. Trad. Maria de Lourdes L. B. de Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

WELLS, Stanley, Ed. **The Cambridge Companion to Shakespeare**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

5.8.3 Núcleo II

6º Período

Componente Curricular: Introdução à Tradução em Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisitos: Produção e Compreensão Oral em Língua Inglesa II e Produção de Gêneros Textuais em Língua Inglesa			
Ementa: Breve histórico da tradução. Estudo teórico do processo de tradução; práticas de tradução e escrita de versão; análise e discussões acerca dos problemas semânticos e contextuais da tradução; análise comparativa de traduções entre as línguas portuguesa e inglesa. Tradução e ensino de língua inglesa. Tradução e Linguística de Corpus. Aspectos da tradução Literária.			
PCC: Tradução e ensino de língua inglesa.			

Bibliografia básica:

ARROJO, R. **Oficina de tradução**. São Paulo: Ática, 1997.

AGUIAR, O.B. **Abordagens teóricas da tradução**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

JAKOBSON, R. **Aspectos linguísticos da tradução**. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

Bibliografia complementar:

_____. **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 1992.

CARVALHAL, T. F. **Transcrições: Teoria e Prática**. São Paulo: Evengraf, 2004.

DUCROT, O. **Referente**. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.2. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OUSTINOFF, M. **Tradução: história, teorias e métodos**. São Paulo: Parábola, 2011.

ROBINSON, D. **Becoming a translator**. London/ New York: Routledge, 2003.

STEINER, G. **After Babel: aspects of language and translation**. New York: Oxford University Press, 2016.

TAGNIN, S. E. O. Os Corpora: instrumentos de autoajuda para o tradutor. In: **Cadernos de tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 191-213, 2002.

7º Período

Componente Curricular: Literaturas, Identidades e Culturas em Língua Inglesa			
CR: 05	CHTe: 60h	PCC: 15h	CHT: 75h
Pré-requisito: Literaturas Modernas e Contemporâneas em Língua Inglesa			
Ementa: Estudar diferentes representações literárias em Língua Inglesa que dialogam com centros hegemônicos e narrativas canônicas; aprofundar os conceitos de centro e margem nos encontros de culturas a partir de perspectivas teóricas pós-coloniais, focalizando os processos de transculturalidade, identidade, Cultura e Resistência. Seus focos são: 1) políticas de reconhecimento e diferença; 2) representações de encontro entre culturas; 3) questionamentos sobre o processo de construção de identidades; 4) etnicidade e indigenismo; 5) questões de raça, gênero e classe; 6) nacionalismo e hibridismo; 7) Literaturas pós-coloniais e os contradiscursos das literaturas das diásporas. O principal interesse desse componente na formação do futuro professor reside no seu tratamento de questões centrais à experiência contemporânea, como alteridade, diferença, e na discussão de problemas de grande atualidade, como raça, gênero e classe. Prepara o futuro professor para o entendimento e enfrentamento de fontes de conflito na vida em grupo.			
PCC: Práticas de ensino vinculando literatura e identidade. Estudo e reflexão de aspectos pedagógicos referentes ao uso do texto literário em aulas de língua inglesa.			
Bibliografia básica: HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós modernidade . São Paulo: Editora Lamparina, 2014.			

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Golçalves. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998.
 SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras

Bibliografia complementar:

APPIAH, Kwame Anthony. **Cosmopolitanism. ethics in a world of strangers**. London: Penguin Books, 2006

BHABHA, Homi. **Nations and narrations**. London: Routledge, 1990.

FRASER, Robert. **Lifting the sentence: a poetics of postcolonial fiction**. Manchester & New York: Manchester University Press, 2000.

HALL, Stuart. "Culture, Community, Nation". In: **Representing the nation: a reader**. Edited by David Boswell and Jessica Evans. London & New York: The Open University Press, 1999. pp 33-44.

SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge, 1978.

_____. **Culture and imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?" Trad. Sandra R. Goulart de Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HUTCHEON, Linda. **A Poetics of postmodernism: History, theory, fiction**. London: Routledge, 1988.

RICH, Adrienne. **Arts of the possible**. New York & London: Norton & Co., 2001.

SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge, 1978.

_____. **Culture and imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?" Trad. Sandra R. Goulart de Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism: a historical introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.

Bibliografia complementar:

APPIAH, Kwame Anthony. **Cosmopolitanism. ethics in a world of strangers**. London: Penguin Books, 2006

BHABHA, Homi. **Nations and narrations**. London: Routledge, 1990.

FRASER, Robert. **Lifting the sentence: a poetics of postcolonial fiction**. Manchester & New York: Manchester University Press, 2000.

HALL, Stuart. "Culture, Community, Nation". In: **Representing the nation: a reader**. Edited by David Boswell and Jessica Evans. London & New York: The Open University Press, 1999. pp 33-44.

SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge, 1978.

_____. **Culture and imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?" Trad. Sandra R. Goulart de Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HUTCHEON, Linda. **A Poetics of postmodernism: History, theory, fiction**. London: Routledge, 1988.

RICH, Adrienne. **Arts of the possible**. New York & London: Norton & Co., 2001.

SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge, 1978.

_____. **Culture and imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?" Trad. Sandra R. Goulart de Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism: a historical introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05>. Acesso em 08/07/2019.

Componente Curricular: Estudos Temáticos em Língua Inglesa e/ou em Literaturas de Língua Inglesa			
Créditos: 05	CHTe: 60h	PPC: 15	CHT: 75h
Pré-requisito: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II.			
Ementa: Conteúdo variável de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que for ofertada.			
PCC: A ser definida de acordo com a ementa dos conteúdos a serem ofertados.			
Bibliografia básica: A definir de acordo com o assunto oferecido			
Bibliografia complementar: A definir de acordo com o assunto oferecido			

Componente Curricular: Seminários de Pesquisa II				
CR: 05	CHTe: 15h	CHPrática: 60h	PCC: não há	CHT: 75
Pré-requisito: Seminários de Pesquisa I				
Ementa: Retomar o Projeto de Pesquisa do TCC e acompanhar a execução da pesquisa. Definir as partes do trabalho em capítulos para seu desenvolvimento. Debater sobre a ética na pesquisa e a relação de orientação entre orientador e orientando. Leituras e fichamento de trabalhos científicos já aprovados como artigos, monografias e dissertações. Definição de orientador individual por temáticas. Acompanhar a sistematização dos TCCs e defesas públicas.				
Bibliografia básica: SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007. LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Metodologia científica . 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.				
Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR.14724: Informação Documento de trabalhos acadêmicos: apresentação . Rio de Janeiro, 2011. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais . 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1999. NETO, João Augusto Mattar. Metodologia Científica na Era da Informática . São Paulo: Saraiva, 2003. MOROZ, M. e GIANFALDONI, M. H. T. A. O processo de pesquisa: iniciação . Brasília: Plano Editora, 2002. LAVILLE, Cristian e DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre, Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.				

5.8.4 Estágio Supervisionado

5º período

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas I			
CR: 07	CHTe: 60h	CHP: 45h	CHT: 105h
Pré-requisito: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa			
PRÁTICA: Investigação Pedagógica: estrutura e funcionamento da escola. Duas horas para escrita do Projeto de Estágio. Dez horas de observação e participação do/no contexto escolar (reuniões, eventos, entrevistas etc). Oito aulas de observação de língua inglesa nos anos finais do Ensino Fundamental. Vinte e cinco horas para escrita do Relatório Final de Estágio (10 horas de análise dos dados e 15 para redação do texto).			
Ementa: Leis Regulamentadoras do Estágio. Estudo dos documentos oficiais para os anos finais do Ensino Fundamental. Aquisição da linguagem e de segunda língua. Abordagens, métodos e técnicas de ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Estratégias individuais de aprendizagem de línguas. O papel da observação de aulas.			
Bibliografia básica: _____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf FINGER, I.; QUADROS, R. Teorias de aquisição da linguagem. 3ª ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 2017. PAIVA, V.L.M.O. Aquisição de Segunda Língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.			
Bibliografia complementar: BIAZI, T. M. D.; GIMENEZ, T.; STUTZ, L. O Papel da Observação de Aulas Durante o Estágio Supervisionado de Inglês. In: SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, n. 14/1, p. 57-78, jun. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/8644/pdf BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: terceiro e quarto ciclos –Língua Estrangeira. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf _____. CNE/CP 02/2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file DONNINI, L. PLATERO, L. WEIGEL, A. Ensino de Língua Inglesa. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2011. KUMARAVADIVELU, B. Toward a Postmethod Pedagogy. Tesol Quartely, Vol 35(4), 2001. p. 537-560. LIMA, D. C. Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: Conversas com Especialistas. São Paulo: Parábola, 2009. MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. MURRAY, Denise E.; CHRISTISON, MaryAnn. What English language teachers need to know. Volume 1: understanding learning. Londres: Routledge, 2011. OLIVEIRA, Luciano. Métodos de ensino de língua inglesa: teorias, práticas, ideologias. São Paulo, Parábola, 2014. OXFORD, Rebecca L. Language Learning Strategies: what every teacher should know.			

Boston: Heinle & Heinle, 1990.

SILVA, W. R.; FAJARDO-TURBIN, A. E. **Como fazer relatório de Estágio Supervisionado: Formação de professores na Licenciatura**. Brasília: Liber Livro, 2012.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano**. 2ª Edição. Palmas: SEDUC, 2009.b.

UR, P. The English teacher as professional. In: UR, P. **Methodology in language teaching: an anthology of current practice**. Cambridge: CUP, 2002.

6º período

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II			
CR: 07	CHTe: 45h	CHP: 60h	CHT: 105h
Pré-requisito: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas I			
PRÁTICA: Duas horas para o projeto de estágio. Quatro aulas de observação de língua inglesa nos anos finais do Ensino Fundamental. Doze regências (individualmente ou em duplas) e/ou oficinas (com até 3 estagiários) no Ensino Fundamental II. Cinco horas de micro aulas. Doze horas de planejamento das aulas e produção de material didático. Vinte e cinco horas para escrita do Relatório Final de Estágio (10 horas de análise dos dados e 15 para escrita e reescrita do texto).			
Ementa: Elaboração de sequência didática e plano de aula. Ensino e aprendizagem de língua inglesa como língua franca. O ensino de língua inglesa na perspectiva dos gêneros do discurso. Materiais didáticos no ensino de língua inglesa. Estudo dos Novos e Multiletramentos.			
Bibliografia básica: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf . HARMER, J. The practice of English language teaching . Pearson, ELT, 2010. LEFFA, Vilson J. Língua estrangeira: ensino e aprendizagem . Pelotas: EDUCAT, 2016.			
Bibliografia complementar: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Dimensões comunicativas no ensino de línguas . Edição comemorativa de 20 anos. Campinas: Ponte, 2013. BROWN, H. Douglas. Teaching by principles: An interactive approach to language pedagogy . Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall Regents, 2007. BYRAM, M. Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence . Clevedon: Multilingual Matters, 1997. CARDOSO, R. C. T. The communicative approach to foreign language teaching: a short introductionm . Campinas: Pontes, 2004. CUNHA, Alex. MICOLLI, Laura. Faça a Diferença: ensinar línguas estrangeiras na educação básica . São Paulo: Parábola, 2016. FAIRCLOUGH, Norman. (Org.). Critical language awareness . Londres: Longman, 1992. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. HALL, C. J.; SMITH, P. H.; WICAKSONO, R. (Eds.). Mapping applied linguistics: a guide for students and practitioners . London: Routledge, 2011. KRAMSCH, Claire. Language and Culture . Londres: Oxford University Press, 2005. KNOBEL, Michele; LANKSHEAR, Colin (Eds.). A new literacies sampler . New York: Peter Lang Publishing, 2007. KRASHEN, S. Principles and practice in second language acquisition . Oxford:			

Pergamom Press, 1982.

LARSEN-FREEMAN, Diane; MARTI, Anderson. **Techniques and principles in language teaching**. 3rd ed. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011.

LIMA, Diógenes Cândido de Lima (org.). **Ensino de Língua Inglesa: conversas com professores da escola pública**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

MARTINEZ, Pierre. **Didática de línguas estrangeiras**. São Paulo: Parábola, 2009.

MATEUS, Elaine. Torres de babel e línguas de fogo: um pouco sobre pesquisa na formação de professores de inglês. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.9, n.1, p.307-328, 2009.

MURRAY, Denise E.; CHRISTISON, MaryAnn. **What English language teachers need to know. Volume II: facilitating learning** / 2011.FLEURI, R. M. **Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil**. Educar, Curitiba, Especial, Editora UFPR, 2003, p. 121-136.

O'MALLEY, J.M. & CHAMOT, A.U. **Learning strategies in second language Acquisition**. Cambridge: CUP, 1990.

PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. New York: Routledge, 2001.

7º período

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas III			
CR: 07	CHTe: 60h	CHP: 45h	CHT: 105h
Pré-requisito: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas II			
Prática: Duas horas para escrita do Plano de Estágio. Doze horas de Investigação Pedagógica: estrutura e funcionamento da escola do Ensino Médio, bem como participação em atividades como reuniões e eventos. Observação de oito aulas de língua inglesa no Ensino Médio. Vinte e três horas para análise e escrita de Relatórios Final.			
Ementa: O ensino de língua inglesa na perspectiva dos gêneros do discurso. Estudo dos documentos oficiais para o Ensino Médio. Metodologias para o ensino de Língua Inglesa no Ensino Médio. Novos e Multiletramentos. Gerenciamento de sala de aula. Atuação no Ensino Médio através de ministração de aulas. Produção e Avaliação de Material Didático. Ministração de micro aulas.			
Bibliografia básica: CUNHA, Alex. MICOLLI, Laura. Faça a diferença: ensinar línguas estrangeiras na educação básica . São Paulo: Parábola, 2016. HARMER, Jeremy. The Practice of English language teaching . 4a. ed. Essex: Pearson, 2012. ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
Bibliografia complementar: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Quatro estações no ensino de Línguas . Campinas: Pontes, 2012. BROWN, H. Douglas. Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy . Third edition. Pearson Education ESL, 2007. CRISTOVÃO, Vera L. L. Sequências Didáticas para o ensino de línguas. In: DIAS, R.; CRISTOVÃO, V. L. L. (Org.). O Livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas . 1a. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 305-344 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. HYLAND, Ken. Second Language writing . New York: CUP, 2004.			

KRAMSCH, Claire. **Language and Culture**. Londres: Oxford University Press, 2005.

KNOBEL, Michele; LANKSHEAR, Colin (Eds.). **A new literacies sampler**. New York: Peter Lang Publishing, 2007.

KUMARAVADIVELU, B. **Understanding language teaching: from method to postmethod**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2008.

LAZAR, Gillan. **Literature and language teaching. A guide for teachers and trainers**. Cambridge: Cambridge University press, 2004.

LIMA, Diógenes Cândido de Lima (org.). **Inglês em escolas públicas não funciona?** Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PICKEN, Jonathan D. **Literature, metaphor, and the foreign language learner**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

RICHARDS, J. C. **Collaborative action research for English language teachers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RICHARDS, J. C. **Teaching listening and speaking: from theory to practice**. New York: CUP, 2008.

SELBACH, Simone *et. all.* **Língua Estrangeira e Didática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

UR, Penny. **A Course in Language Teaching: practice and theory**. Cambridge: CUP, 1999.

VASCONCELLOS, C. S. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. São Paulo: Libertad, 2003.

8º período

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas IV			
CR: 07	CHTe: 45h	CHP: 60h	CHT: 105h
Pré-requisito: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas III			
<p>PRÁTICA: Duas horas para redação do Projeto de estágio. Observação de quatro horas/aula de língua inglesa no Ensino Médio. Doze regências e/ou oficinas no Ensino Médio (individualmente ou em duplas). Doze horas de planejamento das aulas e produção de material didático. Cinco horas de micro aulas. Vinte e cinco horas para escrita do Relatório Final de Estágio (10 horas de análise dos dados e 15 para escrita e reescrita do texto).</p>			
<p>Ementa: Sequências didáticas e planos de aula. Gêneros discursivos no ensino de língua estrangeira. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa. Abordagem do erro. Tendências contemporâneas no ensino e aprendizagem de língua inglesa: projetos, letramento crítico, aspectos socioculturais na aprendizagem de língua inglesa, novos e multiletramentos.</p>			
<p>Bibliografia básica: DUBOC, Ana Paula Martinez Duboc. Atitude Curricular: letramentos críticos nas brechas da sala de aula de línguas estrangeiras. Jundiaí: Paco, 2015. HARMER, Jeremy. The Practice of English Language Teaching. 4a. ed. Essex: Pearson, 2012. ROJO, R.; BARBOSA, J. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.</p>			
<p>Bibliografia complementar: BRAGA, Denise Bertóli. Ambientes digitais: reflexões teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 2013.</p>			

CALVINO, Italo. **Seis Propostas para o Próximo Milênio**: Trad.: Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DONNINI, L. PLATERO, L. WEIGEL, A. **Ensino de Língua Inglesa**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KUMARAVADIVELU, B., **Beyond methods**: macrostrategies for language teaching. New Haven: Yale University Press, 2003.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa Pedagógica**: do projeto à implementação. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RICHARDS, J. C. **Collaborative action research for English language teachers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

UR, P. UR, P. **Methodology in language teaching**: an anthology of current practice. Cambridge: CUP, 2002.

6. METODOLOGIA

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Inglesa propõe que a formação profissional do professor atente significativamente para a dimensão política e cultural, objetivando responder às questões atuais em relação ao respeito à diversidade. Sendo assim, as contribuições de teor metodológico oriundas das pesquisas em educação, como os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa, metodologias ativas e o diálogo entre saberes e culturas, estimularão a inquietação, a dúvida, a reflexão de novas ideias, a procura de novas abordagens que comprometam o aluno com problemas reais da sociedade por meio de uma formação trans/interdisciplinar.

A metodologia do curso pressupõe, em primeiro lugar, que o aluno seja o sujeito ativo protagonista do seu processo de aprendizagem; em segundo lugar, que desenvolva a criticidade através da explicitação das contradições que permeiam o processo de ensino e de aprendizagem e da explicação e compreensão das questões que precisam ser resolvidas e quais conhecimentos são necessários para resolvê-las. Esta abordagem metodológica, que procura evitar o ensino meramente teoricista distanciado da realidade e que se reduz à mera transmissão de conhecimentos, baseia-se no diálogo e construção conjunta de conhecimento. Não se trata de nova técnica de ensino, mas implica uma nova postura por parte daqueles educadores que se consideram insubstituíveis na direção do processo de transmissão assimilação – elaboração do conhecimento, exigindo esforço e disciplina dos alunos através da sua autoridade. Nesta proposta, a avaliação da aprendizagem perde a dimensão de qualificação de conteúdos assimilados e de instrumento controlador e autoritário, para adquirir uma nova dimensão inerente ao ato de conhecer, compromissada com o diagnóstico do avanço do conhecimento do aluno, sistematizado ou construído, constituindo-se em estímulo para o prosseguimento da produção do

conhecimento. Este enfoque de avaliação exige dos educadores pensá-la em função da totalidade dos processos de ensino e de aprendizagem, da observação das capacidades e necessidades individuais e do julgamento da ação dos alunos em termos qualitativos, bem como a busca de uma postura crítica no sentido de verificar se os alunos estão ampliando seus conhecimentos linguísticos, literários e pedagógicos ultrapassando o senso comum (conteúdos desorganizados) desenvolvendo o letramento crítico (conteúdos sistematizados).

O projeto propõe formar docentes capazes de analisar o movimento da sociedade, perceber suas tensões e contradições, posicionar-se diante delas e promover discussão e construção de conhecimento entre os alunos do ensino básico. Outro foco está na pluralidade abordando as variadas questões linguísticas, literárias e discursivas através de diversos enfoques e princípios teórico-metodológicos, cientes de que o avanço científico e tecnológico possibilita amplo debate e confrontação de diferentes pontos de vista. Por fim, através da interação efetiva considera-se as experiências e os conhecimentos prévios, confrontando-os com os novos desafios de aprendizagem, ampliando o intercâmbio constante com outros segmentos da comunidade local, regional, nacional e internacional, especialmente relacionados às questões de ensino-aprendizagem referentes à Língua Inglesa. Além de considerar esses princípios, as situações de aprendizagem oferecidas nesse curso devem desafiar o aluno a compreender o processo da aquisição de uma segunda língua e levá-lo a mobilizar as competências necessárias para a sua atuação profissional. Destarte, visando a formação do perfil do licenciado, os procedimentos metodológicos aplicados no curso privilegiarão a busca do saber, a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esse profissional, promovendo a vinculação de novas ideias ou conceitos à bagagem cognitiva do aluno. Dessa forma, a relação teoria-prática se dará de maneira intensa, contínua e reflexiva através de aulas teóricas; atividades de práticas pedagógicas em sala de aula; atividades em laboratórios e em ambientes virtuais de aprendizagem; trabalhos individuais e colaborativos em pequenos e grandes grupos; seminários; leituras orientadas; atividades de pesquisa; visitas orientadas às comunidades diversas e à variadas instituições de ensino onde haja ensino de língua inglesa (ensino básico público e particular, escolas livres de idiomas, sistema prisional, comunidades indígenas e quilombolas, assentamentos etc.).

7. INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De que pesquisa/ensino falamos? De uma pesquisa e ensino não-voltados para si mesmos, encerrados em suas generalidades ou especificidades, mas integrados numa realidade circundante que requer um real compromisso ético com as necessidades sociais mais amplas e não a mera elegância teórica, teoricista. Desse modo, a universidade tem como princípio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, possibilitando, assim, uma ação integrada que se inicia com as pesquisas realizadas pelos docentes, que podem se refletir no ensino e se estender à sociedade em geral, através das atividades de extensão.

Pode-se dizer, como propõe Sobral (2013), que a concepção vigente de universidade a vê como um espaço de promoção da ciência e da cidadania em benefício da sociedade. É seu papel disseminar tanto os conhecimentos que ela mesma produz, como todos os saberes circulantes na sociedade de que é parte, o que não está implícito, mas é pressuposto, uma vez que a Universidade é parte de um ambiente social que transcende seus muros. Isso suscita os seguintes questionamentos:

- A universidade dissemina saberes para além de seus muros?
- A universidade difunde saberes decorrentes de outras instâncias sociais?
- Qual a relação da universidade com a sociedade de que é parte?

De modo a examinar o tripé “ensino, pesquisa e extensão”, que hoje define a universidade, parece-nos óbvio “ensino e pesquisa”, porém “extensão” cumpre nos pregar pressupostos outros. Os dois primeiros aparentam óbvios, pois ensinam-se saberes julgados relevantes ou imprescindíveis para uma boa formação e pesquisam-se tópicos julgados relevantes. “Extensão”, por outro lado, não figura como óbvio, especialmente se pensarmos nas acepções dicionarizadas para o verbete: “tornar mais amplo”, “fazer chegar; levar”.

Em geral, lemos “Ensino – Pesquisa – Extensão”, raramente há uma ordem distinta. Assim, a universidade se vê essencialmente como lugar de ensino (algo que vem de suas raízes), e, em decorrência, de pesquisa e, subsidiariamente, de extensão. Por isso, a necessidade de integralização.

Nos termos aqui propostos, a linguagem é entendida como um sistema histórico, ou seja, um sistema semiótico complexo que combina dois outros sistemas: o sistema da língua, ou o conjunto de termos e regras de combinação atreladas à significação, e o sistema de uso da língua, o conjunto mutável, porém definível do uso da língua, que varia situacionalmente, vinculado com o sentido. É essa complexidade do sistema da linguagem (forma + uso) o aspecto que interessa ao ensino de língua(s) e, por isso, é essa complexidade que tem de ser levada em conta

pela pesquisa, em todos os segmentos dos estudos da linguagem. Isso demonstra a riqueza de tratar de estudos pedagógicos, linguísticos e literários, em diversas vertentes.

Como se terá percebido, as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos docentes do Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional contemplarão três áreas: Pedagógica, Linguística e Literária, nas quais serão produzidos conhecimentos, que em seguida serão disponibilizados por meio de publicações, palestras, cursos de extensão, oficinas, eventos, amostras envolvendo professores, acadêmicos do Curso de Letras e comunidade externa.

A atuação dos professores e alunos do Curso de Letras, nessas atividades, tem como objetivo discutir temáticas específicas das Letras e construir um diálogo possível entre a realidade universitária e a realidade das escolas públicas e privadas, buscando, ainda, proporcionar à sociedade discussões, reflexões e conhecimento com a intenção de contribuir para a construção e difusão de conhecimento referenciado e de uma cultura cidadã profissional, humanística, artística e cultural.

Na visão de que para o Curso de Letras fortalecer-se, o Prof. Sebastião Elias Milani no ano de 2005 criou no Câmpus de Porto Nacional o Centro de Línguas, com os seguintes cursos: Inglês, Espanhol, Francês, Grego e Italiano. O Centro de Línguas tinha sua sede na UFT – Centro, com professores e alunos do Câmpus, sendo Coordenadora a Prof^a Neila Nunes de Souza e posteriormente a Prof^a Jaciara Rondon Gonçalves. Há que se mencionar que os cursos, atendendo ao princípio da universidade pública, eram gratuitos.

Em 2010 criou-se o Centro de Estudos Continuidos em Letras, Linguística e Artes (CECLLA), que até o momento teve como coordenadores as professoras Marcia Sueli Pereira da Silva Schneider, Rejane de Souza Ferreira; Daniella Corcioli Azevedo Rocha, Adriana Carvalho Capuchinho e o professor Fábio Nascimento Sandes. Nesse espaço são ministrados cursos de línguas e atividades de extensão oferecidos à comunidade universitária e abertos à comunidade local. É interessante observar que o público que frequenta os cursos de línguas estrangeiras, constitui-se de alunos das séries mais avançadas da Educação Básica e de profissionais liberais interessados em adquirir conhecimento de uma língua estrangeira. Esse Centro tem como pretensão ser uma referência para a população local e ser um espaço para a práxis do ensino de Língua Estrangeira aos alunos do Curso de Letras Inglês.

No que se refere à pesquisa, observada como fundamento educativo e não apenas como princípio científico, desprovido de função social, o Curso de Letras tem procurado estabelecer uma articulação entre a graduação e a pós-graduação, ofertando cursos de *Lato Sensu*. Em virtude do número significativo de doutores em seu quadro docente, o Curso de Letras, que oferta desde 2015 o Programa de Pós-Graduação em Letras: Mestrado em estudos linguísticos e

literários, tem desenvolvido esforços para a consolidação do *stricto sensu* e da oferta do Doutorado, contemplando as áreas de Linguística e Literatura, visando, sobretudo, os egressos do Curso de Letras e a qualificação dos profissionais que atuam na área.

Alunos da graduação participam de projetos de pesquisa de docentes que integram programas como o PIBIC, PIVIC, PIBID, entre outros, e de programas institucionais como o PADI, PADU, PIM, PIMI, entre outros. São desenvolvidas atividades de extensão que estabelecem elo com a pesquisa, como: Semana Acadêmica de Letras, Seminário de Leitura e Produção Textual na Universidade – SLPTU, Jornada de Pesquisa em Língua e Literatura – JPELL, Seminário de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Língua(gens) – SESPEL, o ciclo de Falas, Debates e Palestras no ensino de Língua Inglesa – *Talks, Debates and Lectures in English Language Teaching (TDL in ELT)*, Colóquios, Mostras Artísticas, fílmicas, entre outros organizados pelo Curso de Letras Inglês com reflexões temáticas norteadoras das Letras.

Para atender os objetivos do Curso, definiram-se as seguintes linhas de pesquisa:

1. Teoria e crítica literária;
2. Literatura, História e Imaginário;
3. Linguagem, discurso e ensino;
4. Educação e Estudos Culturais.

Os professores do Curso de Letras têm procurado orientar suas pesquisas contemplando as linhas estabelecidas pelo Curso, sem deixar de ponderar que a universidade não ensina senão à comunidade, não pesquisa senão na comunidade, à qual deve desafiar quanto a saberes estabelecidos, mas sem nunca deixar de partir das necessidades concretas dessa mesma comunidade. Não é a comunidade que deve servir à universidade, mas a universidade que deve servir à comunidade. Portanto, a integração socialmente sensível entre as múltiplas áreas de atuação da universidade é sem dúvida a única postura digna do imperativo da ética do reconhecimento e da ética da responsabilidade. É a responsabilidade ética o fundamento da pesquisa, do ensino e da extensão.

7.1 Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão: a Monitoria, o PIBID e o PADI

O Curso de Letras oferece alguns programas para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. São eles: PIM, PIMI, PADI, PIBID. Todos eles estão voltados para contribuir com as outras atividades que são oferecidas pelo curso, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Percebe-se que os acadêmicos, ao passar por algum desses programas,

apresentam maior desenvoltura dentro da sala de aula, contribuindo com discussões que permitem compreender o seu amadurecimento teórico, no desempenho para atuação no ensino, tanto no Estágio Supervisionado quanto na aplicação de oficinas ou quaisquer outras atividades envolvendo o tripé ensino, pesquisa e a extensão.

Todos os Programas têm ofertado vagas para alunos bolsistas ou voluntários. O PIM (Programa Institucional de Monitoria) ou PIMI (Programa Institucional de Monitoria Indígena) destina atualmente três bolsas para o Curso de Letras. Os alunos interessados poderão participar do processo seletivo, após a publicação do Edital pela coordenação do curso definindo a quantidade de vagas por componente , a quantidade de bolsas, que serão distribuídas de acordo com o perfil definido. O PIMI é um programa destinado para alunos indígenas e tem como finalidade acompanhar o processo de adaptação do aluno indígena e auxiliá-lo nas atividades acadêmicas e sua melhor inserção nas atividades culturais e sociais da universidade.

O PIM e o PIMI têm buscado fortalecer a formação profissional dos nossos alunos. O monitor tem a oportunidade de acompanhar os professores em atividades de ensino, nos componentes já cursados por ele, auxiliando os alunos das turmas em que as atividades de monitoria são realizadas, contribuindo para o aprendizado dos acadêmicos que possuem dúvidas ou dificuldades mais significativas. Os componentes constantes no Edital de monitoria são preferencialmente as que apresentam maior número de reprovação, sendo selecionados para o exercício da monitoria os alunos que possuem elevado domínio de conteúdo nos componentes .

Para muitos alunos, a monitoria funciona como uma iniciação ao magistério e, até mesmo, à pesquisa. Como o ensino está vinculado à pesquisa, os monitores são motivados a investigar questões relevantes que emergem no exercício da monitoria, resultando na reflexão sobre o próprio trabalho docente, desenvolvido juntamente com o professor do componente em sala de aula. A monitoria também pode significar um passo importante para a participação do acadêmico como bolsista de iniciação científica, no segundo momento de sua vida acadêmica.

PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), que tem como objetivo o estímulo à atividade docente em escolas públicas de Porto Nacional com o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo do definido pelo MEC. É um Programa que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão. Atualmente o Programa é reconhecido nacionalmente, aplicado pelas instituições públicas e privadas, e atravessa um momento de reestruturação conforme definido pelo MEC/CAPES. Um novo Edital foi publicado definindo novas regras para o programa que agora seleciona acadêmicos que ainda não completaram 60% da carga horária

do curso para participação em um projeto por até 18 meses, O Curso de Letras conta com Pibid que oferece 30 vagas, sendo que 24 são bolsistas e seis são voluntários.

O PADI (Programa de Apoio ao Discente Ingressante) tem como finalidade oferecer aos alunos ingressantes um suporte pedagógico que possibilite uma integração maior entre o ensino de graduação e o Ensino médio e diminuir o impacto sofrido pelo aluno ao entrar no Ensino Superior e superar as possíveis lacunas no processo de ensino e de aprendizagem.

O Curso em questão tem desenvolvido esse Programa com sucesso e tem a ele vinculado cinco alunos bolsistas. É um programa que transita entre o ensino e a pesquisa, fortalecendo e alcançando resultados positivos para a graduação.

É interessante ressaltar que o ensino na graduação cumpre o seu papel de favorecer aos seus alunos o ensino, a pesquisa e a extensão e esses programas proporcionam ao aluno vivenciar cada vez mais a universidade e integrar ao seu projeto de um ensino que favoreça o exercício profissional com as competências e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho

8. INTERFACE COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares ou Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento são as ações desenvolvidas pelo discente em áreas específicas de seu interesse, paralelamente às demais funções acadêmicas. Têm por finalidade enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a formação social, acadêmica e profissional do graduando. Além disso, as Atividades Complementares constituem-se como componentes curriculares, totalizando carga horária de 210 horas, a serem desenvolvidas ao longo do curso como atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas do interesse dos discentes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015. De acordo com o parecer do CNE/CES nº 492/2001, essas atividades caracterizam-se pela flexibilidade de carga horária semanal, com controle (comprovação) do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo.

Em consonância com a Resolução CONSEPE nº 09/2005, tais ações são subdivididas em três níveis: I - Atividades de Ensino, II - Atividades de Pesquisa e III - Atividades de Extensão.

As atividades complementares de Ensino compreendem:

Os componentes cursados na UFT e/ou em outras IES, nacionais ou internacionais, desde que de áreas afins;

- I. As atividades de monitoria acadêmica da Universidade Federal do Tocantins;
- II. A participação em minicursos ou oficinas, na condição de ministrante;

III. A participação em cursos de aperfeiçoamento na área de língua portuguesa e/ou língua estrangeira;

IV. Práticas interdisciplinares previstas no PPC, além das 75 horas obrigatórias.

Por sua vez, as Atividades de Pesquisa englobam a participação do discente em:

I. Palestras, seminários, simpósios, congressos, encontros e demais eventos relacionados à área de Letras e afins, cuja abrangência esteja em âmbito local, regional, nacional ou internacional;

II. Apresentação de trabalhos em eventos acadêmico-científicos;

III. Participação em Projetos de Pesquisa e demais grupos de estudos;

IV. Projetos institucionais de iniciação científica, tais como PIBIC (Programa institucional de bolsas de iniciação científica) e PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica), e

V. Publicações (artigos, resumos e demais gêneros) em anais de evento, periódicos ou livros, desde que haja conselho editorial.

As Atividades de Extensão compreendem a participação do discente em:

I. Autoria e/ou participação em projetos voltados à comunidade interna e externa, com vínculo acadêmico;

II. Participação na organização de eventos, encontros, congressos, seminários, workshops etc.;

III. Participação em eventos, congressos, seminários, workshops etc., de cunho extensionista, cuja abrangência esteja em âmbito local, regional, nacional ou internacional;

IV. Participação em oficinas e minicursos;

V. Visitas técnicas e trabalho de campo;

VI. Estágios extracurriculares;

VII. Representação discente em órgãos colegiados, tais como Colegiado do Curso, Conselho Diretor, CONSEPE e CONSUNI, entre outros;

VIII. Representação discente (UNE, UEE, DCE, DA, CAs e Ligas Acadêmicas).

Recomenda-se que o discente realize suas atividades complementares ao curso, ou atividades teórico-práticas de aprofundamento, distribuídas entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Para cada certificado, serão validadas no máximo 60 horas.

Ressalta-se que o Curso de Letras mantém eventos com periodicidade anual e semestral que permitem aos acadêmicos e aos professores a troca e o constante exercício da construção do conhecimento, formando a base do fazer universitário e a indissociabilidade entre os eixos ensino, pesquisa e extensão. São exemplos de eventos anuais:

“Semana Acadêmica de Letras” com reflexões temáticas voltadas para as áreas de Linguística, de Literatura, de Educação e de Línguas Estrangeiras;

O “SESPEL - Seminário de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Língua(gens)” que oportuniza aos discentes e docentes da UFT um espaço para dialogarem, possibilitando a troca de conhecimentos sobre um dos componentes com relevância dentro dos cursos de Licenciatura: Práticas de Ensino I, II, III e IV: ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e literaturas;

O SLPTU - “Seminário de Leitura e Produção Textual na Universidade”, cujo escopo principal atrela-se às novas perspectivas para a formação de professores, com foco na escrita em ambiente universitário.

O ciclo de Falas, Debates e Palestras no ensino de Língua Inglesa – Talks, Debates and Lectures in English Language Teaching (TDL in ELT).

No que se refere à validação das Atividades Complementares, os documentos comprobatórios (declarações ou certificados) deverão ser encaminhados pelo interessado, perante o Protocolo do Câmpus, para parecer da Coordenação de Letras. Adota-se a contagem das Atividades Complementares em forma de créditos, por exemplo, um crédito é equivalente a 15 horas/aula.

9. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

9.1 Introdução e Diagnóstico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº9394 de 1996, remete aos sistemas de ensino a atribuição de estabelecer normas para a realização dos estágios, parte fundamental da formação do graduando em Licenciatura. Baseados nas premissas dessa lei, do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 09/2001 e da resolução 02/2015, consideramos que a concretização da qualidade da formação docente deve primar pela articulação entre teoria e prática.

De acordo ainda com o PPC, o currículo da Licenciatura em Letras permite uma adequada distribuição dos componentes curriculares de cunho pedagógico - fundamentos

essencialmente teóricos - e dos componentes de cunho teórico prático - estágios supervisionados.

Os componentes de cunho pedagógico permitem ao futuro professor a inserção nas discussões históricas e atuais sobre a escolarização e possibilitam um embasamento teórico sobre diferentes concepções do processo educacional. Tal embasamento é fundamental para as discussões metodológicas e aplicadas ao ensino de línguas que se desenvolvem nos estágios supervisionados.

Conforme orientações utilizadas para a elaboração do PPC, acrescentamos a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (CONSEPE) nº03/2005, que normatiza a organização e o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura. O artigo 3 de tal resolução define estágio curricular como um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas à área de estudo e pesquisa capazes de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional. Já o artigo 4º do mesmo documento afirma que o estágio tem como objetivo oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, objetivando ainda o desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

Nesse sentido, o estágio supervisionado se constitui de momentos articuladores entre estudos teóricos e à docência vivenciada no contexto escolar, eliminando a dicotomia existente no processo de construção do conhecimento. Decorre disso que o curso de Licenciatura em Letras/CPN, que objetiva a preparação de professores, procura alcançar esse resultado possibilitando a estes uma formação teórico-prática centrada na competência técnica, científica, política e pedagógica. Essa formação deve possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para a análise e a problematização constantes de sua ação pedagógica na educação básica. O curso procura, portanto, via estágio, prever a formação de um docente capaz de realizar uma constante reformulação de sua prática pedagógica.

O desenvolvimento dos estágios supervisionados oportuniza aos estagiários confrontar os conhecimentos adquiridos em sua formação com situações de trabalho e com a prática pedagógica de professores das escolas, estimulando o hábito de observar, questionar e relacionar a teoria com a prática no cotidiano educativo escolar. Dessa forma, constitui-se como um trabalho interdisciplinar, articulando os componentes do curso e da escola, e como um trabalho interpessoal, relacionando-se com diferentes atores da ação pedagógica — professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, monitores e alunos.

Considerando a constante análise do que é vivenciado em suas experiências didáticas, os estágios supervisionados assumem caráter de pesquisa das condições e práticas da profissão em

relação com as teorias de ensino-aprendizagem de línguas. A pesquisa decorre da observação, problematização, análise e discussão do que acontece dentro da instituição escolar enquanto local considerado fundamental para a formação do cidadão. Nesse processo, o estagiário assume um papel reflexivo sobre a prática docente.

9.2 Objetivos

9.2.1 Objetivo geral:

Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e da linguagem à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa ou Língua Inglesa e respectivas literaturas.

9.2.2 Objetivos específicos:

- Proporcionar discussões sobre o aprendizado nos componentes pedagógicos, articulando-as ao ensino de Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
- possibilitar a realização de observações no cotidiano das escolas-campo, para conhecer e analisar a realidade em que se dará a prática docente;
- auxiliar no planejamento de aulas de acordo com a realidade escolar observada;
- orientar a pesquisa de metodologias para o ensino de Línguas;
- permitir o desenvolvimento da regência em sala de aula, considerando planos de aula, a realidade observada e o plano político pedagógico da escola;
- possibilitar a constante intervenção na prática ao longo da regência através de assessoramentos individuais;
- favorecer a problematização do vivenciado no estágio com o estudo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;
- habilitar o acadêmico a relacionar teoria e prática, problematizando e analisando-as na elaboração de um trabalho final e no desenvolvimento de campo teórico-investigativo da docência.

9.3 Metodologia

O estágio supervisionado obrigatório do curso de Letras encontra-se distribuído ao longo de 4 componentes, ofertados do 5º ao 8º. semestre. Os procedimentos devem ser observados no início de cada um dos citados semestres:

- O discente se apresenta como estagiário à direção da escola pretendida encaminhado pela Central de Estágio do Câmpus, seguindo os trâmites previstos entre Diretoria Regional de Ensino/Secretaria de Educação e escolas;

- Em um segundo momento, o estagiário define, em conjunto com um professor de língua portuguesa ou língua inglesa da escola escolhida, seu horário e turno de estágio, o período de duração, a(s) turma(s) em que atuará e os conteúdos a serem desenvolvidos. A metodologia e outros itens da regência serão definidos pelo professor do componente curricular Estágio Supervisionado do Curso de Letras da UFT, o qual contemplará, sempre que solicitado, contribuições do professor da escola responsável pela(s) turma(s) em que o estagiário atuará;

- Em seguida, o aluno dá encaminhamento aos documentos necessários (anexos) para a realização do Estágio, conforme as normas da Universidade e em consonância com a lei 11.788/2008, protocolados na Central de Estágio do Câmpus.

O estágio supervisionado é parte integrante dos componentes curriculares de /Prática de /ensino. Cada Componente curricular é composto de uma carga horária denominada teórica desenvolvida na Universidade e uma carga horária denominada prática desenvolvida junto à escola-campo. De acordo com o período em que se encontra, o estagiário realizará observações, entrevistas, oficinas, palestras, micro aulas preparatórias, regências de aulas entre outras atividades acadêmicas e docentes.

§ 1º - Estágio I: METAS: O Estágio I para os cursos de Português e Inglês tem como meta a observação da rotina escolar e participação nas atividades de ensino nos anos finais do Ensino Fundamental.

A carga horária de Estágio Supervisionado I corresponderá a 105 horas/aula para o curso de Português e 105 horas/aula para o curso de Inglês, compreendendo 60 horas teóricas realizadas no âmbito da Universidade e 45 horas práticas de estágio que serão efetivadas nas Escolas Concedentes, nos anos finais do Ensino Fundamental com 08 (quatro) horas de observação de aulas e 12 (doze) horas de observação e participação do/no contexto escolar, bem como 05 horas de micro aulas na universidade. Oito aulas de observação de língua inglesa nos anos finais do Ensino Fundamental

§ 2º - Estágio II: METAS: O Estágio II para os cursos de Português e Inglês tem como meta a participação nas atividades de ensino, regência e/ou oficinas pedagógicas oferecidas à escola nos anos finais do Ensino Fundamental.

A carga horária de Estágio Supervisionado II, tanto para o Curso de Inglês, quanto para o Curso de Português será de 105 horas/aula distribuídas em 45 horas teóricas e 60 horas de Estágio na Escola-Campo, durante as quais o aluno desenvolverá as seguintes atividades no

Ensino Fundamental: 04 horas de observação; 14 horas de planejamento, 12 horas de regência, 05 horas de micro aulas, 10 horas destinadas à análise do material coletado, 15 horas para a escrita do Relatório de Estágio.

§ 3º Estágio III: METAS: O Estágio Supervisionado III para os cursos de Português e Inglês tem como meta a observação e participação das atividades de ensino, observação de aulas no Ensino Médio.

A carga horária de Estágio Supervisionado III corresponderá a 105 horas/aula para o curso de Português e 105 horas/aula para o curso de Inglês, compreendendo 60 horas teóricas realizadas no âmbito da Universidade e 45 horas práticas de estágio que serão efetivadas nas Escolas Concedentes, na Pesquisa Diagnóstica e observação da rotina escolar; preparação dos Relatórios de estágio e do Memorial de Atividades;

§ 4º Estágio IV - META- O Estágio IV para os cursos de Português e Inglês tem como meta a participação nas atividades de ensino, regência e/ou oficinas pedagógicas oferecidas à escola, no Ensino Médio.

A carga horária de Estágio Supervisionado IV, tanto para o Curso de Inglês, quanto para o Curso de Português será de 105 horas/aula distribuídas em 45 horas teóricas e 60 horas de Estágio na Escola Concedente, durante as quais o aluno desenvolverá as seguintes atividades no Ensino Médio: 04 horas de observação; 14 horas de planejamento, 12 horas de regência, 05 horas de micro aulas, 10 horas destinadas à análise do material coletado, 15 horas para a escrita do Relatório de Estágio .

Destacamos que ao final de cada período de estágio supervisionado, o discente deve desenvolver um Relatório de Conclusão como demanda dos componentes de Prática Ensino I, II, III e IV da respectiva habilitação. Esse relatório é uma retomada de todos seus estudos na Universidade e vivências nos estágios realizados.

10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na elaboração de uma pesquisa e em sua culminância em um artigo escrito. A pesquisa será orientada, preferencialmente, por um docente do Colegiado de Letras ou pesquisador da área de Letras, com vínculo efetivo à Universidade e ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico) deste câmpus, além disso, seguirá uma das linhas de pesquisa do Curso. Os limites e formatos do TCC seguirão o Regimento previsto neste PPC. Os componentes curriculares preparatórios para a realização do TCC são Metodologia em Linguagens e Educação, a qual auxiliará na escrita do projeto e nos

procedimentos de pesquisa, e Seminários de Pesquisa II que auxiliará o acadêmico no processo de escrita do artigo e cuja culminância se dá com a defesa do TCC.

- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) Nº 05/2011 – Dispõe sobre a criação e regulamento do Repositório Institucional (RI/UFT) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFT).

- RESOLUÇÃO DO CONSUNI Nº 25, DE 28 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e Atualização de Coleções do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

- RESOLUÇÃO DO CONSUNI Nº 36, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 – Dispõe sobre o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

11. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E DO PROJETO ACADÊMICO DO CURSO

A avaliação é fator determinante no trabalho pedagógico, pois é uma ação que possibilita a construção de uma representação mais realista das aprendizagens, de suas condições, modalidades, mecanismos e de seus resultados. Não é, portanto, um processo quantitativo, estático, de função classificatória e autoritária relacionada à ideia de informações codificáveis que contabilizam o conhecimento. Trata-se de um instrumento que proporciona o diagnóstico permanente de problemas e a melhor apreensão de resultados alcançados, tendo em vista as competências a serem constituídas e, ainda, a percepção das mudanças eventualmente necessárias no percurso de aprendizagem. É uma ação qualitativa que ocorre nas seguintes dimensões: diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa. O objetivo de toda avaliação é produzir conhecimento para alimentar as ações dos professores, dos alunos e da gestão acadêmica. Nesse sentido, a avaliação é uma ação estratégica na negociação das diferenças e das necessidades dos diversos sujeitos sociais envolvidos no processo educativo. Em função das normas de excelência preconizadas pela instituição, os docentes devem questionar e aprimorar tais normas, e discentes devem ser capazes de reconhecê-las.

A avaliação, intrinsecamente relacionada com as competências a serem constituídas pelos discentes, extrapola a sala de aula, perpassando toda a estrutura escolar. Realiza-se, portanto, por meio de processos e procedimentos diversificados, que incluem a avaliação de conhecimentos trabalhados em sala de aula e sua respectiva organização, bem como a avaliação do desempenho do quadro docente e da qualidade da relação com as escolas do Ensino Fundamental e Médio.

Assim, é uma ação dialógica e democrática realizada por diferentes sujeitos/avaliadores, a saber:

1. Corpo docente; 2. Corpo discente; 3. Agentes externos.

11.1 Corpo Docente

A avaliação dos alunos pelo corpo docente percorre todas as etapas do processo de ensino: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse processo, o corpo docente avalia os alunos de forma qualitativa e quantitativa, por meio de instrumentos diversificados que visam verificar a aprendizagem, readequar planejamentos e conferir notas aos alunos. Portanto, a avaliação preconiza resultados de processos contínuos, formativos, qualitativos e quantitativos.

A avaliação formativa é um mecanismo de individualização no percurso de aprendizagem, pois leva em conta onde o aluno encontra-se em termos de conhecimentos e habilidades. Permite ao professor ajudar aos alunos em suas próprias dificuldades, bem como reconhecer o progresso e o esforço individuais. Considerando que a avaliação formativa é qualitativa, os erros tornam-se oportunidades privilegiadas para o aprendizado.

O objetivo das avaliações formativas é estabelecer práticas que levem os alunos a resolverem situações-problema e verificar se os conhecimentos se transformam em estratégias posteriores de ensino, realizando tarefas originais para serem adotadas em novos contextos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e consequente adaptação do processo didático aos progressos e dificuldades dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de metodologias diversificadas, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados, constituem práticas fundamentais da avaliação formativa.

A avaliação formativa é importante para o processo ensino-aprendizagem do acadêmico, todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores centra-se na avaliação da aquisição de conhecimento e na dificuldade em adotar o processo de avaliação com enfoque interdisciplinar e que articule diferentes áreas do conhecimento e de fazeres como forma para se conhecer as limitações e potencialidades do acadêmico em seus aspectos cognitivos e afetivos.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes e de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade dos componentes curriculares. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

A avaliação somativa visa à atribuição de notas e a verificação das competências e habilidades objetivadas. As estratégias utilizadas nas avaliações somativas devem revelar raciocínios e representações mentais dos alunos; alunos e professores devem analisar e estudar eventuais erros e desvios cometidos, diagnosticar tipos de obstáculos e dificuldades. Como a avaliação somativa resulta em uma classificação dos alunos através da atribuição de notas objetivas, ela exige um preparo que se oriente na direção dos objetivos do componente curricular e do curso (cf. competências e habilidades do egresso) e não simplesmente em atividades de puro reconhecimento e de reprodução de conceitos.

11.2 Corpo Discente

De acordo com o Regimento Acadêmico da UFT, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do discente em relação a conhecimentos, competências e habilidades exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005 art. 4º, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por componente curricular, para onde convergirão os resultados de avaliações, trabalhos, projetos e outras formas de verificação previstas no plano de ensino do componente curricular.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O acadêmico será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida.

Ao final do componente curricular os acadêmicos avaliarão o seu próprio desempenho. Essa avaliação constitui elemento essencial para orientar os professores e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

12. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E DE AVALIAÇÃO EXTERNA

A UFT adota a avaliação dos docentes pelos discentes. A avaliação docente é realizada pelos acadêmicos, como parte integrante da avaliação institucional, onde são avaliados todos os setores da universidade.

A Avaliação Externa proposta pelo MEC, nomeada como Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES), foi criada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é formado

por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa e a extensão.

O SINAES possui uma série de instrumentos complementares para avaliação dos cursos de graduação: autoavaliação, avaliação externa, ENADE e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES, para orientação institucional e pelos órgãos governamentais, a fim de implementar políticas públicas.

13. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

13.1 Vínculo e formação acadêmica e profissional do corpo docente

O corpo docente do Curso de Letras: habilitação em Português e suas respectivas literaturas e habilitação em Inglês e suas respectivas literaturas é formado por mestres e doutores em Letras, Linguística, Literatura, Ciências Sociais, Psicologia e Educação, conforme quadro abaixo.

Docente	Graduação/ IES	Mestrado/ IES	Ano de Conclusão	Doutorado/I ES	Ano de Conclusão	Regime
Maria da Glória de Castro Azevedo	Letras Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (1995)	Literatura Brasileira Universidade de Brasília – UnB	2003	Doutorado em curso em Literatura Brasileira Universidade de Brasília – UnB		Dedicação exclusiva
Neila Nunes de Souza	Pedagogia Universidade Católica de Pelotas - UCP (1991)	Educação Universidade Católica de Brasília – UCB	2000	Doutorado em Educação Universidade de Brasília UnB	2017	Dedicação exclusiva

Marisa Souza Neres	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais Universidade Federal de Goiás – UFG (2003)	Mestrado em Sociologia Universidade Federal de Goiás – UFG	2006	Doutorado em curso em Sociologia Universidade de Brasília UnB	2019	Dedicação exclusiva
Carine Haupt	Licenciatura em Letras Portugêses e Alemão UNISINOS (1998)	Mestrado em Linguística Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2006	Doutorado em Linguística Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2011	Dedicação exclusiva
Maria Perla Araújo Morais	Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (1997)	Mestrado em Letras Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	2000	Doutorado em Literatura Comparada Universidade Federal Fluminense – UFF	2006	Dedicação exclusiva
Enilda Rodrigues de Almeida Bueno	Graduação em Pedagogia Universidade Federal de Goiás – UFG (1989)	Mestrado em Educação Brasileira Universidade Federal de Goiás – UFG	2001	Doutorado em Educação Universidade Federal de Goiás – UFG	2009	Dedicação exclusiva
Greize Alves da Silva	Graduação em Letras Universidade Estadual de Londrina – UEL (2008)	Mestrado em Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina –	2010	Doutorado Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina – UEL	2018	Dedicação exclusiva

		UEL				
Antônio Egno do Carmo Gomes	Graduação em Letras Universidade Federal de Goiás – UFG (2004)	Mestrado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2007	Doutorado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2014	Dedicação exclusiva
Viviane Cristina Oliveira	Graduação em Letras. Universidade Federal de Uberlândia – UFU (2006)	Mestrado em Letras Universidade Federal de Uberlândia – UFU	2010	Doutorado em andamento em Estudos Literários Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG		Dedicação exclusiva
Ângela Francine Fuza	Graduação em Letras Portugêses/Ingêses Universidade Estadual de Maringá – UEM (2007)	Mestrado em Letras Universidade Estadual de Maringá – UEM	2008	Doutorado em Linguística Aplicada Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2015	Dedicação exclusiva
Daniela Costa Campos	Graduação em Psicologia Universidade Católica de Goiás – UCG (1998)	Mestrado em Educação Brasileira – Universidade Federal de Goiás – UFG	2003			Dedicação exclusiva

Dalve Oliveira Batista-Santos	Licenciatura em Letras Portugêses Universidade Estadual da Bahia – UNEB. (2010)	Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC	2014	Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC	2018	Dedicação exclusiva
Rubra Pereira Araújo	Licenciatura em Letras Portugêses e Inglês Universidade do Tocantins – UNITINS (1998)	Mestrado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2011	Doutorado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2016	Dedicação exclusiva
José Edicarlos de Aquino	Graduação em Letras – Portugêses na Universidade Federal de Brasília- UnB	Mestrado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	2012	Doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	2016	Dedicação exclusiva

Thiago Barbosa Soares	Graduação em Letras na Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS Graduação em Psicologia na Universidade Paulista – UNIP Graduação em Filosofia na Universidade de Franca - UNIFRAN	Mestrado em Linguística na Universida de Federal de São Carlos - UFSCAR	2015	Doutorado em Linguística na Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	2018	Dedicação exclusiva
Fábio Nascimento Sandes	Licenciatura em Letras Português e Inglês e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (2012)	Mestrado em Cultura, Educação e Linguagens , Universida de Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	2015			Dedicação exclusiva
Lívia Chaves de Melo	Licenciatura em Letras Português e Inglês Universidade Federal do Tocantins – UFT (2006)	Mestrado em Ensino de Língua e Literatura Universidad e Federal do Tocantins – UFT	2011	Doutorado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2015	Dedicação exclusiva
Adriana Carvalho Capuchinho	Bacharelado em Letras – Português e Inglês Universidade de São Paulo - USP (2008) Licenciatura	Mestrado em Antropolog ia Social Universida de de São Paulo – USP	2002	Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês Universidade de São Paulo – USP	2012	Dedicação exclusiva

	em Inglês (2015) Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo – USP (1995)					
Carlos Roberto Ludwig	Licenciatura em Letras Português e Inglês Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2005) Licenciatura em Letras Português e Francês Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2005)	Mestrado em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2008	Doutorado em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2013	Dedicação exclusiva
Ana Claudia Turcato de Oliveira	Graduação em Letras Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (1999)	Mestrado em Letras Universidade de Presbiteriana Mackenzie	2012	Doutorado em curso em Estudos Linguísticos Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2021	Dedicação exclusiva
Marília Fátima Oliveira	Licenciatura em Inglês Universidade de São Paulo – USP (2004)	Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês Universidade	2008	Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês Universidade de São Paulo	2013	Dedicação exclusiva

	Licenciatura em Português Universidade de São Paulo – USP (2003)	de de São Paulo – USP		– USP		
Daniella Corcioli Azevedo Rocha	Licenciatura em Português e Inglês Universidade Federal de Goiás – UFG (2005)	Mestrado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2008	Doutorado em curso em Estudos Linguísticos Universidade Federal de Uberlândia – UFU		Dedicação exclusiva
Rejane de Souza Ferreira	Licenciatura em Português e Inglês Universidade Federal de Goiás – UFG (2004)	Mestrado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2007	Doutorado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2014	Dedicação exclusiva
Lyanna Costa Carvalho	Bacharelado em Estudos Literários Universidade Federal de Goiás (2011)	Mestrado em Estudos Literários Universidade Federal de Goiás	2014	Doutorado em Literatura Comparada Universidade Federal do Rio de Janeiro	2018	Dedicação exclusiva
Silvana Fernandes de Andrade	Bacharelado em Letras Modernas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2011.	Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens Universidade Estadual do Sudoeste da	2016			Dedicação exclusiva

		Bahia				
--	--	-------	--	--	--	--

13.2 Regime de trabalho

O corpo docente do Curso de Letras é composto por professores em regime de dedicação exclusiva (DE), enquanto o corpo técnico-administrativo segue as normas do regime jurídico adotado pela Universidade.

13.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por sete membros, os quais foram escolhidos pelo Colegiado e respondem pela consolidação e avaliação deste projeto. Os membros são:

Neila Nunes de Souza, Presidente do NDE.

Carlos Roberto Ludwig

Antônio Egno do Carmo Gomes

Daniela Costa Campos

Adriana Carvalho Capuchinho

Maria da Glória de Castro Azevedo

Rubra Pereira de Araújo

Marisa Souza Neres

Carine Haupt

Lyanna Costa Carvalho

Marília Fátima de Oliveira

Daniella Corcioli Azevedo Rocha

Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante – Nota Técnica Prograd de 03 de Novembro de 2015

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso;

II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;

- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso; VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso,
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Das Atribuições do Presidente

Art. 9º. O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será determinado pelo colegiado do curso, a ele competindo:

- I – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;
- II – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas;
- III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;
- II – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;
- III – Solicitar que sejam redigidas atas de todas as reuniões, por um representante do corpo docente ou do corpo administrativo;
- IV – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso,
- V – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso.

13.4 Produção de Material Didático ou Científico do Corpo Docente.

A atuação destes profissionais está comprometida com o tripé ensino-pesquisa-extensão. Assim, a produção de material didático e científico estará atrelada às pesquisas dos professores, bem como também poderá estar voltada para a extensão ou ensino. A publicação desse material

se dá em veículos próprios, como revistas acadêmicas. Ressalta-se que as pesquisas dos professores estão vinculadas às linhas de pesquisas listadas a seguir:

- I. Teoria e Crítica Literária;
- II. Literatura, História e Imaginário;
- III. Linguagem, Discurso e Ensino;
- IV. Educação;
- V. Estudos Culturais;
- VI. Abordagens de Análise Linguística;
- VII. Linguística Aplicada;
- VIII. Análise do Discurso
- IX. Libras

Algumas dessas linhas de pesquisa também são desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos e Literários, vinculado a este Colegiado, no Câmpus de Porto Nacional, no qual muitos professores do Colegiado fazem parte como membros efetivos.

É possível encontrar mais informações sobre a produção docente nos currículos lattes, acessíveis através dos endereços eletrônicos abaixo:

Adriana Carvalho Capuchinho – <http://lattes.cnpq.br/4424399125926215>

Ângela Francine Fuza – <http://lattes.cnpq.br/9621843478275996>

Ana Claudia Turcato de Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/7298511352602283>

Antônio Egno do Carmo Gomes – <http://lattes.cnpq.br/0801235317376789>

Carine Haupt – <http://lattes.cnpq.br/3187491345404438>

Carlos Roberto Ludwig – <http://lattes.cnpq.br/5920210250667780>

Dalve Oliveira Batista-Santos – <http://lattes.cnpq.br/6883904594741783>

Daniella Corcioli Azevedo Rocha – <http://lattes.cnpq.br/1889002395462308>

Daniela Silva Costa Campos – <http://lattes.cnpq.br/6465162238595538>

José Edicarlos de Aquino – <http://lattes.cnpq.br/7134863803034093>

Enilda Rodrigues de Almeida Bueno – <http://lattes.cnpq.br/2353780682999726>

Fábio Nascimento Sandes <http://lattes.cnpq.br/3278347298349580>

Greize Alves da Silva – <http://lattes.cnpq.br/4978318468793519>

Lívia Chaves de Melo - <http://lattes.cnpq.br/6503345610084274>

Lyanna Costa Carvalho – <http://lattes.cnpq.br/3495748498877333>

Marília Fátima de Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/1370684293990045>

Maria da Glória de Castro Azevedo – <http://lattes.cnpq.br/4884722685306469>

Maria Perla de Araújo Morais – <http://lattes.cnpq.br/3954661608683588>

Marisa Souza Neres – <http://lattes.cnpq.br/4369451906444562>

Neila Nunes de Souza – <http://lattes.cnpq.br/8911233404176979>

Rejane de Souza Ferreira – <http://lattes.cnpq.br/2762142240750530>

Rubenilson Pereira de Araújo <http://lattes.cnpq.br/4468053712806857>

Silvana Fernandes de Andrade – <http://lattes.cnpq.br/0268669428533990>

Thiago Barbosa Soares: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>

Viviane Cristina Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/3565754244268629>

13.5 Formação e Experiência Profissional do Corpo Técnico-administrativo do Curso

O Colegiado do curso de Licenciatura em Letras – habilitação em Português e suas respectivas Literaturas e habilitação em Inglês e suas respectivas Literaturas conta com um técnico-administrativo, que exerce a função de secretário do curso.

Secretário de Curso:

Nome: Junio Cesar Alves de Sousa

Formação acadêmica: Graduação: Administração com Habilitação em Administração Rural.

Titulação máxima: Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública

Regime de trabalho: 40 horas semanais

Cargo: Assistente administrativo

Função: Secretário de Curso

Experiência profissional: Nove anos de experiência como servidor público federal (Assistente Administrativo)

14. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

As aulas do curso de Letras são ministradas no terceiro e primeiro andares de um prédio com acessibilidade por elevador. São 10 salas de aula climatizadas contando todas com uma tela de projeção, um quadro branco e um projetor multimídia. Em uma delas há uma TV LED 43". A depender do componente curricular, as aulas podem ocorrer nos laboratórios.

14.1 Laboratórios e Instalações

O Laboratório de Línguas é equipado com 35 computadores, 20 headphones, 35 webcams USB, 1 quadro branco, 1 televisão LED 43”, 01 ar-condicionado. Sua especificidade está voltada para atender ao ensino-aprendizagem de línguas, seja materna, ou estrangeiras.

Em 2012 foi criado o Laboratório de Fonética e Fonologia do Tocantins (LAFOTINS), para estudo da fonética e fonologia de línguas materna e estrangeira, passando a ser reconhecido, posteriormente, como Laboratório de Multiletramentos (LAM).

O LAM conta hoje com 1 televisão LED 50”, 1 aparelho de DVD, 1 armário de 2 portas em MDF, 04 computadores em uma mesa longa com 6 cadeiras, 04 fones voip, 04 webcams USB, 01 quadro branco, 02 ares-condicionados, 1 lousa interativa *smart board*, 40 cadeiras estofadas com braço, uma mesa para computador e uma cadeira com rodízios. O laboratório é utilizado para realização de defesas de TCC e de mestrado, palestras, aulas da graduação e da pós-graduação, bem como para atividades de orientação, pesquisas em metodologias ativas e abordagens digitais de ensino-aprendizagem de línguas.

O Câmpus de Porto Nacional conta ainda com um laboratório de informática aberto à comunidade contando com 24 computadores com acesso à internet localizado no Centro de Gestão Educacional (CGE).

14.2 Biblioteca

Localizada em edificação para ela especificamente construída, a Biblioteca Setorial do câmpus de Porto Nacional Maria Revy Veloso de Andrade funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 21h30 |e aos sábados, das 8h às 12h

Infraestrutura:

- 835.4 m²
- Área climatizada
- área de 81,88 m com dez cabines para estudo individual e Sete mesas para estudo em grupo com 20 assentos
- sala de 93,84 m com oito mesas para estudo individual
- Sala da Gerência e de processamento técnico
- Setor de circulação e atendimento
- Dois computadores para atendimento ao usuário
- Quatro computadores para processamento técnico
- Um computador da Gerência
- Dois computadores disponíveis aos usuários para pesquisa
- Duas impressoras para processamento técnico

Todos os computadores estão interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, particularmente aquele mantido pela CAPES.

Quadro de pessoal:

- Bibliotecário Documentalista: 02
- Assistente Administrativo: 06
- Bolsista/Estagiário: 04

O acervo da biblioteca conta com livros e periódicos destinados ao ensino e à pesquisa; além de um acervo de vídeos, microfilmes, cds e dvds. O acervo ocupa uma área de 217,5 m igualmente climatizada. Parte considerável do acervo é circulante e pode ser retirado pelos membros da comunidade acadêmica do câmpus. A atualização bibliográfica é realizada periodicamente, conquanto haja solicitação por parte dos docentes. Atualmente, a biblioteca do Câmpus de Porto Nacional está informatizada, tornando possível a consulta via internet.

A biblioteca do Câmpus de Porto Nacional conta com um acervo de 14.499 volumes de livros, 368 obras de referência geral e dicionários, 321 enciclopédias, 275 multimídias (cds, dvds, vhs, microfilmes) e 146 coleções de periódicos. Os títulos de livros estão assim distribuídos nas grandes áreas:

- Ciências Humanas, Letras e Artes (8.767 volumes);
- Ciências Sociais Aplicadas (1.216 volumes);
- Ciências Exatas e da Terra (1.673 volumes);
- Ciências Agrárias (298 volumes);
- Ciências Biológicas (1.832 volumes);
- Multidisciplinar (418 volumes);
- Engenharia/Tecnologia (92 volumes);
- Ciências da Saúde (163 volumes).

A biblioteca possui também, em sala especial o acervo do antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto com de cerca de 20 mil volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos sobre a história a cultura dos índios brasileiros e suas relações com a sociedade colonial e nacional atual publicadas por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores editadas entre os séculos XVIII e XX.

Além deste acervo disponível em Porto Nacional, a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut, nos campi de Palmas (46.300 volumes); Araguaína (16.469 volumes, Miracema (13.500 volumes; Arraias (8.434 volumes); Tocantinópolis (8.666 volumes) e Gurupi (5.424 volumes) somando um total de mais de 133 mil volumes.

14.3 Periódicos Especializados

A UFT trabalha, atualmente, com o Portal de Periódicos da CAPES como fonte de pesquisa e acesso a publicações de pesquisa científica nas diversas área do conhecimento. Isto possibilita o acesso às pesquisas realizadas e publicadas ao longo dos anos, assim como permite acompanhar as publicações mais recentes e atuais. Cabe enfatizar a disponibilidade, por outro

lado, em meio virtual, de centenas de títulos de periódicos especializados na área de educação e de Linguística, Letras e Artes, como também das áreas afins, entre as quais, destacam-se o Direito, as Ciências Sociais e o Teatro. Tais periódicos encontram-se distribuídos em portais de universidades, institutos de pesquisa, fundações e agências fomentadoras de pesquisa de todo o mundo em língua portuguesa ou inglesa, entre outras.

14.4 Instalações e Equipamentos Complementares

O curso de Letras mantém o CECLLA – Centro de Estudo Continuo em Línguas, Literaturas e Artes no segundo andar do Centro de Gerenciamento Educacional (CGE) com duas mesas, computador, armário e uma estagiária administrativa do projeto.

O curso possui uma sala para 2 Núcleos – NEL – Núcleo de Estudos da Linguagem e NIEL – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários. A sala conta com 2 mesas ovais, 12 cadeiras estofadas, computador e impressora. É utilizada para orientações e pesquisas dos docentes e discentes da licenciatura e do mestrado em Letras.

14.5 Área de Lazer e Circulação

O câmpus de Porto Nacional dispõe de Restaurante Universitário que oferece refeições aos alunos a preço reduzido de segunda a sexta e uma lanchonete. Há banheiros com chuveiros, necessários ao público que permanece por um maior número de horas diárias no interior do câmpus. Mantém uma grande área verde, em parte habitat para um diversificado conjunto da fauna silvestre do Tocantins. Graças à recente aplicação do Plano Diretor do câmpus, ora se pauta pelo necessário equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando, assim, o meio ambiente.

Para descanso e relações interpessoais, há no câmpus três áreas de convivência cobertas tendo bancos e mesas em concreto e tomadas elétricas em todas elas.

14.6 Recursos Audiovisuais

Além dos recursos instalados nos laboratórios e nas salas de aula no Bloco X, há, na sala da coordenação do curso à disposição dos docentes sob reserva, um notebook, uma câmera fotográfica profissional com lente teleobjetiva e tripé, além de dois projetores multimídia.

14.7 Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais (Decreto Nº 5.296/2004)

O câmpus de Porto Nacional tem procurado adaptar-se ao atendimento às exigências do Decreto Nº 5.296/2004, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de estudo e trabalho. O Câmpus conta com reserva de vagas nos estacionamentos, crescente número de rampas de acesso aos blocos e piso tátil para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência visual. O bloco X, onde se localizam as salas de aula, conta com elevador.

14.8 Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso

A sala da Direção do Câmpus encontra-se no prédio administrativo à entrada principal do câmpus, sendo composta por uma sala de atendimento ao público com duas mesas, cadeiras, dois computadores e um sofá de três lugares para espera, além da sala do diretor com mesa de reuniões e cadeiras para 8 pessoas.

O Curso de Letras conta hoje com uma sala para a coordenação do curso no prédio do Centro de Gestão Educacional (CGE) contendo dois armários de duas portas em mdf, um fichário alto de 7 gavetas, um fichário pequeno de três gavetas, duas mesas de escritório com duas cadeiras giratórias e dois computadores desktop, três scanners, uma mesa redonda com 4 cadeiras estofadas e um escaninho para correspondência dos docentes.

15 ANEXOS

15.1 Regimento do Curso

Regimento Interno do Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional

Da Natureza e Finalidade

Capítulo I

Art. 1º O Colegiado do Curso de Letras, criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo nos limites de sua competência, consoante aos Regimentos Acadêmico, Geral e ao Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, devendo contribuir para a organização, o funcionamento, a expansão e o aperfeiçoamento do curso de Letras.

Da composição

Capítulo II

Art. 2º O Colegiado do Curso de Letras é composto por todos os docentes efetivos e substitutos de áreas específicas, de docentes de áreas afins em exercício no curso e de representantes discentes eleitos pela totalidade do corpo discente do respectivo curso, até o máximo de 20 % (vinte por cento) do total de integrantes.

Art. 3º O presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, a função de coordenador do curso.

§ 1º O Presidente será auxiliado pelo secretário, ou na ausência deste, por um membro escolhido pelo Colegiado.

§ 2º Na falta ou impedimento da presidência, esta função será exercida por um membro eleito *ad hoc* pelo colegiado.

Das atribuições

Capítulo III

Seção I

Das atribuições do Colegiado

Art. 4º Compete ao Colegiado, em conformidade com o art. 37 do Regimento Geral da Fundação Federal do Tocantins:

1. Promover a estrutura didático-pedagógica e a organização administrativa do curso, nos termos deste Regimento.
2. Constituir grupos de trabalhos de avaliação e acompanhamento para a análise de temas pertinentes à área quando necessário.
3. Propor componentes curriculares que serão disponibilizados em Edital para concurso público, tendo em vista necessidades didático-pedagógicas e administrativas do curso.

4. Estimular a qualificação docente em consonância ao Plano de Qualificação e Formação Docente do Curso.
5. Recomendar a liberação de docentes para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de eventos técnico-científicos.
6. Aprovar alterações curriculares, ementas e programas de componentes curriculares nos limites de sua competência, observando as leis educacionais vigentes.
7. Realizar formulação, atualização e acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, encaminhando-o, por meio do Conselho Diretor de Câmpus, à câmara de Graduação, ao Conselho de Ensino de Pesquisa e à Pró-Reitoria de Graduação, para fins de homologação.
8. Propor, discutir e aprovar projetos de pesquisa e atividades de extensão a serem desenvolvidos diretamente pelos docentes do Colegiado ou que envolvam seus professores.
9. Viabilizar parcerias sem fins lucrativos com entidades e instituições, objetivando cooperação com o Curso de Letras, com a finalidade de formação científico-cultural.
10. Distribuir carga horária entre docentes do curso, contemplando atividades de ensino, pesquisa e extensão.
11. Elaborar, no início de cada semestre letivo, calendário de reuniões ordinárias do colegiado.

Seção II

Das atribuições da Presidência do Colegiado

Art. 5 ° Compete à Presidência, conforme o art. 38 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins:

1. Disponibilizar aos membros do Colegiado o calendário de reuniões ordinárias do semestre.
2. Convocar membros do Colegiado para reuniões ordinárias e extraordinárias.
3. Coordenar a elaboração de propostas de reorganização e de reestruturação do curso.
4. Realizar, no início de cada semestre, uma ou mais reuniões para planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
5. Comunicar ao Colegiado, em reuniões ordinárias e extraordinárias, decisões elaboradas nas câmaras deliberativas da Fundação Universidade Federal do Tocantins e das quais haja participado, assim como fornecer todas as informações pertinentes ao Câmpus, ao curso e aos membros do Colegiado.
6. Auxiliar o Diretor de Câmpus na compatibilização da programação de atividades acadêmicas, avaliando seus resultados junto ao Colegiado.
7. Desempenhar suas funções em articulação com os demais colegiados e Direção do Câmpus.
8. Cumprir carga horária de 8 (oito) horas-aula semanais, não estando impedido de desenvolver atividades de pesquisa e extensão, de acordo com o artigo 38, § 1º do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

9. Zelar pelo cumprimento das leis e normas que regem as atividades acadêmicas do Curso, de acordo com as disposições dos artigos 128 a 133 e parágrafo único, e 135 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Seção III

Das atribuições dos membros do Colegiado

Art. 7º Compete aos membros do Colegiado:

1. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias.
2. Compor comissões e grupos de trabalhos sugeridos pelo Colegiado.
3. Analisar, discutir, relatar e deliberar as propostas de trabalho atribuídas pela Presidência do Colegiado.
4. Apreciar e manifestar-se sobre transferência, remoção ou permuta de docentes do Colegiado, em conformidade com o artigo 112 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.
5. Estabelecer e apresentar à coordenação, no início do semestre letivo, um cronograma de atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
6. Manter comportamento ético em relação à comunidade acadêmica.
7. Zelar pelo cumprimento deste Regimento.

Capítulo IV

Do funcionamento do Colegiado

Art. 8º O Colegiado reunir-se-á, mensalmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, quando convocado pela Presidência ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 2º As reuniões do Colegiado devem ser convocadas pela modalidade e-mail, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para as ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as extraordinárias. O texto da convocação deverá conter a indicação do local e horário da reunião, além da sugestão de pauta redigida de maneira clara e se possível com a indicação do nome do solicitante.

§ 3º Na abertura da reunião, a pauta será colocada em apreciação, podendo haver inclusão, exclusão e mudança na ordem de deliberação de pontos, desde que aprovado pela maioria.

§ 4º O tempo máximo de duração das reuniões não deve exceder 4 (quatro) horas. Em caso de não cumprimento da pauta, uma nova reunião deve ser convocada.

Art. 9º As reuniões devem obedecer à seguinte ordem: abertura pela Presidência; discussão e aprovação da pauta; leitura, discussão e aprovação de ata; informes; debates, encaminhamentos e deliberações; encerramento.

Art. 10º A presença dos membros do Colegiado às reuniões deve ser comprovada mediante lista de frequência e ata.

Art. 11 Informes e debates devem ser objetivos e pautados pelo bom senso, respeito e ética.

§1º Os informes não devem ultrapassar o tempo máximo de 30 (trinta) minutos.

§2º Os debates devem pautar-se pelos seguintes encaminhamentos:

I O responsável pelo ponto terá até 5 (cinco) minutos para exposição.

II As intervenções devem respeitar a ordem de inscrição, não excedendo o tempo máximo de 3 (três) minutos.

III As intervenções não devem ser interrompidas, salvo em pedidos de aparte, os quais podem ou não ser atendidos.

IV Devem ser evitadas réplicas e tréplicas, salvo quando acrescentar ao esclarecimento do ponto em debate.

V Após o debate, serão feitos os encaminhamentos e conduzida a votação dos mesmos.

§3º Em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, o membro do Colegiado pode ser advertido pela Presidência caso desrespeite outro membro do Colegiado com ofensa de natureza ética, moral, racial ou sexual.

Art. 12 As deliberações são adotadas pelo voto da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos membros do Colegiado presentes.

§ 1º A votação será simbólica, nominal ou secreta; adota-se a primeira forma sempre que uma das outras duas modalidades não for requerida ou aprovada pelo Colegiado ou expressamente prevista em normas afins.

§ 2º Quando o número de abstenções exceder o número de votos válidos, haverá uma nova votação.

§ 3º Além do voto comum, em caso de empate, cabe à Presidência o voto de qualidade.

Art. 13 As deliberações do Colegiado são baixadas pela Presidência sob a forma de resolução, homologação ou outra modalidade afim.

Art. 14º O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade do curso.

§ 1º É considerada justificativa de falta a ausência comunicada do docente em razão de problemas de saúde, de aulas em curso de qualificação ou de participação em eventos científicos com saída previamente autorizada pelo Colegiado. Valem, respectivamente, para efeitos de comprovação da justificativa, atestados médicos, declaração emitida pelo professor orientador e declaração ou certificados de participação em eventos.

§ 1º A ausência a três reuniões consecutivas, sem apresentação de justificativa condizente, incorre em comunicação escrita pela Presidência do Colegiado ao membro faltoso, além da perda do direito de votar na reunião subsequente.

§ 2º Se o docente extrapolar o número de ausências expresso no parágrafo anterior, sem justificativa condizente, o caso será encaminhado à instância superior. No que se refere à

representação discente, o faltoso será substituído por outro membro indicado pela diretoria do Centro Acadêmico.

Capítulo V

Das atividades acadêmicas do Curso de Letras

Art. 15 A Organização Curricular do curso deve atender às Diretrizes Curriculares Nacionais referentes às licenciaturas do Curso de Letras, conforme Resolução CNE-CP 01/2002 e 02/2015.

Art. 16 O ensino de graduação e pós-graduação deve ter fundamentação epistemológica, teórica, ética, histórica e metodológica, expresso em programas e planos de ensino encaminhados às instâncias competentes no período de planejamento.

Art. 17 A avaliação segue normas estabelecidas pelo Regimento Acadêmico da Fundação Universidade Federal do Tocantins e pelo Projeto Pedagógico do Curso de Letras.

Capítulo VI

Da eleição para a Presidência do Colegiado

Art. 19 A Presidência do Colegiado é escolhida entre os docentes do curso de Letras segundo o Regimento Eleitoral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 20 Pode concorrer à Presidência do Colegiado o membro do corpo docente do curso, preferencialmente com formação em Letras, pertencente ao quadro efetivo, com dedicação exclusiva e em pleno exercício de suas atividades acadêmicas.

Art. 21 Uma comissão deve ser criada por ocasião do processo eleitoral, atendendo as prerrogativas do Regimento Eleitoral vigente.

Art. 23 A Presidência eleita exerce o cargo pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua posse.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Art. 25 As propostas de alteração deste Regimento devem ser encaminhadas ao Colegiado para apreciação e votação por maioria absoluta de dois terços de seus membros.

Art. 26 A Presidência e o Colegiado sujeitar-se-ão às normas constantes neste Regimento.

Art. 27 Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado, respeitadas as normas gerais que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins, especialmente as disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 28 Este Regimento é homologado pelas instâncias superiores da Fundação Universidade Federal do Tocantins e entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Nacional, 22 de maio de 2018.

15.2 Ata de aprovação do PPC pelo Conselho Diretor do Câmpus

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CONSELHO DIRETOR - CONDIR

Secretaria do Conselho Diretor do Câmpus de Porto Nacional
Rua três, S/N, Jardim dos Ipês Porto Nacional/TO
(63) 3363-9408/condirportonacional@uft.edu.br



CERTIDÃO

Certificamos que o Conselho Diretor do *Câmpus* de Porto Nacional, em reunião realizada no dia 13/06/18, aprovou a reformulação dos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Letras: Português e Letras: Inglês, nos termos do parecer do Relator.

Porto Nacional/TO, 14 de junho de 2018.


GEORGE FRANÇA
Presidente do Conselho Diretor
do Câmpus de Porto Nacional

15.3 Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não obrigatório

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS, HABILITAÇÃO EM INGLÊS

CAPÍTULO I

Identificação

Art 1º - O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio curricular obrigatório e não obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras, habilitação em Inglês, do Câmpus de Porto Nacional.

Parágrafo único - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a Lei nº 11.788/2008 e com a Orientação Normativa MPOG nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art 2º - O Estágio Curricular obrigatório tem como objetivo possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Letras.

Art 3º - O Estágio Curricular não obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio de vivências e experiências próprias da situação profissional na Universidade Federal do Tocantins ou em instituições conveniadas com a UFT de acordo com a assinatura do Termo de Compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO III

Da Organização

Art 4º - O estágio curricular obrigatório está organizado em 4 componentes curriculares para cada habilitação, assim denominadas: Estágio Supervisionado em Língua Inglesa e Literaturas I, II, III, e IV, com uma carga horária de 105h para cada componente.

CAPÍTULO IV

Programação de estágio e duração

Art 5º - A duração dos estágios obrigatórios totaliza 420 horas. A orientação será conduzida por docentes do curso de Letras/Porto Nacional da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Deve-se levar em consideração a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art 6º - A programação das atividades de cada estágio será de responsabilidade do docente orientador e do aluno.

§1- A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com docente orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente do componente de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V

Locais de realização do estágio

Art 7º - As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino público, na cidade de lotação do Curso.

Parágrafo único – serão aceitos estágios em outras instituições como associação de moradores, sistema prisional, assentamentos, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, desde que comprovem atividades ligadas ao ensino de Letras.

Art 8º - A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário, considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição, a disponibilidade de vagas e o disposto no artigo 7º.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Art 9º - O estagiário será avaliado no decorrer dos componentes de Práticas de Ensino: Ensino de língua, de acordo com as concepções expressas no Projeto Político Pedagógico do Curso. A avaliação será realizada:

§ 1º pelo professor do componente de Estágio Supervisionado da Universidade, 80%;

§ 2º pelos profissionais colaboradores de estágio na Unidade Concedente, 20%.

Art 10º - A carga horária do componente é constituída das aulas teóricas e das atividades práticas. O não cumprimento da carga total prática implica reprovação por frequência no componente.

Parágrafo único: a carga horária do estágio não poderá ser aproveitada em semestres subsequentes. A validação das atividades de estágio dar-se-á mediante o término de todas as atividades previstas no componente curricular e de todas as atividades executadas na unidade concedente conforme definidas no plano de ensino do professor de estágio e acordadas com a unidade concedente.

CAPÍTULO VII

Das atribuições do Estagiário

Art. 11º - Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

- I. participar de todas as atividades dos estágios;
- II- comprometer-se com suas atividades na turma em que estagia;
- III- cumprir com as normas da instituição,
- IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela instituição,
- V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência.
- VI – cumprir com as metas e horários estabelecidos.
- VII- cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágio.

CAPÍTULO VIII

Das atribuições do docente de Estágio Supervisionado

Art. 12º - Compete ao docente de Estágio Supervisionado:

- I- Possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio;
- II- Orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno;
- III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;
- IV- Acompanhar o planejamento do estágio;
- V- Realizar avaliação, conforme estabelecido no plano de ensino.

CAPÍTULO IX

Das atribuições das instituições escolares

Art. 13º - Compete às instituições que recebem os estagiários:

- I - Permitir o uso dos espaços disponíveis para o bom andamento do estágio;
- II- Permitir o uso de recursos disponíveis pela instituição;
- III - tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade.

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 14º - O estágio curricular não obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma, conforme a lei 11.788/2008.

CAPÍTULO X

Das disposições gerais

Art. 15º - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado pelo Colegiado do Curso de Letras/CPN.

Art. 16º - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

CAPÍTULO XI

Do Estágio Docência

Art. 17º Os professores do Curso de Letras vinculados ao Mestrado em Letras/CPN poderão disponibilizar aos seus orientandos de Mestrado a possibilidade de realização de estágio docência nos componentes curriculares que ministram na graduação. Para tal, deverão observar os seguintes requisitos: a) entregar à coordenação de curso o plano de trabalho de estágio docência para cada orientando que for participar desta atividade; b) apresentar o plano de estágio docência ao Colegiado do Curso de Letras na primeira reunião ordinária do semestre letivo em que o estágio docência será realizado.

Art. 18º A coordenação do Curso avaliará a proposta de estágio docência a fim de conferir se a mesma está de acordo com as normas estabelecidas neste PPC. Caso haja incompatibilidade, a coordenação devolverá o documento ao professor responsável, com indicação das adequações a serem realizadas. Somente após as devidas correções e adequações, o estágio docência poderá ter início.

Art. 19º O professor responsável pelo estágio docência deverá acompanhar, pelo menos, as duas primeiras aulas em que o orientando for o responsável por ministrar o conteúdo de estudo. As

demais aulas programadas para realização do estágio docência poderão ser conduzidas apenas pelo orientando estagiário.

15.4 Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de LETRAS da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional.

O Colegiado do Curso de LETRAS, do Câmpus Universitário de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão do dia 26 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Normatizar a organização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Parágrafo-Único:

Este regulamento faz distinção entre o componente curricular Seminários de Pesquisa II e o Trabalho de Conclusão de Curso propriamente dito. Ao componente curricular cabe ministrar conteúdo segundo a ementa prevista no PPC do curso de Letras, seguindo o Plano do Componente desenvolvido pelo professor deste. Por outro lado, a condução do Trabalho de Conclusão de Curso está sob responsabilidade do orientador do aluno e será avaliado perante banca examinadora.

SESSÃO I

DA DEFINIÇÃO E DOS FINS

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um trabalho monográfico ou artigo científico individual sobre temática na área de formação, podendo abordar questões decorrentes dos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, conhecimentos multifacetados da formação decorrentes dos componentes cursados, ou, ampliar o trabalho de iniciação científica. As temáticas para as orientações correspondem às linhas de pesquisas do curso:

- I. Teoria e crítica literária;
- II. Literatura, História e Imaginário;
- III. Linguagem, discurso e ensino;
- IV. Educação;
- V. Estudos Culturais;
- VI. Abordagens de Análise Linguística;
- VII. Linguística Aplicada;
- VIII. Análise do Discurso
- IX. Libras

Art. 3º A coordenação do componente Seminários de Pesquisa II será conduzida, preferencialmente, por um docente do colegiado de Letras, doravante coordenador de TCC, designado semestralmente pelo colegiado.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá contemplar:

- I. Discussão metodológica, teórica e conceitual e análise de dados.
- II. Os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme a modalidade escolhida (artigo científico ou monografia), devem seguir o preconizado pelo Manual De Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins segundo a Resolução 36/2017 do Consuni. Tanto artigo quanto monografia devem conter os seguintes elementos pré-textuais:
 - a) capa,
 - b) folha de rosto,
 - c) folha de aprovação,
 - d) agradecimentos,
 - e) resumo na língua vernácula,
 - f) resumo em língua estrangeira,
 - g) listas (se houver ilustrações, tabelas, gráficos, abreviaturas)
 - h) sumário.

Do mesmo modo, o TCC deve contemplar os elementos textuais que perfazem o texto argumentativo-demonstrativo composto de introdução, desenvolvimento e considerações finais, independentemente da nomenclatura adotada para a divisão do trabalho.

Por fim, a monografia ou o artigo deve conter os elementos pós-textuais, os quais são todos e quaisquer elementos pospostos ao texto, tais como:

- a) referências,
- b) apêndices
- c) e anexos.

Art. 5º Cada docente do Colegiado do Curso de Letras poderá orientar, até 03 (três) alunos por semestre

Art. 6º A aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso por banca examinadora em sessão pública de defesa é requisito para a integralização curricular do Curso de Licenciatura em Letras.

§1º Em caso de publicação de artigo científico individual ou com orientação de docente do curso de Letras em periódico reconhecido com Conselho Editorial e ISSN, o acadêmico será dispensado da avaliação por banca examinadora. Entretanto, nesse caso, o acadêmico deverá apresentar seu trabalho em dia específico para os participantes do componente Seminários de Pesquisa II e terá nota atribuída pelo orientador (em caso de artigo com orientação) ou pelo docente coordenador do componente de Seminário de Pesquisa II (em caso de artigo individual).

§2º O artigo deverá ter sido publicado no prazo de até 18 (dezoito) meses anteriores à matrícula no componente Seminários de Pesquisa II ou até 60 dias após início das aulas do componente de Seminário de Pesquisa II em que o aluno estiver matriculado.

SESSÃO II

DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Letras:

- I. Oportunizar ao acadêmico a elaboração de um projeto de pesquisa e de um trabalho científico sob a forma de monografia ou artigo, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado às linhas de pesquisa do Curso de Letras.
- II. Propiciar aos alunos do Curso de Letras a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir da prática de estágio ou vivenciada no decorrer do Curso.
- III. Reconhecer a importância do papel da investigação no processo de formação do docente;
- IV. Promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, difundindo a produção acadêmica.
- V. Oportunizar a experiência de apresentar e defender publicamente o trabalho perante Banca Examinadora, composta por três docentes: o orientador e mais dois outros membros

VI. Incentivar a socialização da pesquisa realizada pelos alunos formandos em eventos, bem como sua publicação em Língua Portuguesa e/ou em Língua Inglesa

VII - Motivar os licenciados a buscarem a pós-graduação *stricto sensu*.

SESSÃO III

DA ORIENTAÇÃO

Art. 8º O TCC será elaborado pelo aluno, sob a orientação de um professor do Curso de Letras, de acordo com as exigências regulamentares.

§ 1º É permitida a coorientação por professores de outros Cursos do Câmpus e mesmo de outras IES, desde que previamente acordado entre orientador(a) e orientando(a) e sempre sob a tutela do orientador principal;

§ 2º Compete ao professor Orientador:

- I. Acompanhar o aluno na elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso concomitantemente com as instruções metodológicas do coordenador de TCC, o qual o avaliará considerando se o aluno contempla os seguintes elementos:
 - a - Capa;
 - b - Folha de rosto;
 - c - Identificação;
 - d- Introdução (delimitação do tema, formulação do problema a ser investigado e questões a serem respondidas)
 - e. - Objetivos;
 - f. - Justificativa;
 - g. - Fundamentação Teórica
 - h - Metodologia;
 - i - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);
 - j - Roteiro do trabalho;
 - k - Cronograma de atividades;
 - l – Referências bibliográficas;
- II. Conduzir o trabalho de conclusão de curso, assistindo o aluno nas práticas investigativas e técnicas de sua elaboração.
- III. Estabelecer, em consonância com o orientando, a linha teórica do trabalho, o plano de estudos, o respectivo cronograma, os locais e horários de atendimento;

- IV. Produzir 01 (um) ou mais relatórios de orientação durante o semestre, em formulário ou modelo a ser fornecido pelo coordenador de TCC e informando a situação do processo de orientação.
- V. Definir, ao final do semestre, se o TCC está, ou não, em condições de ser apreciado pela Banca Examinadora.
- VI. Autorizar ou não o depósito das cópias da monografia ou de artigo para defesa, observados os prazos estabelecidos.
- VII. Instruir previamente o aluno para a sua apresentação oral.
- VIII. Presidir a banca examinadora, na defesa da monografia ou artigo do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:
 - a. proceder a abertura e o encerramento protocolar dos trabalhos;
 - b. conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores;
 - c. reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;
 - d. comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
 - e. providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;
- IX. O professor orientador, em casos excepcionais, tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não atender, sem justificativa, o estabelecido neste regulamento. Deverá, para formalizar o interrompimento de sua orientação, apresentar um relatório da situação ao coordenador do TCC e, se possível, encaminhar o aluno para nova orientação.
- X. - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

§ 4º Compete ao orientando:

- I. Consultar, antes do início do semestre em que cumprirá o Trabalho de Conclusão de Curso, um professor orientador do curso de Letras sobre a possibilidade de aceitar a orientação e recolher assinatura deste em termo de ciência de orientação.
- II. Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega do TCC, após o aval do orientador ao coordenador.
- III. Elaborar seu projeto de monografia ou artigo científico de acordo com este Regulamento, com as técnicas de metodologia científica e com as orientações do coordenador do componente curricular e de seu Professor Orientador, observando para que não haja incompatibilidade entre estas quatro fontes de orientação apontadas.
- IV. Observar que a estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos no Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos

Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins, no que forem elas aplicáveis.

- V. Elaborar integralmente o Trabalho de Conclusão de Curso, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.
- VI. Desenvolver as atividades do TCC de acordo com o plano e com o cronograma estabelecidos com o orientador;
- VII. Redigir o TCC com clareza, coerência de ideias, linguagem adequada e revisão ortográfica;
- VIII. Comunicar ao coordenador do TCC a substituição de orientador, caso haja necessidade, justificando as razões para tal, escolhendo um novo orientador e apresentando a anuência deste;
- IX. Entregar, na data, horário e local previamente estipulados no edital do TCC, três (03) vias: duas impressas e encadernadas (em capa dura azul marinho, brochura ou espiral) e outra em formato digital gravada em DVD.

SESSÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TCC

Art. 9º Compete ao coordenador de TCC:

- I. Zelar e observar o cumprimento deste Regimento;
- II. Atender aos acadêmicos orientandos em suas dúvidas regimentais;
- III. Elaborar com cooperação e aprovação do colegiado o Edital de TCC (modelo anexo), o qual será redigido de acordo com os PPCs de Inglês e de Português e publicado no site do Curso de Licenciatura em Letras – CPN. O edital deverá conter o cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;
- IV. Emitir Termos de Ciência de Orientação (anexo) para orientadores e orientandos, constando:
 - a) nome do(a) orientador(a);
 - b) nome do(a) orientando(a);
 - c) título provisório do trabalho;
 - d) data prevista para defesa;
 - e) campo de assinatura de orientador(a) e orientando(a)
- V. Convocar, no início do semestre, reunião com os professores orientadores e seus orientandos, para conhecimento deste regimento e demais encaminhamentos dos

trabalhos de orientação;

- VI. Receber e arquivar relatórios de orientação apresentados pelos orientadores;
- VII. Registrar a composição das Bancas e o cronograma das apresentações dos trabalhos;
- VIII. Organizar, sempre que possível, evento (colóquio, seminário ou afins) para apresentação do TCC;
- IX. Encaminhar os procedimentos para a secretaria da coordenação do curso, receber e protocolar os TCCs aprovados pelas Bancas,
- X. Relatar em Ata própria (modelo anexo) o resultado final dos exames dos TCCs (reprovado, aprovado ou aprovação condicionada a reformulação), realizando o seu arquivamento;
- XI. Disponibilizar nova ata quando a aprovação do aluno estiver condicionada a apresentação de projeto ou TCC reformulados;
- XII. Encaminhar os exemplares dos TCCs aprovados à Biblioteca do Câmpus para incorporação ao acervo;
- XIII. Preencher os respectivos Diários do componente Seminários de Pesquisa II no Portal do Professor registrando as médias das notas atribuídas pela banca examinadora para o TCC. A média obtida deverá ser duplicada nas duas notas do diário. Caso haja aprovação condicionada a reformulações, deve-se esperar a avaliação final dos membros da banca e proceder o preenchimento de acordo com a nova nota.
- XIV. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;

SESSÃO V

DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 10º Uma vez apresentado e aprovado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso em Seminários de Pesquisa I, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchidos os seguintes requisitos:

- I. ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de início do início do componente Seminários de Pesquisa II;
- II. haver a aprovação do professor orientador; Caso o orientador seja outro daquele do projeto inicial, faz-se necessária a ciência do orientador inicial sobre a alteração;
- III. haver comunicação por escrito ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo Orientador.

Art. 11º Ao final da oferta do componente curricular Seminários de Pesquisa I, o estudante deverá receber do professor responsável pelo componente um comprovante de entrega e aprovação do projeto de pesquisa contendo: a) título do projeto; b) resumo da proposta de pesquisa do projeto; c) nome (mesmo que provisório) do professor que orientará a pesquisa; d) assinatura do professor responsável pelo referido componente. Este comprovante deverá ser apresentado ao Coordenador de TCC no início do semestre letivo do componente curricular Seminários de Pesquisa II.

Art. 12º A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de acordo com as normas do Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Científicos da UFT e especificações deste regulamento.

Art. 13º O TCC deve ser apresentado preenchendo os seguintes requisitos:

- I. Ser impresso em papel tamanho A4, fonte Times New Roman 12 para o corpo do texto, 11 para citações em mais de três linhas e 10 para notas de rodapé;
- II. Os elementos textuais da monografia deverão conter, no mínimo 35 (trinta e cinco) páginas e no máximo 50 (cinquenta) páginas textuais. O artigo científico deverá possuir no mínimo 10 (dez) páginas e no máximo 20 (vinte) páginas de elementos textuais.
- III. IV - Após a defesa, o aluno, caso aprovado, terá sete dias para apresentar cópia digital do trabalho e dois volumes impressos e encadernados (capa dura, brochura ou espiral), com as devidas correções apontadas pela banca.

Art. 14º A banca realizará a sessão pública de defesa apenas se os três membros estiverem presentes. A substituição de membro da banca será tolerada e a sessão de defesa será mantida, desde que atendidos os seguintes critérios:

- I. não se tratar da substituição do presidente da banca;
- II. ser comunicado ao coordenador de TCC, com tempo hábil para reformulação dos documentos relacionados;
- III. ser aceito pelo(a) orientador(a) e pelo(a) orientando(a).

Caso não seja possível atender os requisitos citados, a defesa terá de ser adiada para uma nova data.

Art. 15º A sessão pública de defesa só poderá ser antecipada mediante o atendimento desses dois requisitos:

- I. documento apresentado por escrito pelo orientador ao coordenador de TCC, de ter havido consulta e anuência por parte de todos os envolvidos;
- II. anuência do coordenador de TCC, que providenciará a reformulação dos documentos.

Art. 16º O presidente da banca deverá ser, preferencialmente, professor do curso de Letras/CPN, efetivo ou substituto. Os demais membros da banca examinadoras poderão ser:

a) professores do Curso de Letras/CPN, efetivos ou substitutos, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do Professor Orientador, em consonância com o orientando;

b) professores de outro curso, da UFT ou de outra IES, que possuam, no mínimo, título de especialista e que atuem na área da pesquisa apresentada;

Art. 17º Sempre que possível, o coordenador de TCC procurará arbitrar a formação de bancas examinadoras de forma a manter, entre os professores do curso de Letras, a equidade no número de indicações para composição da equipe julgadora, de modo a se evitar que um mesmo docente participe de um número superior a quatro (04) bancas examinadoras por semestre, excetuados os casos em que o professor atue como presidente.

SESSÃO VI

DA AVALIAÇÃO

Art. 18º O TCC deverá ser avaliado, respectivamente, pelo orientador e por mais dois docentes avaliadores.

Art. 19º As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas e devem ser divulgadas no site do Curso de Letras e com afixação de cartazes, com antecedência mínima de 3 (três dias) úteis.

Art. 20º A apresentação deve respeitar os limites de tempo permitido à fala de cada participante:

- I. 20 minutos de exposição do trabalho, pelo aluno;
- II. 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas ao aluno;
- III. Durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedada a intervenção de outros membros da banca.
- IV. O aluno deverá responder às perguntas e comentários da banca ao final das três arguições, tendo para tanto mais 10 minutos.

Art. 21º Para avaliar o mérito do TCC os membros da banca deverão considerar os seguintes critérios:

I – Quanto ao trabalho escrito:

- a) aspecto formal em conformidade com as regras do Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Científicos da UFT
- b) redação clara e correção gramatical;
- c) redação estruturada e organização lógica das partes;
- d) delimitação clara do tema;
- e) relação adequada entre a metodologia e o tema;

f) relação adequada entre o referencial teórico e o tema;

II – Quanto à apresentação oral:

a) clareza e linguagem adequadas na apresentação;

b) consistência das respostas;

c) postura perante a banca.

Art. 22º Não cabe recurso contra a decisão da banca avaliadora. Além disso, a banca é soberana para tomar qualquer decisão, bem como para dirimir qualquer conflito no que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso e à sessão de defesa do mesmo.

Art. 23º A nota concedida pela banca deverá ser duplicada nas duas notas do diário. Caso haja aprovação condicionada a reformulações, deve-se esperar a avaliação final dos membros da banca e proceder o preenchimento de acordo com o resultado final.

Art. 24º A aprovação no componente TCC exige nota mínima 7,0. Assim, não se aplicam as condições de nota de exame dos demais componentes.

Art. 25º O coordenador de TCC, aguardando as alterações indicadas, quando aplicável, lançará a nota equivalente ao resultado final atribuído ao trabalho (aprovado ou reprovado) nas duas entradas de nota do componente Seminários de Pesquisa no Diário do Professor, a fim de contemplar o sistema de duas notas.

Art. 26º A banca tem autonomia para condicionar a aprovação do TCC à exigência de alterações a serem realizadas pelo aluno. As demandas da banca examinadora devem ser claras e explicitadas na ata de defesa. Nesse caso, o aluno terá até 05 (cinco) dias para proceder as alterações pedidas e entregar três cópias ao orientador (no caso de reformulação do TCC), que repassará aos membros da banca as que lhes couberem. Uma vez recebida sua cópia, o membro da banca tem até 02 (dois) dias úteis para proceder ao exame do trabalho reapresentado e emitir parecer, na ata de reavaliação de TCC (modelo anexo), consignando nova nota ao trabalho a substituir a anterior. O membro julgador deverá descrever com clareza quais pontos atendem ou não ao determinado pela banca quando da defesa.

Art. 27º Quando a nota atribuída ao projeto não permitir a aprovação no componente curricular Seminário de Pesquisa II (a disciplina TCC), o aluno também se encontrará sob aprovação condicionada à reformulação, neste caso, do projeto de pesquisa. Esse fato deve constar da ata da banca examinadora que deve esclarecer que o TCC estará aprovado sob a condição de reformulação do projeto de pesquisa conforme indicado pelo coordenador de TCC.;

Art. 28º O aluno poderá alterar sua pesquisa total ou parcialmente e substituir o projeto de pesquisa aprovado em Seminário de Pesquisa I até 30 dias após o início das aulas em Seminário de Pesquisa II. Quando houver substituição de projeto, este deve ser aprovado pelo docente coordenador de Seminário de Pesquisa II que atribuirá a nota 1 ao projeto e a nota 2 ao TCC conforme ata da banca. Caso a nota atribuída ao projeto não permitir a aprovação no componente TCC, o aluno também se encontrará sob aprovação condicionada a sua reformulação, neste caso, do projeto de pesquisa. Esse fato deve constar da ata da banca examinadora que deve esclarecer que o TCC estará aprovado sob a condição de reformulação do projeto de pesquisa conforme indicado pelo coordenador de TCC;

Art. 29º No caso de a aprovação no componente curricular estar condicionada à reformulação do projeto de pesquisa, o mesmo deve ser entregue com as correções ao coordenador do componente no prazo de até 05 (cinco) dias. Uma vez recebida sua cópia, o coordenador de TCC tem até 02 (dois) dias úteis para proceder ao exame do trabalho reapresentado e emitir parecer, na ata de reavaliação de TCC (modelo anexo), consignando nova nota ao projeto a substituir a anterior. O coordenador deverá descrever com clareza quais pontos atendem ou não às reformulações pedidas.

Art. 30º Para cada ato, aqui descrito, dos membros da banca julgadora, deverá haver uma ata providenciada pelo coordenador de TCC, que deverá recolher as assinaturas e fornecer cópia para o aluno

Art. 31º Caso o trabalho receba na defesa o conceito “aprovação condicionada à reformulação” e a versão reformulada **não** for apresentada no prazo estabelecido, será atribuída nota 0. Caso a versão reformulada ainda não contemple o mínimo pedido e a média de N1 (peso 1) e N2 (peso 3) não atinja 7,0, o aluno será considerado reprovado no componente .

Art. 32º Conforme os itens do artigo 25, a nota equivalente ao conceito atribuído à versão final do projeto de pesquisa (peso 1) e ao conceito final da banca julgadora (Peso 3) será a que constará no Diário de TCC.

Art. 33º A banca pode ou não indicar o TCC para publicação.

SESSÃO VII

DOS PRAZOS

Art. 34º A entrega do TCC para revisão geral e parecer prévio do orientador será feita em até vinte (20) dias antes do encerramento das aulas. O depósito da versão definitiva do TCC será entregue ao coordenador de TCC até quinze (15) dias antes da data estabelecida para a defesa e o coordenador deverá repassar a cópia dos membros da banca pelo menos oito (08) dias antes da defesa. A sessão de defesa pública do TCC deverá ocorrer pelo menos três (03) dias antes do encerramento das aulas.

Parágrafo único: Caso receba o conceito “aprovado(a)”, o aluno terá até sete (07) dias, após a apresentação em banca, para entregar o trabalho encadernado, conforme explicitado acima, e ser encaminhado na plataforma designada pelo sistema de bibliotecas para serem disponibilizados na Biblioteca digital da UFT. Caso receba outro conceito, deve-se observar o exposto anteriormente.

SESSÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35º Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo para garantir o bom funcionamento do curso, bem como para atender às exigências constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, nos níveis

Fundamental e Médio, mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso Letras do Câmpus Universitário de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 36º Este Regimento entra em vigência a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras, revogando-se as disposições em contrário.

15.5 Direitos e deveres dos discentes

DIREITOS E DEVERES DOS DISCENTES DO CURSO DE LETRAS-CPN (UFT)

Todas as Instituições são reguladas por normas. É a partir do atendimento a essas normas que podemos experimentar uma convivência saudável, produtiva e cidadã. No Curso de Letras-CPN (UFT) somos regidos pelo que prescrevem o PPC e os Regimentos do Curso. É importante que o discente do curso saiba quais são seus direitos e deveres para, a partir desse conhecimento, usufruir plenamente e posicionar-se de forma responsável durante sua vida acadêmica na graduação.

São Direitos do discente de Letras-CPN:

- I. Receber ensino de qualidade;
- II. Participar de atividades de pesquisa e extensão;
- III. Ter acesso, no início do período letivo, ao programa do componente, contendo a ementa da mesma, a bibliografia básica e complementar, o rol de obras científicas e literárias a serem estudadas no semestre;
- IV. Obter, preferencialmente na primeira aula de um componente, explicações acerca da metodologia de ensino e os critérios, períodos e tipos de avaliação a que será submetido;
- V. Ser avaliado de maneira contínua e progressiva e ter acesso a suas notas, bem como ao seu quantitativo de faltas no componente;
- VI. Realizar avaliação a que tenha faltado, desde que protocole o pedido de segunda chamada em até 48 (quarenta e oito horas) após a aplicação da avaliação pelo professor, e que o pedido seja legitimamente acompanhado de comprovação de motivo justo, ou seja, atestado médico contendo a data compatível, a indicação do CID, a assinatura e o número de registro em conselho do médico responsável.
- VII. Em caso de atividade avaliativa escrita cuja nota considere incongruente, dar entrada no Colegiado de Letras solicitando que a mesma seja revista ou conferida por outro docente da mesma área a que pertence o componente, depois de esgotadas as iniciativas de conciliação junto ao professor ministrante, deverá anexar ao pedido cópia da atividade em questão e descrever sua justificativa. O Colegiado poderá deferir ou indeferir o pedido, depois de apreciá-lo. Em caso de deferimento, o Colegiado indicará o docente responsável pela revisão ou conferência da atividade, o qual poderá manter a nota original ou aumentá-la, não podendo diminuí-la. Não cabe recurso da decisão da revisão ou conferência de atividade avaliativa.
- VIII. Receber de volta seus trabalhos e avaliações, exceto o Exame Final, que ficará arquivado na secretaria da Coordenação do Curso;

IX. Contar com pelo menos um encontro semanal com o professor do componente para sanar dúvidas ou receber orientação complementar. O encontro deverá ocorrer sob prévio agendamento, nos horários e locais disponibilizados e divulgados pelo docente;

X. Organizar-se em Centros Acadêmicos (CA), Diretório Acadêmico (DA) Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Ligas Acadêmicas;

XI. Concorrer à representação estudantil, tendo em vista a participação em Órgãos Colegiados da Universidade;

XII. Receber assistência à permanência, à docência, à pesquisa, à moradia, à alimentação e à saúde psicológica, desde que contemplado por meio dos editais abertos pelas Pró-Reitorias da UFT ou propostas pelo Conselho Diretor do Câmpus de Porto Nacional - Condir ou ainda pelo Curso de Letras-CPN;

XIII. Participar de Estágios que visem ao aperfeiçoamento em seu Curso;

XIV. Participar de atividades científico-culturais e artísticas da vida universitária, acessando plenamente o tripé acadêmico: pesquisa, ensino e extensão;

XV. Receber todas as informações a respeito do funcionamento da Universidade, do Curso de Letras e do Condir, principalmente aquelas que afetam sua vida acadêmica;

XVI. Ser formalmente representado nos Órgãos Colegiados da Administração da Universidade, com direito a voz e voto;

XVII. Expressar-se livremente;

XVIII. Ter assegurada ampla defesa nos casos de aplicação de penas disciplinares;

XIX. Recorrer ao órgão competente (Pró-Reitorias, Direção de Câmpus, Coordenação de Curso, Centro Acadêmico) ao se sentir lesado em seus direitos por qualquer ato de professor, servidor ou dirigente da Universidade e quando estiverem esgotadas as tentativas de conciliação.

São Deveres do discente de Letras-CPN:

I. Valorizar a Universidade pública e gratuita, zelando e preservando o ambiente acadêmico do Curso de Letras;

II. Valorizar o ensino de qualidade, aplicando-se aos estudos;

III. Frequentar as aulas, realizar atividades avaliativas e entregar trabalhos acadêmicos nos formatos e prazos estabelecidos pelo docente do componente;

IV. Devolver, em perfeito estado e nos prazos estabelecidos, os livros retirados por empréstimo nas bibliotecas;

V. Zelar pelo patrimônio científico, cultural e material da Universidade;

VI. Tratar com respeito e atenção os colegas discentes, os servidores técnico-administrativos e os docentes em qualquer dependência da Universidade;

VII. Comprometer-se com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Curso de Letras-CPN (UFT);

VIII. Manter, durante as aulas, respeito e atenção;

IX. Manter-se informado e ativo quanto às iniciativas que visam à melhoria do Curso de Letras-CPN e da Universidade Federal do Tocantins.

15.6 Matriz Curricular do Curso LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA E RESPECTIVAS LITERATURAS: composição, pré-requisitos e equivalências dos componentes curriculares